

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Diretoria de Deflagração das Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO n.º 90005/2026**UASG 450432 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO- GDF****PRETENSE AQUISIÇÃO DE KITS LANCHE POR MEIO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA O PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO DISTRITO FEDERAL - PAE/DF****LICITAÇÃO ELETRÔNICA SRP****PROCESSO Nº 00080-00320967/2025-83****DATA DA SESSÃO PÚBLICA:** 29 de junho de 2026, segunda-feira, às 10h.**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO por ITEM**MODO DE DISPUTA:** Aberto e fechado.**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:** SIM**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 3.057.600,00 (três milhões, cinquenta e sete mil e seiscentos reais)

Torna-se público que a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF, sediada no Shopping ID, SCN, Quadra 06, Conjunto A, Edifício Venâncio 3.000, Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70.716-900 - DF, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

O presente certame se processará por meio do Pregão eletrônico e obedecerá integralmente ao [Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023](#), a [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#) e, ainda, a [Lei nº 4.770 de 22 de fevereiro de 2012](#), [Lei nº 4.611/2011](#), [Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006](#), [Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990](#), a [Portaria nº 1.068, de 26 de agosto de 2024](#), e demais normativos constante no Instrumento Convocatório e seus anexos.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de **KITS LANCHE**, por meio do Sistema de Registro de Preços, para atendimento ao Programa de Alimentação Escolar (PAE/DF), de acordo com as demandas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEE/DF), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. As especificações do objeto, incluindo as quantidades máximas e mínimas, serão conforme as disposições do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS**2.1. DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

2.1.1. Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:

- 2.1.1.1. Promover atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório;
 - 2.1.1.2. Realizar o procedimento licitatório;
 - 2.1.1.3. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;
 - 2.1.1.4. Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;
 - 2.1.1.5. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório;
 - 2.1.1.6. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações; e
 - 2.1.1.7. Autorizar a solicitação de adesão às Atas de Registro de Preços sob sua gestão.
- 2.2. Homologado o resultado da licitação, o fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidas pela Administração, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado. (Art. 198 Decreto-DF 44.330/2023)
 - 2.2.1. A recusa do adjudicatário em assinar a Ata, dentro do prazo estabelecido, permitirá a convocação dos licitantes que aceitarem fornecer os bens/executar serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em Lei. (§ 5º Art. 198 Decreto-DF 44.330/2023)
 - 2.2.2. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a Ata de Registro de Preços nos termos do item anterior, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação. (§ 7º Art. 198 Decreto-DF 44.330/2023)
- 2.3. Será incluído, na respectiva Ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem o fornecimento com preços iguais aos do licitante vencedor, visando à formação de Cadastro Reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado nas hipóteses previstas nos incisos II, IV e V do art. 205 e no art. 212 do Decreto Distrital 44.330/2023. (§4º e Inciso I, §4º Art. 198 Decreto-DF 44.330/2023)
 - 2.3.1. Se houver mais de um licitante no Cadastro de Reserva, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva do certame. (Inciso II, §4º Art. 198 Decreto-DF 44.330/2023)
 - 2.3.2. A habilitação dos fornecedores que comporão o Cadastro de Reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente. (Inciso III, §4º Art. 198 Decreto - DF 44.330/2023)
- 2.4. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, contado a partir da publicação do extrato da Ata no Portal Nacional de Contratações Públicas, será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos, conforme art. 198, § 1º, do Decreto nº 44.330/2023.
 - 2.4.1. No ato de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original. (Art. 199 Decreto-DF 44.330/2023)
 - 2.4.2. Na hipótese de concessão de reajuste de preço, este será aplicado com data-base vinculada à data do orçamento estimado (§7º do art. 25 da Lei 14.133/21), pelo índice do IPCA, nos termos do art. 3º do Decreto nº 37.121/2016 apurado durante o período ou aquele que vier a substituí-lo.
- 2.5. A assinatura da Ata se dará por meio do Sistema Eletrônico de Informação - SEI-GDF ou, na impossibilidade deste, por outro meio a ser definido pela Administração.
- 2.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições. (Art. 200 Decreto-DF 44.330/2023)
- 2.7. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços, inclusive acréscimos de que trata o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.8. Os preços registrados poderão ser atualizados periodicamente, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos. (Art. 201 do Decreto-DF 44.330/2023).
- 2.9. Deverão ser observadas as demais condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, **Anexo V deste Edital**, especialmente no que se refere às hipóteses de cancelamento do registro e alteração dos preços registrados.
- 2.10. **DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES**

- 2.10.1. As aquisições ou contratações adicionais em razão das adesões da Ata de Registro de Preços não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.
- 2.10.2. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item ou lote registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.
- 2.10.3. As demais considerações referentes à utilização da Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes serão conforme as determinações do Anexo I deste Edital (Termo de Referência).

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF dentro do prazo previsto no Edital para apresentação de propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. As microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo para isso fazer o seu devido enquadramento como ME ou EPP em campo próprio no sistema, QUANDO DO CADASTRO DE SUA PROPOSTA, DECLARANDO assim, para fins legais, sob as penas da Lei, que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, pela Lei Distrital n.º 4.611 de 2011, e pelo Decreto Distrital n.º 35.592 de 2014, que estão aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos seus artigos 42 a 49 e que não se enquadram nas situações relacionadas no art. 3º da citada Lei Complementar.

3.6. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação desta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição:

3.6.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006).

3.6.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 3.6.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 da Lei nº 14.133 de 2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

3.7. Nas licitações de ampla concorrência será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

3.7.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam de até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

- 3.8. Para efeito do disposto no 3.7, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
- 3.8.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame;
- 3.8.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificadas, serão convocadas as próximas colocadas que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 3.7.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 3.8.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos 3.8.1 e 3.8.2, será realizado sorteio, aleatório e automático pelo sistema, entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 3.9. Na hipótese da não contratação nos termos previstos 3.8, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 3.9.1. O disposto no 3.8 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 3.9.2. No caso de Pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.
- 3.10. Para o cumprimento do disposto nos artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Distrital 4.611/2011, a Administração Pública:
- 3.10.1. **Em atendimento à exigência estabelecida no inc. III do art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006, c/c art. 23 da Lei Distrital nº 4.611/2011, conforme o Anexo I deste Edital (Termo de Referência), os itens 1 e 3 serão destinados à ampla concorrência e os itens 2 e 4 à cota reservada.**
- 3.10.2. Deverá designar exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos casos em que o valor estimado do(s) item(ns) seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), quando justificadamente estabelecida pela área técnica demandante, conforme Anexo I deste Edital.
- 3.10.3. Poderá exigir dos licitantes a subcontratação compulsória de microempresa ou de empresa de pequeno porte, desde que o percentual máximo do objeto a ser subcontratado não exceda a 30% (trinta por cento) do total licitado, quando justificadamente estabelecida pela área técnica demandante, conforme Anexo I deste Edital.
- 3.10.4. Poderá estabelecer nas licitações para aquisição de bens, serviços e obras de natureza divisível cota de até 25% (vinte e cinco por cento) destinada às microempresas e empresas de pequeno porte, no caso de item(ns) cujo o valor estimado seja superior R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), quando justificadamente estabelecida pela área técnica demandante, conforme Anexo I deste Edital.
- 3.11. Durante a realização da sessão pública, caso a empresa classificada com o melhor preço para o subitem preferencial não esteja enquadrada como ME/EPP, proceder-se-á sua desclassificação e o chamamento da ME/EPP mais bem classificada e assim, sucessivamente, até a obtenção de uma proposta que atenda integralmente as exigências editalícias.
- 3.11.1. Caso o item de participação preferencial de ME/EPP reste deserto ou não haja microempresa ou empresa de pequeno porte declarada vencedora, será facultado ao licitante melhor colocado do item de ampla concorrência, assumir o quantitativo da cota reservada.
- 3.11.2. A aplicação da cota reservada não poderá ensejar a contratação por preço superior ao que for contratado no subitem da licitação destinada ao mercado geral, em concordância com o §3º, do Art. 26 da Lei Distrital nº 4.611 de 2011.
- 3.12. Não poderão disputar esta licitação:
- 3.12.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.12.2. Autor do anteprojeto, do Projeto Básico ou do Projeto Executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.12.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do Termo de Referência, do Projeto Básico ou Executivo, ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;
- 3.12.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.12.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

- 3.12.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.12.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.12.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.12.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 3.12.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 3.12.11. Proprietário, controlador, administrador, gerente ou diretor de pessoa jurídica, independente das denominações adotadas e do nível quantitativo ou qualitativo de participação do capital ou patrimônio (Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019);
- 3.12.12. Executores de contratos que trabalhem ou tenham trabalhado nos últimos 5 (cinco) anos como sócios, administradores ou não, ou responsáveis pelas entidades contratadas (Decreto nº 39.860/2019);
- 3.12.13. Agente público licenciado ou afastado por qualquer motivo e a qualquer título (Decreto nº 39.860/2019);
- 3.12.14. Empresas ou empresários que tenham sido declarados inidôneos pela Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal e Distrital;
- 3.12.15. Pessoa jurídica cujo dirigente, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção, seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de (alterado pelo Decreto nº 37.843/2016):
- 3.12.15.1. Agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela realização da seleção ou licitação promovida pelo órgão ou entidade da Administração Pública Distrital (Inciso alterado pelo Decreto nº 37.843/2016); ou
 - 3.12.15.2. Agente público cuja posição no órgão ou entidade da Administração Pública Distrital seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da seleção ou licitação (Inciso alterado pelo Decreto nº 37.843/2016);
- 3.12.16. A vedação de que trata o item 3.12.15. aplica-se aos contratos pertinentes a obras, serviços e aquisição de bens, inclusive de serviços terceirizados, às parcerias com organizações da sociedade civil e à celebração de instrumentos de ajuste congêneres.
- 3.12.17. A vedação estende-se às uniões homoafetivas (art. 3º, § 3º do Decreto nº 32.751/2011).
- 3.12.18. Considera-se participação indireta, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários. O disposto aplica-se aos membros da comissão de licitação. (Parecer nº 314/2016 e 82/2016 PRCON/PGDF).
- 3.13. O impedimento de que trata o item 3.12.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.14. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.12.2 e 3.12.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.15. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.16. O disposto nos itens 3.12.2 e 3.12.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do Projeto Básico e do Projeto Executivo, nas contratações integradas, e do Projeto Executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.17. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.18. A vedação de que trata o item 3.12.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.19. Será permitida a participação de sociedades empresárias em recuperação judicial na licitação, desde que demonstrem, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, conforme Decisão nº 10/2021 – TCDF e Acórdão nº 1201/2021 – Plenário/TCU.

DO CONSÓRCIO E DA SUBCONTRATAÇÃO

3.19.1. A participação de consórcios de empresas no processo licitatório é permitida, mas depende da **justificação da Administração** no edital, conforme o Art. 15 da Lei nº 14.133/2021. A Administração pode admitir consórcios quando entender que a união de empresas é necessária para garantir a **competitividade** do certame e o atendimento das exigências técnicas ou econômicas do objeto licitado.

3.19.2. Via de regra, o Administrador público autoriza a participação de consórcio quando entende que a competitividade do certame licitatório poderá ser afetada pela inexistência ou pela escassez de empresas que isoladamente não teriam capacidade técnica e/ou econômica de concorrer em igualdades de condições, sendo assim necessária a união de várias empresas para atender as condições especificadas no edital.

3.19.3. Dessa forma, não havendo complexidade na especificação e aquisição do gênero alimentício para o Programa de Alimentação Escolar, **não se justifica a participação de Consórcio no processo em questão**, visto que é um gênero comumente encontrado no mercado permitindo a participação tanto de empresas de médio e grande porte quanto às entidades preferenciais, tais como microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais.

3.19.4. Destaca-se que a subdivisão do objeto em itens mantém a competitividade e eficiência no certame em busca da proposta mais vantajosa, menor preço atrelado à qualidade, sem que haja a necessidade de participação de empresas consorciadas. Tal permissibilidade poderia causar dano à administração por frustrar o próprio caráter competitivo da disputa pelo menor preço.

3.19.5. A subcontratação também está vedada, uma vez que o objeto a ser adquirido é de fácil execução e pode ser atendido integralmente pela empresa contratada, sem a necessidade de transferir responsabilidades para terceiros. Além disso, a subcontratação poderia gerar instrumentos contratuais adicionais, com consequentes atribuições extras à Administração Pública, o que não se alinha com a natureza do objeto licitado

DO TRATAMENTO ÀS ENTIDADES PREFERENCIAIS

3.20. Em conformidade com o art. 26 da Lei nº 4.611/2011 fica estabelecida cota reservada para as entidades preferenciais nas licitações de bens, serviços e obras de natureza divisível, desde que não haja prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto.

3.21. São entendidas como preferenciais, as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, nos exatos termos do que dispõem o art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas atualizações.

3.22. Por se tratar de uma licitação por itens, será estabelecida cota reservada para as entidades preferenciais por se tratar de aquisição de bens de natureza divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto.

3.23. Serão destinadas à participação exclusiva de entidades preferenciais as contratações cujo objeto tenha valor estimado de até R\$ 80.000,00 conforme preconiza o art. 25 da Lei nº 4.611/2011.

3.24. A reserva de cota seguirá o disposto no art. 8º do Decreto nº 35.592, de 02 de julho de 2014, bem como o disposto no art. 26 da Lei nº 4.611/2011.

3.25. O(s) item(ns) ou objeto(s) em que for aplicada a cota reservada passará(ão) a ter itens separados, sendo: os itens, com limite máximo ao percentual de 25% para a cota reservada, destinado exclusivamente às entidades preferenciais e outros itens com o percentual complementar destinado ao mercado geral.

3.26. Ressalte-se que a aplicação da cota reservada não poderá ensejar a contratação por preço superior ao que for contratado no subitem da licitação destinada ao mercado geral.

3.27. As entidades preferenciais poderão participar tanto da cota preferencial quanto da de ampla concorrência, permanecendo para a cota não reservada os direitos a que se refere à Seção IV, do art. 26, § 2º, do direito de preferência e de saneamento da Lei nº 4.611/2011.

3.28. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao licitante vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.

3.29. Será inabilitada no item a empresa que não estiver na condição de entidade preferencial e oferecer proposta para a cota reservada ou cota exclusiva.

3.30. Conforme o §1º do art. 4º da Lei 14.133/2021 o tratamento preferencial não se dará nos seguintes casos:

I - no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

II - no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.31. As demais previsões são aquelas previstas no instrumento convocatório.

4. **DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em Lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021:

4.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

- 4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. Valor ou desconto;
- 5.1.2. Marca;
- 5.1.3. Fabricante;
- 5.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.3.1. A licitante assume integral responsabilidade acerca das alíquotas e bases de cálculos dos tributos e contribuições previdenciárias que compõe a proposta, em especial àqueles influenciados por seu regime de tributação (PIS e COFINS); por incidência de desoneração (INSS e CRPB) e/ou diferenciação de alíquotas/base de cálculo em decorrência da atividade desempenhada (ISS).
- 5.3.1.1. A aceitação da proposta por parte do Órgão Licitante não gera para a futura contratada o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro quando a modificação superveniente da alíquota e/ou base de cálculo dos tributos e contribuições previdenciárias for decorrente de ato voluntário da empresa ou em face de erro quanto à interpretação de seu regime de tributação.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 (doze) meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas distritais, quando participarem de licitações públicas;

5.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 5.9.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da Lei, nos termos do art. 78, X, da Lei Orgânica do Distrito Federal; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.11. DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

5.11.1. O Licitante **deverá encaminhar a proposta de preços, com as informações descritas neste item, durante a fase de envio de documentação, por meio do sistema Portal de Compras do Governo Federal (Compras.gov.br - (www.gov.br), antes da abertura da sessão**, em campo próprio.

5.11.2. Documentação técnica a ser apresentada e analisada:

5.11.2.1. **Certificado ou Relatório de Registro do Produto** - Nos casos em que o Registro do Produto seja obrigatório pela legislação vigente, o participante/licitante deverá apresentar cópia do **Certificado ou Relatório de Registro do Produto** emitido por órgão competente;

5.11.2.2. **Comprovação de que o estabelecimento fabricante** está apto para funcionar: **empresas inscritas no Ministério da Saúde** deverão apresentar Alvará Sanitário ou Certificado de Registro e Licenciamento, dentro de sua validade, emitido pela autoridade competente do Estado, Distrito Federal ou Município; **empresas inscritas no Ministério da Agricultura** deverão apresentar Título de Registro no Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Inscrição nos Órgãos de Inspeção DIPOVA/SID (Diretoria de Produtos de Origem Vegetal e Animal/Serviço de Inspeção Distrital) para itens fabricados no Distrito Federal. Caso apresente(m) item(ns) fabricado(s) em outro Estado e/ou Município, o gênero alimentício deverá ter registro no SIF ou no SISBI/POA (Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de origem Animal);

5.11.2.3. **Alvará Sanitário vigente ou Certificado de Registro e Licenciamento** do estabelecimento responsável pela **montagem e armazenamento dos kits** a serem fornecidos.

5.11.2.4. **Deverá apresentar registro fotográfico/imagens das embalagens primárias de cada gênero que compõe o kit lanche o qual oferecerá proposta**, conforme segue:

- I - As fotos **deverão ser de frente, verso e/ou de lado, de modo a visualizar todas as informações contidas na rotulagem da embalagem primária**;
- II - Todas as informações da rotulagem descritas na embalagem primária **devem estar LEGÍVEIS** nas fotos apresentadas;
- III - As informações declaradas na embalagem primária serão avaliadas conforme as especificações apresentadas no Folheto Descritivo (Anexo I), para o gênero alimentício.

5.11.2.5. **Deverão CONSTAR na PROPOSTA DE PREÇOS as seguintes informações descritas abaixo:**

A empresa XX (nome da empresa), CNPJ n.º XXXX, inscrição estadual XXXX, sediada XXXX (endereço completo), representada por XXXX, CPF nº XXXX por intermédio de seu representante legal, **declara que o(s) item(ns) relacionado(s) na tabela abaixo**, o qual apresentou proposta, **atende(m) as especificações técnicas** estipuladas no Folheto Descritivo – Termo de Referência, anexo I do Edital.

Declara, ainda, que **está ciente que:**

* Caso seja vencedor, **deverá obrigatoriamente, antes da primeira entrega dos gêneros nas unidades escolares**, apresentar toda documentação **descrita no item 11 do Termo de Referência**, anexo I do Edital;

* A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEE/DF) **poderá solicitar Laudo Laboratorial**, durante a execução do contrato para acompanhamento da qualidade higiênico-sanitária e nutricional dos alimentos contendo as informações especificadas no Folheto Descritivo – Termo de Referência, anexo I do Edital, para o

gênero alimentício ofertado.
Essa declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

Item	Descrição do Produto	Marca	Fabricante	Número do registro do produto no órgão competente (quando aplicável).	Peso Líquido do produto	Prazo de Validade	Tipo de Embalagem Primária	Tipo de Embalagem Secundária

5.11.2.6. Além das informações a serem apresentadas na **Proposta de Preços**, o licitante deve apresentar **memória de cálculo** com a **especificação, separadamente, dos custos (transporte, valor do gênero alimentício, controle e administração, encargos trabalhistas e demais custos indiretos)** que compõe o preço final da proposta.

ITEM	QTD	UNID	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	VALOR UNIT. DO ITEM	CUSTO DE TRANSPORTE	ENCARGOS TRABALHISTA	CUSTOS INDIRETOS	VALOR TOTAL
			Nome do produto: Marca: Peso líquido unitário: Prazo de validade:	R\$ XXXX	R\$ XXXX	R\$ XXXX	R\$ XXXX	R\$ XXXX

5.11.2.7. Considerando que o objeto compreende o fornecimento de kits lanche, o valor unitário ofertado para cada kit deverá conter a **discriminação do preço unitário de cada produto que o integra**, de forma clara e objetiva, de modo a evidenciar a composição do preço final proposto.

5.11.2.8. Os documentos apresentados nesta fase do certame poderão ser diligenciados.

5.11.3. Caso necessário, durante a diligência, pode ser solicitado o envio da amostra física para avaliação da embalagem e rotulagem.

5.11.4. O julgamento da proposta será consoante aos critérios de aceitação estabelecidos no Termo de Referência.

6. **DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

- 6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário ou total do item.
- 6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 1% (um por cento).
- 6.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.11. O procedimento seguirá o modo de disputa "aberto e fechado".
- 6.12. Para o envio de lances no Pregão Eletrônico de modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos 2 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

- 6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.19.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - 6.19.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
 - 6.19.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - 6.19.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.19.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - 6.19.2.2. Empresas brasileiras;
 - 6.19.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 6.19.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.19.3. Persistindo o empate após a aplicação dos critérios referidos nos subitens anteriores, o desempate ocorrerá por meio de sorteio público a ser realizado por meio virtual, consoante instruções previamente comunicadas pelo Pregoeiro, tendo em vista a [INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MGI Nº 79, DE 12 DE SETEMBRO DE 2024](#), que proceder-se-á o sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 6.19.4. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.19.5. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.19.6. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.19.7. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.19.8. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.19.9. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.20. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 7. DA FASE DE JULGAMENTO**
- 7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.12 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).[A20]

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos artigos 130 a 134 do Decreto nº 44.330 de 16 de março de 2023.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. Contiver vícios insanáveis;

7.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2. No preenchimento da planilha, considera-se erro passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante, provisoriamente classificado em primeiro lugar, deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.12.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.12.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.12.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.1.2. A licitante cuja habilitação parcial no SICAF acusar, no demonstrativo “Consulta Situação do Fornecedor”, algum documento com validade vencida, deverá encaminhar o respectivo documento a fim de comprovar a sua regularidade.

8.1.3. Para fins de habilitação, não serão aceitos protocolos, tampouco documentos com prazo de validade vencida.

8.1.4. Considerando o art. 156, III, da Lei nº 14.133 de 2021, será realizada prévia pesquisa junto ao Portal Oficial do Tribunal de Contas da União (consulta consolidada de Pessoa Jurídica) para aferir se existe algum registro impeditivo ao direito de participar de licitações ou celebrar contratos com o Ente sancionador. (Parecer nº 087/2020 PRCON/PGDF)

8.2. Para habilitação dos licitantes, será exigida, a seguinte documentação:

8.2.1. Qualificação técnica

I - Para fins de Habilitação a empresa licitante deverá comprovar sua Qualificação Técnica, por intermédio da apresentação de, no mínimo, **1 atestado de Capacidade Técnica**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que forneceu ou fornece **gêneros similares**, tais como demais alimentos **perecíveis**, ao OBJETO dessa licitação **compatível em características, quantidades e prazos** previstos no Termo de Referência. **Não serão aceitos atestados de gêneros alimentícios não perecíveis e alimentos destinados ao consumo animal (ração).**

II - Para comprovação do quantitativo, será (ão) admitido(s) atestado (s) de Capacidade Técnica que comprove(m) **no mínimo 40%** do quantitativo do (s) item (ns) o (s) qual (is) a(s) interessada(s) esteja(m) apresentando proposta.

III - O(s) Atestado(s) de capacidade técnica deverá(ão) conter, preferencialmente, nome, endereço e telefone do contato do atestador.

IV - A exigência de atestado de capacidade técnica se dá em razão da especificidade do objeto, ou seja, são **gêneros alimentícios** adquiridos em grandes quantidades a cada requisição, com características de entregas, recebimentos e logísticas próprias, e que necessitam de fornecedores que apresentam capacidade de produção/entrega, de modo a atender a demanda solicitada dentro do prazo acordado e de qualidade adequada, bem como assegurar a continuidade e a regularidade na execução do PAE/DF, visto que o gênero alimentício em questão são indispensáveis para a composição dos cardápios ofertados.

V - Ademais, por se tratar de gênero comum de mercado, há inúmeros fornecedores atacadistas/varejistas com capacidade de fornecimento, não afetando o caráter competitivo do certame. Por fim, tal porcentagem encontra-se dentro do limite estabelecido pela jurisprudência pacificada do Tribunal de Contas da União (TCU), a exemplo dos Acórdãos nº 1.284/2003, 2.088/2004, 2383/2007 e 244/2015, todos do TCU-Plenário, o qual estabelece, como regra, o teto de 50%.

VI - Para fins de diligência a CONTRATANTE poderá solicitar a apresentação de Notas de Empenho e/ou Notas Fiscais de Entidades Públicas e Privadas.

8.2.2. Regularidade fiscal, social e trabalhista

- I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- II - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- III - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- IV - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- V - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- VI - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- VII - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.2.3. Qualificação econômico-financeira

- 8.2.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples.
- 8.2.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#))
- 8.2.3.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 últimos exercícios sociais, comprovando:
 - I - índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1;
- 8.2.3.4. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 anos;
- 8.2.3.5. Os documentos referidos acima, conforme o §4º do art. 16 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018, deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 8.2.3.6. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da parcela pertinente.
- 8.2.3.7. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133/2021, art. 65, §1º).
- 8.2.3.8. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- 8.2.3.9. Faz-se necessária a apresentação de qualificação econômico-financeira para garantir que a empresa ou pessoa física a ser contratada possua os recursos e a estabilidade necessárias para cumprir com suas obrigações contratuais. Esse tipo de análise permite avaliar a capacidade de uma organização de arcar com os custos envolvidos, evitando riscos financeiros que poderiam comprometer a execução do contrato e causar prejuízos à Administração Pública.

8.2.4. Habilitação jurídica:

- I - **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- II - **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- III - **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- IV - **Sociedade empresária ou sociedade limitada unipessoal – SLU:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- V - **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- VI - **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- VII - **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- VIII - **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).
- IX - **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 2º § 3º do Decreto 11.802 de 2023.
- X - **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 2110, de 19 de outubro de 2022](#) (arts. 15 a 17 e 146).
- XI - **Empresas submetidas a recuperação judicial poderão participar do certame**, desde que demonstrem viabilidade econômica e apresentem plano de recuperação judicial devidamente homologado pelo judiciário, conforme preceitua as **decisões do TCDF nº 596/2024, 1.212/2024, 1.469/2024**.

8.2.4.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.2.5. Declarações enviadas por meio do sistema Compras governamentais:

- I - Declaração, sob as penas da Lei, afirmando a inexistência de fato impeditivo da habilitação, contendo o compromisso de comunicar eventual superveniência de fato dessa natureza.
- II - Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.
- III - Declaração de que não ultrapassou o limite de faturamento e que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar, se for o caso.
- IV - Declaração de Elaboração Independente de Proposta.
- V - Declaração de acessibilidade conforme disposto no art. 93 da Lei n.º 8.213 de 1991.
- VI - Declaração de que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.

8.2.6. Declarações enviadas juntamente com as documentações de habilitação:

I - A empresa participante deverá apresentar, na etapa de habilitação e no ato da assinatura do Contrato, a Declaração de Ciência e Termo de Responsabilidade, constante no Anexo III do Edital.

II - A empresa participante deverá apresentar, na etapa de habilitação e no ato da assinatura do Contrato, a Declaração para fins do Decreto nº 39.860 de 2019, constante no Anexo IV do Edital (Portaria CGDF nº 356/2019).

8.3. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.

8.3.1. Para os efeitos desta licitação, considera-se sede a matriz ou o único estabelecimento comercial, industrial e de prestação de serviços da empresa (mesmo CNPJ).

8.4. Os órgãos e as entidades da Administração direta, autarquia e fundacional do Distrito Federal devem adotar, nas licitações ou nas contratações diretas, critérios de sustentabilidade ambiental, como prevê a Lei Distrital nº 4.770 de 2012.

8.5. O Pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes.

8.6. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

8.7. O Pregoeiro poderá solicitar o envio de documentos originais ou autenticados, que deverão ser encaminhados no prazo máximo de 3 (três) dias úteis para o endereço: pregao.suag@se.df.gov.br

8.8. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.8.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da Ata de Registro de Preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.9. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.10. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.10.1. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, excepcionalizada a alínea "c" do subitem 8.2.4 do Edital.

8.10.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a Lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.11. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio eletrônico no endereço: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

8.12. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da Lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.13. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em Lei e em outras normas específicas.

8.14. O licitante deverá apresentar, podendo sofrer pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.15. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

- 8.15.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 8.16. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.16.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.
- 8.16.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 8.17. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.17.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.17.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 8.18. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e Decreto nº 44.330/2023, art. 135, §3º):
- 8.18.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- 8.18.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas; e
- 8.18.3. A realização ou não de diligências ocorrerá mediante decisão fundamentada do Agente de Contratação/Pregoeiro antecedida de diálogo com os setores administrativos interessados no objeto da licitação, não se configurando direito subjetivo do licitante a juntada de documentos após o encerramento do prazo estabelecido.
- 8.19. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.20. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo disposto no subitem 8.16.1.
- 8.21. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de Licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.22. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DOS RECURSOS

- 9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da Ata.
- 9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 9.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 9.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 9.3.3. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

- 9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.10. O processo permanecerá disponível para vistas aos interessados, mediante cadastro no SEI-DF e solicitação encaminhada ao endereço eletrônico: pregao.suag@se.df.gov.br

10. **DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

- 10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 10.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;
 - 10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado (Decisão TCDF nº 2892/1019), não mantiver a proposta ou o lance em especial quando:
 - 10.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 10.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 10.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - 10.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;
 - 10.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital;
 - 10.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 10.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 10.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
 - 10.1.5. Fraudar a licitação;
 - 10.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 10.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a Lei;
 - 10.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 10.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - 10.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - 10.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 10.2.1. Advertência;
 - 10.2.2. Multa;

- 10.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e
- 10.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 10.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 10.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 10.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 10.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 10.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% (meio por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.
- 10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado.
- 10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que ver proferido a decisão recorrida que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.14. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10.15. Os procedimentos para apuração de responsabilidade e aplicação das sanções administrativas a licitantes e contratados no âmbito da SEEDF, devem estar de acordo com a Portaria Nº 1.068, de 26 de agosto de 2024.

11. **DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica nos seguintes meios: pregao.suag@se.df.gov.br

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. **DO TERMO DE CONTRATO**

12.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato, conforme Lei nº 14.133/2021 e Decreto Distrital nº 44.330/2023.

12.2. O adjudicatário terá o prazo de 8 (oito) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.2.1. O silêncio implica no decaimento do direito à contratação.

12.2.2. A convocação se dará, preferencialmente, por e-mail.

12.2.3. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, com cópia ou envio concomitante ao e-mail constante na proposta, caso discrepante, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

12.2.4. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no presente Edital e seus anexos;

12.2.5. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 104 da mesma Lei;

12.2.6. A contratada manterá, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação;

12.2.7. A vigência contratual **será de 12 meses**, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por interesse das partes **por até 5 anos**, observados os termos e as condições estabelecidas nos arts. 91, § 4º; 105; 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

12.2.8. A atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento corresponderá aos índices oficiais vigentes e somente terá cabimento após o regular processamento da liquidação da despesa.

DO REAJUSTE

12.3. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, o qual foi realizado no dia **13/02/2026**.

12.4. Após o período estipulado no item anterior, qualquer alteração posterior à assinatura do Contrato, no que tange a reajuste de preço, seguirá o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conforme preconizado no art. 3º, II do Decreto Distrital nº 37.121/2016 e alterações posteriores, bem como aos termos do art. 3º, *caput* e § 1º da Lei nº 10.192/2001, art. 6º, inciso LVIII, da [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), mediante Termo de Apostilamento assinado entre as Partes, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, conforme art. 25, §7º, da [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

12.5. As demais considerações referentes ao termo de contrato ou instrumento equivalente serão conforme as determinações do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

13. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

13.1. RECEBIMENTO

13.1.1. Os alimentos serão **recebidos provisoriamente**, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, nos termos do art. 27 do [Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023](#) e § 3º, do Art. 140 da [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

13.1.2. Os alimentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive durante do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **1 dia**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

13.1.3. O **recebimento definitivo** ocorrerá no **prazo de 30 dias**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do alimento e consequente aceitação mediante termo detalhado.

13.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

13.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133/2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

13.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

13.1.7. Salvo disposição em contrário constante do edital ou de ato normativo, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado.

13.1.8. A recusa ao recebimento do material, por qualquer motivo devidamente justificado, não acarretará a suspensão do prazo de entrega, ficando o fornecedor obrigado a retirar o material, substituí-lo ou complementar a entrega, sob pena de aplicação das penalidades disciplinares.

13.1.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

13.1.10. Independente do recebimento provisório ou definitivo, desde que constatada as condições ideais de armazenamento, caso o alimento se torne impróprio para consumo, dentro da validade, a contratante poderá solicitar o recolhimento e a substituição do gênero.

13.2. LIQUIDAÇÃO

13.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o **prazo de 30 dias** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

13.2.2. A CONTRATADA emitirá a(s) nota(s) fiscal(is) de venda ou documento(s) equivalente(s), com indicação do mês de referência, a especificação, a quantidade, o valor unitário e o valor total de cada produto, em observância ao descrito na Nota de Empenho a ser retirada após a assinatura do contrato.

13.2.3. A nota fiscal deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- Logomarca da empresa contratada;
- Razão Social da Empresa, CNPJ, endereço completo e telefone;
- Descrição do produto que foi entregue, com unidade de medida (kg, litro, unidade etc.) e quantidade;
- Data de validade e lote do produto entregue (quando aplicável);
- Número da nota de empenho;
- Dados do contrato e do órgão contratante;

- Período respectivo de execução do contrato;
- Ofício de solicitação (quando aplicável);
- Valor a pagar;
- Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;
- Dados bancários para pagamento (nome do agente financeiro, número da agência e conta corrente) e
- Espaço suficiente para assinatura, data, carimbo.

13.2.4. Os documentos fiscais deverão ser encaminhados com os respectivos Termos de Recebimento/Recibos de Entrega às Unidades Regionais de Infraestrutura e Apoio Educacional (Uniaes) para atesto da Comissão Regional de Recebimento de Gêneros Perecíveis.

13.2.5. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

13.2.6. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

13.2.7. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

13.2.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no **prazo de 5 dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

13.2.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.2.10. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

13.2.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

13.2.12. A contratada deverá encaminhar as documentações solicitadas no item 8.1.7 do Termo de Referência e demais subitens conforme o prazo e condições estipuladas.

13.2.13. As Comissões Regionais de Recebimento de Gêneros disporão de **5 dias úteis** para a realização do atesto do recebimento do material, após a data de recebimento das faturas.

13.2.14. Para a realização do atesto as comissões observarão a correspondência entre os valores solicitados por meio do Plano de Distribuição, os Termos de Recebimento/Recibo de Entrega e as notas fiscais e, ainda, a autenticidade por meio do site da nota fiscal eletrônica, a ser verificada no endereço eletrônico: <https://www.nfe.fazenda.gov.br/portal/principal.aspx>.

13.2.15. No atesto, a ser realizado em processo de pagamento específico autuado pela Gevmon, deverão ser especificados número da nota fiscal, data de emissão, número da nota de empenho e valor total da fatura, além dos dizeres: "A Comissão de Recebimento de gênero alimentício perecível, constituída por meio da Ordem de Serviço nº (), publicada no DODF nº (), atesta o recebimento dos materiais descritos nos documentos. Atesta, ainda, a autenticidade das faturas por meio de consulta realizada no site da nota fiscal eletrônica em (data da consulta)".

13.2.15.1. O atesto deverá ser assinado por, no mínimo, 3 membros da Comissão.

13.2.16. Havendo impossibilidade de regularização do documento fiscal conforme item anterior e, após a data de recebimento da notificação pela CONTRATADA com **prazo de 5 dias** para defesa prévia, não havendo justificativa para sanar a inconformidade no faturamento, a contratante poderá realizar glosa na fatura com vistas a adequar o pagamento ao valor real

fornecido.

13.2.17. As Uniaes restituirão à Gevmon os processos imediatamente após atesto para instrução relativa ao pagamento da despesa.

13.2.18. O setor de alimentação escolar da SEEDF ficará responsável pela instrução dos processos de pagamento, consoante legislação em vigor, e encaminhamento às unidades competentes para liquidação e pagamento das despesas no prazo **máximo de até 30 dias** contados a partir da apresentação da nota fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação e pagamento.

13.2.19. Nos termos do art. 61 do Decreto nº 32.598/2010, para liquidação da despesa, é indispensável constar no processo:

- Nota de empenho;
- Atestado de recebimento do material, de prestação do serviço ou de execução da obra, emitido por agente credenciado, na primeira via do documento fiscal, salvo nos casos previstos no §1º do artigo 64 e no caso de o processo ter sido iniciado por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI);
- Termo circunstanciado que comprove o recebimento do serviço ou a execução da obra, nos termos da alínea “b” do inciso I do artigo 140 da [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), emitido por servidor ou comissão designada pela autoridade competente;
- Atestado de execução, na forma do artigo 44;
- Data, nome por extenso, em carimbo ou letra de forma, número de matrícula e cargo ou função, sob as assinaturas dos servidores que os instruírem o processo; e
- Documento eletrônico atestando a prestação do serviço relativo a um ou mais documentos fiscais, assinado por servidor ou comissão designado para tal ato, nos casos de os processos terem sido iniciados por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

13.3. **PRAZO DE PAGAMENTO**

13.3.1. O pagamento será realizado **em até 30 dias**, sendo contados a partir da data de apresentação das Notas Fiscais à CONTRATANTE, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação e pagamento. É vedada a antecipação de pagamento, para cada faturamento.

13.3.2. Após o prazo estipulado no item anterior, verificada ausência de pagamento por parte da CONTRATANTE, a parcela devida será reajustada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) *pro rata tempore die*, de acordo com o art. 3º, II do Decreto Distrital nº 37.121/2016.

13.4. **FORMA DE PAGAMENTO**

13.4.1. O pagamento será efetuado de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura de Serviços e após atesto pelo gestor do Contrato.

13.4.2. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar, junto com os documentos fiscais, os demais documentos relacionados abaixo:

- CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS - CRF;
- CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO.
- CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS;
- CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS JUNTO AO GDF;

13.4.3. Os pagamentos de despesas somente serão efetivados após sua regular liquidação e emissão de Previsão de Pagamento – PP, conforme o previsto no artigo 63, do Decreto nº 32.598, de 15 de Dezembro de 2010.

13.4.4. Não será efetuado pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

- 13.4.5. Em hipótese alguma será objeto de instrução processual documento fiscal emitido em desacordo com as especificações contratuais e/ou do Termo de Referência.
- 13.4.6. Todos os pagamentos serão realizados em estrita observação à instrução dos autos, descontando do valor total da fatura eventuais glosas apontadas pelos fiscais do contrato.
- 13.4.7. O pagamento somente será efetuado após o atesto, pelo servidor competente (gestor ou fiscal de contrato), do documento de cobrança apresentado pela contratada.
- 13.4.8. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 13.4.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 13.4.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 13.4.10.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 13.4.10.2. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123/2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 13.4.11. Não será efetuado pagamento à Contratada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- 13.4.12. Todos os pagamentos serão realizados em estrita observação à instrução dos autos, descontando do valor total da fatura eventuais glosas apontadas pelos fiscais de contrato.
- 13.4.12.1. O pagamento será realizado em tantas parcelas quantas necessárias, conforme parcelamento das entregas.
- 13.4.12.2. As Notas Fiscais do gênero, vinculadas aos recursos do PNAE/FNDE, serão pagas por meio de transferência direta de créditos em conta corrente da CONTRATADA ou através de pagamento via cartão de crédito, nos termos do Acordo de Cooperação Técnica nº 047/2018, firmado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e o Banco do Brasil em 14 de dezembro de 2018.
- 13.4.13. Por força do Decreto Distrital 32.767/2011, as empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00, os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A (BRB).
- 13.4.13.1. Excluem-se das disposições do art. 6º do Decreto nº 32.767, de 17/02/2011:
- a) Os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública federal;
 - b) Os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos;
 - c) Os pagamentos a empresas de outros Estados da federação que não mantenham filiais e/ou representações no Distrito Federal e que venceram processo licitatório no âmbito deste ente federado.

13.5. **CESSÃO DE CRÉDITO**

- 13.5.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025](#), conforme as regras deste presente tópico.
- 13.5.2. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, dependerão de prévia aprovação do contratante.
- 13.5.3. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, em relação à Administração, está condicionada à celebração por apostilamento, ao contrato administrativo.
- 13.5.4. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme [o Art. 12 da Lei nº 8.429/1992](#), nos termos do [Parecer JI-01, de 18 de maio de 2020](#).

13.5.5. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 82, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2025 e Anexos).

13.5.6. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

14. **DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

14.1. As regras referentes ao modelo de execução do objeto serão conforme as determinações do Termo de Referência e seus anexos.

15. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

15.1. As regras referentes às obrigações da contratante serão conforme as determinações do Termo de Referência e seus anexos.

16. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

16.1. As regras referentes às obrigações da contratada serão conforme as determinações do Termo de Referência e seus anexos.

17. **DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

17.1. As regras referentes aos requisitos da contratação serão conforme as determinações do Termo de Referência e seus anexos.

18. **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

18.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

18.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

18.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

18.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

18.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

18.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

18.9. A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal- SEEDF poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

18.10. A anulação do Pregão induz à do contrato.

18.11. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da contratada de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

18.12. É terminantemente proibida a utilização de mão de obra infantil na execução dos serviços, sendo que o descumprimento deste dispositivo implicará na rescisão imediata do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, conforme estabelecido na Lei Distrital n.º 5.061 de 2013.

- 18.13. A licitante vencedora fica obrigada a respeitar os termos estipulados no Decreto nº 38.365 de 2017, que regulamenta a Lei nº 5.448 de 2015, o qual proíbe conteúdo discriminatório contra a mulher.
- 18.14. A licitante vencedora fica obrigada a respeitar os termos estipulados na Lei Distrital 5.757/2016, que criou o Programa de Estratégias para inserção de dependentes químicos no mercado de trabalho.
- 18.15. Deverão ser observadas as práticas de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral ou sexual, nos termos estipulados no Decreto nº 44.701, de 05 de julho de 2023.
- 18.16. A contratada deverá observar a disposição da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis repassados em decorrência da execução do contrato.
- 18.16.1. A contratada deverá ter ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados.
- 18.17. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.
- 18.18. Deverão ser observadas as boas práticas para o Desenvolvimento Social e Ambientalmente Sustentável e de Governança Corporativa, além de Transparência e Integridade nas Licitações e Contratações Públicas.
- 18.19. Deverão ser observadas as aplicações da Lei nº14.133/021 e do Decreto nº44.330/2023 ao presente procedimento licitatório.
- 18.20. Cumpre estabelecer a implementação no processo licitatório o disposto na Lei nº 6.112, de 02/02/2018, alterada pela Lei nº 6.176 de 16/07/2018 e pela Lei nº 6.308, de 13/06/2019 que dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação do Programa de Integridade nas empresas que contratarem com a Administração Pública do Distrito Federal.
- 18.21. Deverão ser observadas as normas do Decreto nº44.162, de 25 de janeiro de 2023, que determina em seu art. 5º que é obrigatório o cadastramento dos contratos administrativos, bem como dos respectivos termos aditivos, apostilamentos e termos de rescisão no Sistema de Gestão de Contratos - e-ContratosDF, sendo vedada a execução da despesa que não obedecer ao dispositivo legal.
- 18.22. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 18.23. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no site da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.
- 18.24. As demais considerações deverão estar de acordo com os termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto Distrital nº44.330/2023 e demais legislações aplicáveis.

19. DOS ANEXOS

- 19.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência (id.203991352);

(Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar (id.187617815);

ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato;

ANEXO III - Declaração de Ciência e Termo de Responsabilidade;

ANEXO IV - Declaração para os fins do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019;

ANEXO V - Minuta de Ata de Registro de Preços; e

ANEXO VI - Penalidades (Lei nº14.133/2021, Decreto Distrital nº44.330/2023 e Portaria nº 1.068, de 26 de agosto de 2024).

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

ANEXO I DO EDITAL**TERMO DE REFERÊNCIA (ID. 203991352)****PRETENSE AQUISIÇÃO DE KITS LANCHE POR MEIO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA O PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO DISTRITO FEDERAL - PAE/DF****1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO****1.1. OBJETO**

1.1.1. O objeto deste Termo de Referência é a pretense aquisição de **KITS LANCHE**, por meio do Sistema de Registro de Preços, para atendimento ao Programa de Alimentação Escolar (PAE/DF), de acordo com as demandas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEE/DF), conforme especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

1.2. ESPECIFICIDADES DO OBJETO

1.2.1. Aquisição de **Kits lanche**, compostos por gêneros alimentícios prontos para consumo, por meio de Registro de Preços, para atendimento ao Programa de Alimentação Escolar do Distrito Federal (PAE/DF), voltado aos estudantes do EJA, matriculados no Centro Educacional 01 de Brasília (CED 01). **A entrega dos kits deverá ser realizada semanalmente ou sob demanda, diretamente nas unidades escolares prisionais ou conforme previsto pelo CED 01**, de acordo com os endereços especificados no Anexo III - Endereço Das Unidades Escolares Prisionais.

1.2.2. Os itens que compõem os kits a serem adquiridos deverão satisfazer às especificações definidas neste Termo de Referência, bem como no seu Anexo I - Folheto Descritivo, conforme Resolução CD/FNDE nº 06, de 08 de maio de 2020, demais legislações vigentes correlatas e literatura de referência.

1.2.3. Os itens que compõem os kits da pretense aquisição, bem como a sua quantidade total estão previstos no Anexo II - Planilha de Quantitativos e Estimativa de Custos, deste Termo de Referência.

1.3. JUSTIFICATIVA PARA NÃO UTILIZAÇÃO DO CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO

1.3.1. Em atendimento ao art. 36, § 2º do [Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023](#) justifica-se a não utilização do Catálogo Eletrônico de Padronização na pretense aquisição face as especificidades dos gêneros adquiridos por esta SEE/DF para atendimento ao Programa de Alimentação Escolar do Distrito Federal (PAE/DF) as quais deverão estar em conformidade com as recomendações nutricionais preconizadas no Decreto nº 36.900 de 23/11/2015, que estabelece diretrizes para a promoção de alimentação adequada e saudável nas escolas da rede de ensino do Distrito Federal e as exigências higiênico-sanitárias estabelecidas em Lei. Salienta-se que as especificações do objeto em comento, estabelecidas neste Termo de Referência em seu ANEXO I (Folheto Descritivo), são comumente encontradas nos mercados locais.

1.4. NATUREZA DO OBJETO

1.4.1. Os objetos da pretense aquisição se enquadram nos termos dos incisos XIII e XLI do art. 6º e art. 29 da [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), art. 114 do [Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023](#), por se tratar de bem comum, com características e especificações usuais de mercado, cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos, e que são usualmente encontradas no mercado brasileiro, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade Pregão, na forma eletrônica por meio do Sistema de Registro de Preços.

1.4.2. Os objetos desta contratação não se enquadram como sendo de bens de luxo, conforme art. 74 do Decreto nº 44.330/2023 e art. 20 da [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Descrição da Necessidade da Contratação encontra-se pormenorizada em Tópico(2) específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência;

3. PÚBLICO BENEFICIÁRIO

3.1. Constitui público beneficiário atendido pelo Programa de Alimentação Escolar do Distrito Federal - PAE/DF cerca de, aproximadamente, 2.600 reeducandos matriculados no Centro Educacional 01 de Brasília (CED 01).

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1. O presente certame se processará por meio do Pregão eletrônico e obedecerá integralmente ao [Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023](#), a [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#) e, ainda, a [Lei nº 4.770 de 22 de fevereiro de 2012](#), [Lei nº 4.611/2011](#), [Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006](#), [Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990](#), a [Portaria nº 1.068, de 26 de agosto de 2024](#), e demais normativos constante no Instrumento Convocatório e seus anexos.

4.2. A pretensa aquisição está fundamentada no art. 2º do Decreto nº 28.754, de 31 de janeiro de 2008 o qual determina que “A presente descentralização compreende, exclusivamente, as licitações de compras, obras e serviços, cuja prestação não possa sofrer solução de continuidade para atendimento das necessidades essenciais das instituições educacionais da rede pública de ensino do Distrito Federal”. Excepcionalmente, o referido Decreto permite que a SEE/DF seja excluída da observância do regime de centralização de licitações de compras, obras e serviços, uma vez que a aquisição do gênero alimentício não possa sofrer interrupção. Desta forma, tendo em vista o caráter continuado do Programa de Alimentação Escolar do Distrito Federal (PAE/DF), e com o intuito de evitar o desabastecimento, justificamos a aplicação do referido decreto considerando que o fornecimento do gênero alimentício em epígrafe é essencial para a oferta de uma alimentação adequada e saudável aos alunos da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

4.3. O processo de aquisição de alimentos para o Programa de Alimentação Escolar do Distrito Federal também está baseado nas exigências estipuladas pelas seguintes normas:

- Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006;
- Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009;
- Decreto nº 36.900, de 23 de novembro de 2015;
- Resolução nº 275, de 21 de outubro de 2002;
- Decreto nº 28.754, de 31 de janeiro de 2008;
- Resolução nº 331, de 23 de dezembro de 2019;
- Resolução CD/FNDE nº 06, de 08 de maio de 2020;
- Resolução CD/FNDE nº 03, de 04 de fevereiro de 2025;
- Resolução nº 623, de 09 de março de 2022;
- Decreto nº 11.821, de 12 de dezembro de 2023;
- Instrução Normativa nº 161, de 1º de julho de 2022;
- IQ COSAN, Manual – FNDE 2018;

- Parecer Referencial nº 59/2024 - PGDF/PGCONS; e
- Guia Alimentar da população brasileira 2ª edição, 2014.

4.4. Os itens a serem adquiridos estão listados no Plano de Contratações Anual PCA 2026, conforme os documentos em anexo (195183834), registrados sob os IDs **43313** (Kit lanche 01), **36342** (Kit lanche 02) e podem ser consultados no [Portal de Compras](#).

4.5. **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.5.1. O presente certame se processará por meio do Pregão eletrônico nos termos da [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), [Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023](#), Lei Complementar nº 123/2006, bem como nas condições estabelecidas no edital do pregão eletrônico e seus anexos. Assim, o presente certame que visa à aquisição do gênero alimentício previstos neste Termo de Referência encontra-se fundamentada nos incisos I e II do art. 190 do [Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023](#), que regulamenta no âmbito do Distrito Federal a [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), Lei de Licitações e Contratos, considerando as características e a natureza do objeto a ser adquirido, a necessidade de contratações frequentes e a conveniência de entregas parceladas:

[Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023](#): *in verbis*

" Art. 190. O Sistema de Registro de Preços será adotado, preferencialmente:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou tarefa;

(...)"

4.5.2. A utilização da forma de Sistema de Registro de Preço na Modalidade Pregão eletrônico, com base nas orientações do [Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023](#), dar-se, portanto, pelo fato de que **a aquisição dos gêneros alimentícios em comento se dará de forma parcelada**. Essa Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal adquirirá o gênero alimentício objeto deste Termo de Referência, por meio da Gerência de Planejamento, Acompanhamento e Oferta da Alimentação Escolar (Gpae), conforme necessidade do CED 01 de Brasília.

4.5.3. Logo, tomando como base no inciso II do art. 190 do referido decreto o qual estabelece hipóteses em que a Administração Pública Federal pode utilizar o Sistema de Registro de Preço, frisamos que a forma de aquisição do gênero alimentício em questão atende às especificações do inciso acima por se tratar de aquisição de bens com previsão de entrega parcelada, em que se registram os valores e quantitativos na totalidade, porém contrata-se somente a quantidade necessária para atender o abastecimento planejado.

4.5.4. O Sistema de Registro de Preços na Modalidade Pregão eletrônico proporciona uma aquisição de produtos de maior qualidade, uma vez que padrões de identidade, desempenho e qualidade do gênero da pretensa aquisição podem ser objetivamente definidos. Além disso, proporciona também maior celeridade do procedimento licitatório, transparência, agilidade, eficiência e economicidade à gestão pública.

4.6. **INTENÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.6.1. Conforme previsto no parágrafo único do art. 192, do [Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023](#) a publicidade da intenção de registro de preços aos demais órgãos e entidades, prevista no inciso I, do caput deste artigo, poderá ser dispensada pelo órgão gerenciador, mediante justificativa, quando o objeto for de interesse restrito a órgãos ou entidades específicas da Administração Pública Distrital, bem como ao art. 86, §1º da [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), o qual estabelece que o procedimento será dispensável quando o órgão ou entidade gerenciadora for o único contratante.

4.6.2. Dessa forma, tendo em vista que os quantitativos pretensos para o fornecimento são, todos, de alta necessidade, bem como sua disponibilidade para execução do Programa de Alimentação Escolar do Distrito Federal (PAE/DF), **esta Diretoria solicita que no presente processo de aquisição dos gêneros alimentícios em comento desta Unidade seja dispensada a divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP)**, considerando que o fornecimento será para 200 dias letivos, distribuído diariamente nas Unidades Escolares.

4.7. **REGISTRO E VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

4.7.1. Conforme o art 198 do [Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023](#), após a homologação da licitação, o licitante melhor classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços nas condições e no prazo estipulados no edital. Este prazo de convocação pode ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que a Administração aceite o motivo justificado. A ordem de convocação para a assinatura da ata seguirá estritamente a ordem de classificação da licitação.

4.7.2. Os preços e quantitativos ofertados pelo vencedor serão registrados na ata. O prazo de **vigência da ata é de 12 meses**, contado a partir da publicação de seu extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas. A vigência poderá ser prorrogada por igual período, desde que se comprove que as condições e o preço registrados continuam vantajosos para a Administração, em consonância com previsto no art. 198, do [Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023](#) e art. 84 da [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

4.7.3. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

4.8. **DO CADASTRO RESERVA E RECUSA**

4.8.1. Com o fulcro no art. 198, § 4º do [Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023](#), para a formação de cadastro reserva serão registrados na respectiva Ata de Registro de Preços os preços e quantitativos dos Licitantes que aceitarem cotar o(s) objeto(s) com preços iguais ao do Licitante vencedor, na sequência da classificação deste certame. Se houver múltiplos licitantes aceitando os preços, eles serão classificados pela ordem da última proposta apresentada na fase competitiva. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será verificada somente quando houver a necessidade de contratação de um fornecedor remanescente.

4.8.2. Segundo previsto nos parágrafos 5º, 6º e 7º do [Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023](#), a recusa do adjudicatário em assinar a ata no prazo do edital permite a convocação, na ordem de classificação, dos licitantes que aceitaram fornecer com os mesmos preços do vencedor. A recusa injustificada ou sem justificativa aceita implicará a instauração de um procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de penalidades, garantidos o contraditório e a ampla defesa. Se nenhum licitante aceitar os preços do vencedor, a Administração poderá convocar os remanescentes na ordem de classificação para assinar a ata nas condições por eles ofertadas, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado e atualizado.

4.9. **PROIBIÇÕES**

4.9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata, incluindo os acréscimos de que trata o art. 124 da Lei nº 14.133/2021. Também é proibida a existência simultânea de mais de um registro de preços para o mesmo objeto, no mesmo local e em idênticas condições mercadológicas e de logística. O preço registrado e a indicação dos fornecedores serão disponibilizados pelo órgão gerenciador no PNCP e no Portal de Compras do Distrito Federal no início de sua utilização, conforme parágrafos 8º, 9º e 10º do art 198 do [Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023](#).

4.10. **RENOVAÇÃO**

4.10.1. O art. 199 do [Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023](#) permite que, no ato de prorrogação da vigência da ata, haja a renovação dos quantitativos registrados, limitada ao quantitativo original. O quantitativo renovado e o novo prazo devem ser indicados expressamente no ato de prorrogação.

4.10.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações decorrentes, sendo-lhe facultado realizar licitação específica. Contudo, é assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições, conforme expresso no art. 200 do [Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023](#).

4.11. **ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

4.11.1. Conforme o contido no Acórdão nº 311/2018 do Tribunal de Contas da União (TCU), a permissão ou não da Adesão tardia (“carona”) à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes do planejamento da contratação é de natureza discricionária por parte do gestor. Sendo assim, no âmbito dessa discricionariedade, **não será autorizada** a adesão à Ata de Registro de Preços, uma vez que não há estudo técnico ou previsão de realização do mesmo, que contemple uma estimativa prévia dos quantitativos a serem reservados a contratação por adesão, conforme disciplina o art. 197, inciso III, do [Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023](#).

5. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

5.1. A aquisição dos Kits Lanche em comento visa garantir uma alimentação que atenda às necessidades nutricionais dos alunos matriculados no CED 01 de Brasília, durante as atividades educativas, em conformidade ao preconizado na Lei nº 5.146, de 19 de agosto de 2013.

5.2. Além do mais, os gêneros alimentícios que compõem os Kits deverão ser produzidos de acordo com o Regulamento Técnico sobre as Condições Higiênicas Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para estabelecimentos elaboradores/industrializadores de alimentos, legislações Sanitárias Federal, Estadual/Municipal ou Distrital e do Ministério da Agricultura,

Pecuária e Abastecimento (MAPA), quando for o caso.

5.3. Em termos de economicidade, por serem considerados gêneros alimentícios comuns de mercado, há diversos fornecedores, desde fabricantes a distribuidores, que atendem as características do objeto em epígrafe na qualidade proposta, não havendo, portanto, restrições de mercado.

5.4. No que tange aos impactos ambientais, tendo em vista que os Kits Lanche são elaborados pela empresa contratada, o consumo dos alimentos que compõem o Kit geram impactos voltados ao descarte das embalagens. Dessa forma, as unidades escolares são constantemente orientadas quanto às Boas Práticas de descarte dos resíduos sólidos gerados, a fim de evitar impactos adversos no meio ambiente e na saúde humana. Ainda, a contratada e o fabricante/fornecedor dos gêneros alimentícios deverão adotar práticas de sustentabilidade ambiental no fornecimento dos mesmos, conforme especificado no item 6.1 deste Termo de Referência.

5.5. No que se refere ao impacto social, cultural e ético consiste em ofertar uma alimentação equilibrada e diversificada segundo os hábitos alimentares culturalmente estabelecidos na região, respeitando as tradições locais, as necessidades nutricionais conforme modalidade de ensino; promover a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio de ações de educação alimentar e nutricional, proporcionar o bem-estar nutricional durante as atividades, como também contribuir para um bom desempenho no processo de aprendizagem do aluno.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. SUSTENTABILIDADE

6.1.1. A **CONTRATADA**, bem como o **fabricante/fornecedor** do produto deverão declarar que atendem aos requisitos de sustentabilidade previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de obras e serviços pelo Distrito Federal, assim como ao art. 2º do Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023, o qual regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal, devendo ser observados os requisitos ambientais com o menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

6.2. EXIGÊNCIA DA AMOSTRA

6.2.1. A contratada deverá apresentar 1 unidade do kit licitado, **rigorosamente de acordo com o apresentado na proposta e documentação técnica aprovadas na fase inicial do certame**, conforme as especificações do Folheto Descritivo (ANEXO I) deste Termo de Referência, com a inscrição de "**PRODUTO INSTITUCIONAL – PROIBIDA A VENDA**", na embalagem secundária (embalagem que comportará os itens do kit) à Gerência de Planejamento, Acompanhamento e Oferta da Alimentação Escolar (Gpae), **no ato da contratação**, a fim de que a CONTRATANTE possua uma unidade do kit licitado, servindo como parâmetro comparativo para padronização das futuras entregas. A gramatura da unidade apresentada deverá ser a mesma gramatura descrita na embalagem primária do produto que será fornecido.

6.2.2. A referida informação poderá vir impressa ou carimbada com tinta indelével e duradoura, ou etiqueta adesiva de alta aderência, por exemplo, não necessitando de fabricação de embalagens exclusivas para atendimento do Contrato.

6.2.3. A unidade do kit licitado deverá ser entregue na **Diretoria de Alimentação Escolar (DIAE)** – Sede I da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEE/DF), localizada no Shopping ID, Setor Comercial Norte - Quadra 06, Conjunto A- Edifício Venâncio 3.000, Bloco B, 9º Andar - Brasília-DF, CEP.: 70.716-400.

6.2.4. A amostra apresentada poderá ser submetida ao TESTE DENTRO-FORA DO PADRÃO conforme Manual para aplicação dos Testes de Aceitabilidade no Programa Nacional de Alimentação Escolar, com base nas exigências previstas neste Termo de Referência.

6.3. CONSÓRCIO E SUBCONTRATAÇÃO

6.3.1. A participação de consórcios de empresas no processo licitatório é permitida, mas depende da **justificação da Administração** no edital, conforme o Art. 15 da Lei nº 14.133/2021. A Administração pode admitir consórcios quando entender que a união de empresas é necessária para garantir a **competitividade** do certame e o atendimento das exigências técnicas ou econômicas do objeto licitado.

6.3.2. Via de regra, o Administrador público autoriza a participação de consórcio quando entende que a competitividade do certame licitatório poderá ser afetada pela inexistência ou pela escassez de empresas que isoladamente não teriam capacidade técnica e/ou econômica de concorrer em igualdades de condições, sendo assim necessária a união de várias empresas para atender as condições especificadas no edital.

6.3.3. Dessa forma, não havendo complexidade na especificação e aquisição do gênero alimentício para o Programa de Alimentação Escolar, **não se justifica a participação de Consórcio no processo em questão**, visto que é um gênero comumente encontrado no mercado permitindo a participação tanto de empresas de médio e grande porte quanto às entidades preferenciais, tais como microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais.

6.3.4. Destaca-se que a subdivisão do objeto em itens mantém a competitividade e eficiência no certame em busca da proposta mais vantajosa, menor preço atrelado à qualidade, sem que haja a necessidade de participação de empresas consorciadas. Tal permissibilidade poderia causar dano à administração por frustrar o próprio caráter competitivo da disputa pelo menor preço.

6.3.5. A subcontratação também está vedada, uma vez que o objeto a ser adquirido é de fácil execução e pode ser atendido integralmente pela empresa contratada, sem a necessidade de transferir responsabilidades para terceiros. Além disso, a subcontratação poderia gerar instrumentos contratuais adicionais, com consequentes atribuições extras à Administração Pública, o que não se alinha com a natureza do objeto licitado

6.4. **GARANTIA CONTRATUAL**

6.4.1. Para o fiel cumprimento das obrigações contratuais, será exigida da licitante vencedora a prestação de garantia no valor correspondente a **3% do montante do contrato em até 10 dias úteis após assinatura do contrato**, prorrogáveis por mais 10 dias úteis, uma única vez, mediante justificativa, cabendo esta SEE/DF a aceitação ou não da justificativa, mediante uma das seguintes modalidades, conforme preconiza o parágrafo 1º, incisos I, II e III, art. 96 da [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#):

- a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- b) seguro-garantia;
- c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

6.4.2. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-lo, no máximo, até a data de assinatura do contrato, conforme § 3º do art. 96 da [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#):

§ 3º O edital fixará prazo **mínimo de 1 (um) mês**, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade prevista no inciso II do § 1º deste artigo.

6.4.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

6.5. **PROIBIÇÃO DE MÃO DE OBRA INFANTIL**

6.5.1. A CONTRATADA deve declarar que não utiliza mão de obra direta ou indireta de menores de 18 anos, de acordo com o descrito na Lei Distrital nº 5.061/2013, para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 anos (conforme [inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal](#)), sob pena de extinção do contrato e a aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

6.6. **CONTEÚDO DISCRIMINATÓRIO CONTRA A MULHER**

6.6.1. A CONTRATADA fica obrigada a respeitar os termos estipulados no Decreto nº 38.365, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 143, de 27 de julho de 2017, que regulamenta a Lei nº 5.448, de 12 de janeiro de 2015, que proíbe conteúdo discriminatório contra a mulher.

6.7. **REGRA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD**

6.7.1. A CONTRATADA deverá obedecer ao regulamentado pela Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados, recepcionado pelo Decreto Distrital nº 45.771/2024, sendo necessário atender suas determinações para que esta Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e seus agentes não venham a incorrer em sanções pelo descumprimento da referida Lei.

7. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

7.1. **FORNECIMENTO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS**

7.1.1. **Características para aceitação do Gênero Alimentício:**

7.1.1.1. Os gêneros alimentícios a serem adquiridos deverão satisfazer às especificações definidas neste Termo de Referência, bem como em seu Anexo I (Folheto Descritivo), IN nº 75/2020; RDC nº 727/2022, demais legislações vigentes correlatas e literatura de referência.

7.1.1.2. Os gêneros alimentícios deverão necessariamente ser acondicionados em embalagem primária e secundária, respeitando os tipos de embalagens e gramaturas especificadas neste Termo de Referência.

7.1.1.3. A CONTRATADA deverá apresentar **Laudo Laboratorial** dos gêneros alimentícios, assinado pelo responsável técnico do laboratório, contendo as análises e as informações especificadas no Folheto Descritivo (ANEXO I) deste Termo de Referência, para o gênero alimentício. **Os Laudos laboratoriais deverão corresponder aos mesmos lotes dos produtos a serem entregues a esta SEE/DE,** e poderá ser solicitado a qualquer tempo durante a execução do contrato, sempre que constatadas inconformidades do gênero ofertado e/ou para acompanhamento da qualidade higiênico-sanitária e nutricional do alimento. Observar as orientações acerca dos procedimentos de controle de qualidade, descritas no item 7.2 e subitens deste Termo de Referência.

7.1.1.4. As análises laboratoriais deverão ser realizadas, com ônus da CONTRATADA, em laboratórios de análise de alimentos, conforme abaixo:

- a) Laboratório de Rede Oficial do Ministério da Saúde ou do Ministério da Agricultura;
- b) Laboratório autorizado/credenciado pelo Ministério da Saúde ou do Ministério da Agricultura;
- c) Laboratórios que apresentem acreditação das análises/ensaios conforme a norma da ABNT NBR ISO/IEC 17025 (ou outras que vierem a ser aprovadas, válidas e atualizadas) e ativa junto ao INMETRO, pertencentes à Rede Brasileira de Laboratório de Ensaio-RBL; ou
- d) Laboratórios pertencentes às Universidades Federais ou Estaduais.

7.1.1.5. A análise centesimal e físico-química da amostra deverá ser baseada em 100 gramas do produto.

7.1.1.6. Os laudos laboratoriais deverão ser emitidos com a devida assinatura do responsável técnico. Não serão aceitos laudos expedidos por laboratórios pertencentes à própria indústria de alimentos responsável pela fabricação do produto.

7.1.2. **Entrega e Prazos:**

7.1.2.1. As entregas serão realizadas diretamente nas unidades escolares prisionais ou conforme previsto pelo CED 01, de acordo com o endereço especificado no Anexo III deste Termo de Referência, conforme cronograma a ser divulgado posteriormente.

7.1.2.2. A periodicidade das entregas poderá ser SEMANAL ou conforme planejamento elaborado pela Gpae.

7.1.2.3. Após emissão da(s) Nota(s) de Empenho, que poderá ser para uma ou mais distribuições, será encaminhado o cronograma de entrega dos quantitativos do gênero. A CONTRATADA será oficiada, com pelo menos **10 dias úteis** de antecedência da data do início das entregas, em relação ao quantitativo a ser entregue e aos períodos de entrega estipulados pelo setor de alimentação escolar.

7.1.2.4. Poderá haver alterações nos quantitativos apresentados na Planilha de Quantitativos e Estimativa de Custos (ANEXO II), deste Termo de Referência, e na Memória de Cálculo Consolidada, conforme a necessidade da SEE/DF.

7.1.2.5. As entregas deverão cumprir o cronograma estabelecido pelo setor de alimentação escolar e em consonância aos horários estabelecidos pela Secretaria de Administração Previdenciária em dias úteis.

7.1.2.6. A Unidade Escolar prisional não têm a obrigação de receber entregas fora dos horários estipulados e previamente acordados.

7.1.2.7. A CONTRATADA deverá entregar o gênero alimentício diretamente nas unidades escolares prisionais (ANEXO III), deste Termo de Referência, limitado ao valor do contrato, acompanhado do Termo de Recebimento em 2 vias contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Logomarca da Empresa Contratada;
- b) Razão Social da Empresa, CNPJ, endereço completo e telefone;
- c) Nome e endereço completo da Escola;
- d) Descrição do produto que está sendo entregue, com unidade de medida (kg, litro, dúzia, unidade, etc.) e quantidade; e
- e) Espaços para assinatura, data e carimbo do responsável pelo recebimento dos produtos nos locais de entrega.

I - Os **Termos de Recebimento** devem estar devidamente atestados pelo responsável por receber o gênero alimentício nas unidades escolares prisionais: assinados à caneta pelo ocupante de um destes cargos: Diretor, Vice-Diretor, Supervisor Administrativo, Supervisor Pedagógico, Secretário Escolar da Unidade Escolar prisional ou outro servidor designado para o recebimento, tendo ainda o número da matrícula, a data e o carimbo da Instituição.

II - A Contratada deverá encaminhar via e-mail, as Notas Fiscais e os Termos de Recebimento para a Unidade de Infraestrutura e Apoio Educacional (Uniae), para a conferência e atesto pela Comissão Regional de Recebimento de Gêneros Perecíveis. As Notas Fiscais deverão ser encaminhadas concomitantemente à Gerência de Vigilância e Monitoramento da Qualidade Alimentar (Gevmon) juntamente com as certidões indicadas no parágrafo 1º do art. 63 do Decreto nº 32.598/2010, preferencialmente, até o décimo dia útil do mês subsequente ao fornecimento do material, por meio do endereço eletrônico gevmmon.suape@se.df.gov.br.

7.1.2.8. A Gevmon deverá autuar, instruir e disponibilizar processo de pagamento específico do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) para análise e atesto das faturas pelas Comissões de Recebimento de Gêneros e pelo fiscal do Contrato.

7.1.2.9. As Comissões terão **5 dias úteis**, a partir da data de entrega dos Termos de Recebimento e Notas Fiscais, para realização do atesto por meio do processo eletrônico específico, devendo constar no documento a assinatura de, pelo menos, 3 membros.

7.1.2.10. No ato da entrega do produto nas unidades escolares prisionais o mesmo será submetido ao controle de qualidade, prazo de validade, quantidade, lote, tipo de embalagem primária e secundária, do meio de transporte e outros aspectos que se fizerem necessárias à garantia do produto, o qual estando em conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência será realizado o recebimento definitivo do gênero.

7.1.2.11. Os produtos entregues deverão estar rigorosamente de acordo com a proposta de preços, documentação técnica e o registro fotográfico/imagem da embalagem primária do produto apresentadas na fase inicial do certame e com a unidade do produto apresentado no Ato da contratação.

7.1.2.12. **Os produtos não poderão apresentar qualquer grau de deterioração, desintegração ou fermentação, não devendo conter substâncias estranhas de qualquer natureza nocivas à saúde.**

7.1.2.13. Será recusado e devolvido, o produto de qualidade inferior ao descrito no presente Termo de Referência ou em desacordo com as especificações técnicas e exigências higiênico-sanitárias estabelecidas em Lei, mesmo que dentro do prazo de validade; procedendo-se ao registro da quantidade e do tipo de produto no campo de observação do termo de recebimento por um servidor da Unidade Escolar.

a) No caso de produto recusado **no ato da entrega**, a reposição deverá ser realizada no prazo máximo de **24 horas**, a contar da data registrada no termo de recebimento que formalizou a recusa e devolução, sem ônus para a contratante.

b) Já para o produto cuja impropriedade não seja identificada durante a conferência inicial, **mas constatada após o recebimento**, o fornecedor será responsável por recolhê-lo e substituí-lo por itens que atendam integralmente às exigências deste Termo de Referência e seus anexos, caso em que a substituição deverá ocorrer no prazo máximo de **5 dias úteis** a partir da notificação emitida pela GPAE, ou no prazo acordado com essa Gerência, sem qualquer ônus para a contratante.

c) Caso o fornecedor não efetue o **recolhimento** do produto considerado de qualidade inferior dentro do prazo estabelecido no item anterior, o setor de alimentação escolar da SEE/DF **poderá autorizar a(s) Unidade(s) Escolar(es) a realizar(em) o descarte assistido do alimento** a fim de não prejudicar o recebimento e armazenamento de outros gêneros alimentícios, bem como diminuir o risco de contaminação cruzada. O descarte assistido feito pela Contratante não desobriga a contratada a repor o(s) produto(s), além de poder sofrer as sanções previstas neste Termo de Referência e demais legislações vigentes.

7.1.2.14. A reposição do gênero deverá ser realizada no mesmo local onde ele foi recusado, devolvido e/ou recolhido, ou em local determinado pela contratante.

7.1.2.15. No caso de reposição e/ou substituição do produto, a contratada deverá respeitar o prazo de validade do gênero de acordo com o estabelecido no Termo de Referência.

7.1.2.16. Se o prazo estabelecido pela Administração para reposição, substituição e/ou recolhimento do produto for insuficiente para o atendimento, a contratada deverá apresentar justificativa formal à Gpae, que será acolhida ou não pelo referido setor.

7.1.2.17. Não havendo a reposição ou substituição do objeto no prazo estabelecido, a contratada será responsabilizada na forma de inexecução de Cláusula Contratual.

7.1.2.18. A contratante reserva-se no direito de glosar nas Notas Fiscais os valores pertinentes ao produto que não foi substituído pela contratada **dentro do prazo estabelecido nas alíneas "a" e "b", do subitem 7.1.2.13**, deste Termo de Referência, ou novo prazo acordado formalmente com o setor de alimentação escolar, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência, item 8.5. - Penalidades/Sanções, e demais sanções previstas em Edital e legislação vigente, tendo em vista o prejuízo causado na execução do cardápio previamente planejado pela SEE/DF.

7.1.2.19. Em caso de impossibilidade de entrega do gênero contratado, no prazo estabelecido pelo setor de alimentação escolar da SEE/DF, a contratada deverá, obrigatoriamente, comunicar por escrito a contratante com no **mínimo 10 dias úteis** de antecedência da data limite de entrega. A justificativa para não entrega do gênero previsto será analisada pela contratante, cabendo a esta, única e exclusivamente, a aceitação ou não da justificativa.

7.1.2.20. Caso a justificativa não seja aceita pela contratante e a contratada deixar de entregar gênero dentro do prazo, prejudicando assim o fornecimento do gênero nas Unidades Escolares, a Contratada sujeitar-se-á às penalidades impostas pela legislação vigente e previstas neste Termo de Referência.

7.1.2.21. No decorrer do período de cada distribuição, a contratante poderá solicitar o cancelamento total ou parcial, bem como poderá solicitar pedido de entrega extra os quais serão encaminhados em **até 5 dias úteis de antecedência** da data prevista para entrega, exceto em casos emergenciais, nos quais o setor de alimentação escolar da SEE/DF poderá solicitar o cancelamento a qualquer momento por motivos de intempéries da natureza, situações de emergência ou interdição por órgão competente, que impossibilitem a(s) unidade(s) escolar(es) de receber(em) o (s) gênero(s) alimentício(s).

7.1.2.22. **Não poderá haver alterações na gramatura do pacote fornecido. Durante todo o período de vigência contratual a CONTRATADA fica obrigada a entregar o(s) produto(s) na mesma gramatura especificada em Edital e da unidade apresentada, no ato da contratação, exceto** se a alteração da gramatura for para atender à necessidade específica da administração pública e mediante aceitação da contratada.

7.1.3. Transporte:

7.1.3.1. Os produtos deverão ser transportados em veículo apropriado, em condições que preservem as características do alimento, qualidade quanto às características sensoriais, físico-químicas, microbiológicas, macroscópicas e microscópicas especificadas neste Termo de Referência.

7.1.3.2. Considerando o disposto na Lei nº 5.321, de 6 de março de 2014, que institui o Código de Saúde do Distrito Federal, e trata da necessidade de cadastro sanitário de veículos, os caminhões deverão ter **Certificado de Vistoria** expedido por órgão competente que ateste a autorização para o transporte de alimentos. Os certificados deverão estar sempre junto aos veículos e as cópias deles deverão ser entregues à Contratante sempre que solicitado.

7.1.3.3. Os meios de transporte dos gêneros devem ser higienizados, sendo dotados de medidas a fim de garantir a ausência de vetores e pragas urbanas.

7.1.3.4. Os veículos devem ser do tipo baú fechado, não sendo permitido o transporte com coberturas de lonas e similares.

7.1.3.5. É vedado o transporte simultâneo de produtos diferentes dos destinados à alimentação.

7.1.3.6. Os veículos destinados ao transporte dos gêneros alimentícios deverão ser equipados com estrados plásticos, uma vez que não será permitido o contato direto dos recipientes isotérmicos, plásticos ou embalagens dos produtos com o piso e laterais do veículo.

7.1.3.7. Não será permitido o transporte em caixas de madeira.

- 7.1.3.8. A atividade de carga e descarga não deverá apresentar risco de contaminação e/ou danos ao gênero alimentício.
- 7.1.3.9. Os meios de transporte de alimentos colhidos, transformados ou semiprocessados dos locais de produção ou armazenamento devem ser adequados para o fim a que se destinam e constituídos de materiais que permitam o controle de conservação, limpeza, desinfecção e desinfestação fácil e completa.
- 7.1.3.10. O(s) gênero(s) alimentício(s) a ser(em) transportado(s) deverá(ão) ser acondicionado(s) em embalagens limpas, isentas de odores estranhos e resistentes, devendo assegurar uma adequada proteção ao produto. Devem ser confeccionadas de material atóxico e não abrasivo.
- 7.1.3.11. O armazenamento e o transporte do(s) gênero(s) alimentício(s), do carregamento até a entrega, deverá(ão) ocorrer em condições de tempo e temperatura que não comprometam sua qualidade higiênico-sanitária.
- 7.1.3.12. O Transporte adotado deverá possuir equipamento para controle de temperatura no caso de transporte de alimentos que necessitem de condições especiais de conservação.
- 7.1.3.13. A carga deverá ser transportada de forma que não haja prejuízo, dano ou qualquer avaria ao produto. Embalagens primárias ou secundárias avariadas durante o transporte serão recusadas no ato do recebimento.
- 7.1.3.14. As demais condições relativas ao veículo e ao transporte deverão estar de acordo com a legislação vigente, sobretudo a Portaria SVS/MS nº 326, de 30 de julho de 1997 e Resolução - RDC ANVISA nº 275, de 21 de outubro de 2002.

7.2. **CONTROLE DE QUALIDADE**

- 7.2.1. O(s) produto(s) adquirido(s) para a clientela do PAE/DF serão previamente submetidos ao controle de qualidade nos termos da Resolução/CD/FNDE nº 06/2020, observando-se as legislações pertinentes, literatura de referência e as especificações técnicas estipuladas neste Termo de Referência.
- 7.2.2. **A CONTRATANTE poderá recusar parte ou todo o lote de entrega, se constatado que uma ou mais especificações estabelecidas neste Termo de Referência não foram atendidas.**
- 7.2.3. A contratada deverá apresentar **Laudo Laboratorial** do gênero alimentício, assinado pelo responsável técnico do laboratório, **contendo as análises e as informações especificadas no Folheto Descritivo (ANEXO I) deste Termo de Referência**, para o gênero alimentício. **Os Laudos laboratoriais deverão corresponder aos mesmos lotes dos produtos a serem entregues a esta SEE/DF** e poderá ser solicitado a qualquer tempo durante a execução do contrato, sempre que constatadas inconformidades do gênero ofertado e/ou para acompanhamento da qualidade higiênico-sanitária e nutricional do alimento.
- 7.2.4. O fornecimento do produto e o consumo, durante a execução do contrato, será suspenso mediante a ocorrência de laudo laboratorial com resultado que comprometa a sua qualidade.
- 7.2.4.1. O produto submetido à análise laboratorial, para verificar possíveis inconformidades, terá a sua distribuição, condicionada ao resultado do laudo da análise.
- 7.2.4.2. Na ocorrência de resultado condenatório o fornecedor poderá solicitar a análise de contraprova dos parâmetros condenatórios com a presença obrigatória de um representante da empresa devidamente registrado no Conselho Regional da sua área de atuação. Se ainda assim, o resultado da contraprova for condenatório, a empresa deverá fazer a substituição do produto nos locais indicados pela CONTRATANTE, no **prazo máximo de 5 dias úteis**, contados da data de recebimento da notificação pela CONTRATADA.
- 7.2.4.3. O(s) produto(s) substituído(s) será(ão) novamente submetido(s) à análise. Neste caso, o resultado condenatório implicará no cancelamento do contrato e na aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência e nas legislações vigentes.
- 7.2.4.4. Se o resultado da contraprova for favorável à CONTRATADA, o produto será liberado para distribuição e para as demais providências relativas à sua liquidação.
- 7.2.5. Caso julgue necessário, a CONTRATANTE, por meio da equipe técnica, poderá submeter o produto a testes de aceitabilidade para verificação de aceitação do produto pela clientela durante seu fornecimento. Estes testes serão norteados conforme orientações previstas no Manual para aplicação dos Testes de Aceitabilidade no PNAE, 2ª edição, elaborado pelo FNDE.
- 7.2.6. Poderão ser realizadas Inspeções nos locais de produção, fabricação, manipulação, armazenagem e distribuição, de maneira aleatória ou se houver necessidade, nos termos no item 8.3.4.23 e subitens.

7.2.7. Durante toda a vigência contratual, a CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE sempre que solicitado, a documentação descrita no item 11, bem como qualquer outra documentação que comprove a regularidade da empresa junto à vigilância sanitária e/ou demais órgãos de inspeção.

7.2.8. O Manual de Boas Práticas de Fabricação e Manipulação poderá ser exigido em qualquer fase durante a vigência do Contrato, nos casos em que couber a exigência do referido documento.

7.2.9. Verificadas quaisquer alterações na qualidade e/ou características do produto que o torne impróprio para consumo ou com qualidade inferior ao descrito no presente Termo de Referência ou em desacordo com as especificações técnicas e exigências higiênico-sanitárias estabelecidas em Lei, a CONTRATADA estará sujeita as diretrizes previstas no item 7.1.2.13 e demais subitens deste Termo de Referência.

7.3. **GARANTIA DO OBJETO**

7.3.1. Os produtos especificados neste Termo de Referência deverão observar, no mínimo, a garantia legal prevista no Código de Defesa do Consumidor, conforme a [Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990](#), a qual se inicia a partir do recebimento definitivo, sendo que prevalecerá a garantia oferecida pelo fabricante, caso o prazo seja superior ao estabelecido pela norma citada.

8. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

8.1. **CONTRATO**

8.1.1. O Termo de Contrato será formalizado nos termos da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Distrital nº 44.330/2023, quando a interessada será convocada para assinar o respectivo instrumento, dentro do prazo e condições estabelecidas no Edital, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na legislação em comento e Edital de licitação.

8.1.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), bem como do [Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.1.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.1.4. As comunicações entre a SEE/DF e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.1.5. A SEE/DF poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.1.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a SEE/DF poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.1.7. **No ato da contratação**, a contratada deverá entregar à Diretoria de Alimentação Escolar:

a) **1 unidade do produto licitado**, conforme subitem 6.2 - Amostra;

b) **Certificado de Vistoria de Veículos** utilizado para o transporte de Alimentos emitidos pela Vigilância Sanitária conforme as Legislações de cada Estado, Município ou do Distrito Federal. Os meios de transporte deverão ser adequados e em condições corretas de acondicionamento, temperatura e embalagem, de forma a garantir a proteção do gênero alimentício contra contaminação e deterioração dentro do prazo de validade.

8.1.8. **Antes da primeira entrega do produto nas unidades escolares**, a contratada deverá entregar à Diretoria de Alimentação Escolar o(s) **Laudo(s) Laboratorial(ais)**, conforme solicitações detalhadas no Folheto Descritivo, em conformidade com os subitens 7.1.1.3, 7.1.1.4, 7.1.1.5 e 7.1.1.6.

8.1.9. Os documentos técnicos apresentados poderão ser diligenciados.

8.1.10. Caso o exemplar apresentado não esteja de acordo com as especificações técnicas deste Termo de Referência, a CONTRATANTE comunicará a CONTRATADA e essa deverá apresentar em até **5 dias úteis, prorrogáveis por mais 5 dias úteis uma única vez, contados da data de recebimento da comunicação pela CONTRATADA**, um novo exemplar com as devidas adequações.

8.1.11. Para que a Gerência de Planejamento, Acompanhamento e Oferta da Alimentação Escolar - GPAE, processe a solicitação do gênero, é necessário que toda a documentação mencionada seja fornecida.

8.1.12. Qualquer alteração posterior à assinatura do Contrato seguirá os termos da legislação vigente, inclusive no que tange a reajustes de preço, acréscimos ou supressões de quantidade, quando necessário, mediante Termo de Apostilamento assinado entre as Partes.

8.1.13. Excepcionalmente, mediante autorização do setor competente, poderá ser entregue o gênero sem a **Inscrição de Produto Institucional - Proibida a Venda** na embalagem primária.

8.2. **PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO**

8.2.1. A vigência contratual **será de 12 meses**, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por interesse das partes **por até 5 anos**, observados os termos e as condições estabelecidas nos arts. 91, § 4º; 105; 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

8.2.2. O prazo de vigência do Contrato terá início e término estabelecidos a partir da data de assinatura do contrato, considerando o término o dia/mês/ano definidos.

8.3. **REAJUSTE**

8.3.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, o qual foi realizado no dia **13/02/2026**.

8.3.2. Após o período estipulado no item anterior, qualquer alteração posterior à assinatura do Contrato, no que tange a reajuste de preço, seguirá o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conforme preconizado no art. 3º, II do Decreto Distrital nº 37.121/2016 e alterações posteriores, bem como aos termos do art. 3º, *caput* e § 1º da Lei nº 10.192/2001, art. 6º, inciso LVIII, da [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), mediante Termo de Apostilamento assinado entre as Partes, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, conforme art. 25, §7º, da [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

8.3.3. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

8.3.3.1. Proporcionar as condições necessárias e suficientes para que a empresa CONTRATADA possa desempenhar o fornecimento, dentro das normas contratuais.

8.3.3.2. Designar no mínimo 3 membros para as Comissões Regionais de Recebimento de Gêneros em cada Uniae.

8.3.3.3. Exercer a fiscalização e supervisão no fornecimento do gênero, por servidores designados, podendo sustar ou recusar no ato do recebimento, com a devida justificativa, qualquer produto que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas neste Termo de Referência.

8.3.3.4. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela CONTRATADA ou por seus prepostos.

8.3.3.5. Garantir o acesso e a permanência dos empregados da CONTRATADA nas dependências da CONTRATANTE, quando necessário para a execução do objeto do contrato.

8.3.3.6. Observar o cumprimento dos requisitos de qualificação exigidos neste Termo de Referência, solicitando à CONTRATADA as substituições que se verificarem necessárias.

8.3.3.7. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.

8.3.3.8. Efetuar, quando julgar necessário, inspeção nas dependências da CONTRATADA com a finalidade de verificar as condições de fornecimento e o atendimento das exigências contratuais.

8.3.3.9. Receber os produtos entregues pela CONTRATADA, que estejam em conformidade com este Termo de Referência e recusar com a devida justificativa, qualquer produto entregue em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, solicitando as substituições que se verificarem necessárias.

8.3.3.10. Notificar, por escrito, previamente à CONTRATADA, quanto ao dever de substituir ou reparar produto que apresente defeito e/ou da aplicação de penalidades.

- 8.3.3.11. Emitir Notas de Empenho para custear a despesa durante a vigência do Contrato.
- 8.3.3.12. Atestar as Notas Fiscais/Fatura após a efetiva entrega dos produtos, objeto deste Termo de Referência, pela Comissão Regional de Recebimento de Gêneros Perecíveis e pelo fiscal do contrato comprovando a realização dos serviços, se constatada a conformidade com as especificações e padrões de qualidade exigidos.
- 8.3.3.13. Efetuar os pagamentos devidos, **no prazo máximo de 30 dias**, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal ao setor de alimentação escolar da SEE/DF, devidamente atestada, e desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação e pagamento.
- 8.3.3.14. Notificar, por escrito, a CONTRATADA de quaisquer falhas verificadas no cumprimento do Contrato, da aplicação de eventuais multas, da suspensão do fornecimento, da distribuição e da sustação do pagamento de quaisquer faturas.
- 8.3.3.15. Inspeccionar as instalações das empresas licitantes, assim como verificar a exatidão das informações apresentadas ao Pregoeiro(a), antes e/ou após a adjudicação/execução do contrato.
- 8.3.3.16. Fornecer a qualquer tempo mediante solicitação escrita da CONTRATADA, ressalvados os casos de urgência, informações adicionais para dirimir as dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos do Contrato.
- 8.3.3.17. Responsabilizar-se pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e culpa.
- 8.3.3.18. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento do gênero alimentício, objeto deste Termo de Referência.

8.3.4. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 8.3.4.1. Entregar o(s) produto (s) de acordo com sua proposta, respeitando integralmente as especificações técnicas e demais condições deste Termo de Referência, ficando obrigada a substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato, caso sejam verificados vícios, defeitos ou incorreções.
- 8.3.4.2. Responsabilizar-se pelo (s) objeto (s), bem como por todas e quaisquer despesas decorrentes do fornecimento, inclusive os relativos às entregas (frete, carga e descarga no local indicado).
- 8.3.4.3. Fornecer o (s) gênero(s) alimentício(s) de acordo com o Padrão de Identidade e Qualidade definido pelos órgãos competentes e legislação vigente, dentro do prazo de validade, sendo vedado o fornecimento de alimentos com alteração das características sensoriais, ainda que dentro do prazo de validade.
- 8.3.4.4. Comunicar à CONTRATANTE, com **antecedência mínima de 5 dias úteis**, qualquer motivo, ocorrência ou anormalidade que impossibilite o cumprimento do prazo de fornecimento previsto, com a devida comprovação, podendo solicitar a prorrogação do prazo, em que deverá apresentar justificativa circunstanciada com a nova data para a entrega do material, ficando a critério da Administração a aprovação ou não.
- 8.3.4.5. Cumprir as Legislações Sanitárias Federal, Estadual/Municipal ou Distrital e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), quando for o caso.
- 8.3.4.6. Adequar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer conduta referente ao fornecimento do(s) produto (s), que não esteja sendo procedida de acordo com as Boas Práticas de Fabricação e Manipulação.
- 8.3.4.7. A CONTRATADA obriga-se a entregar o(s) objeto(s) da licitação de acordo com as especificações do Folheto Descritivo (ANEXO I) deste Termo e dispostas em normas técnicas, resoluções, regulamentos, portarias, protocolos, decretos e demais dispositivos legais vigentes, expedidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), bem como com a **Inscrição de Produto Institucional - Proibida a Venda** - na embalagem secundária (embalagem que comportará os itens do kit) durante toda a vigência do Contrato. A referida informação poderá vir impressa ou carimbada com tinta indelével e duradoura, ou etiqueta adesiva de alta aderência, por exemplo, não necessitando de fabricação de embalagens exclusivas para atendimento do Contrato.
- 8.3.4.8. Assumir a responsabilidade:
- I - **EXCLUSIVAMENTE**, pelos danos causados a terceiros ou ao patrimônio da contratante, em decorrência do fornecimento do(s) produto(s) adquirido(s).
 - II - civil, administrativa e criminalmente, por quaisquer acidentes, danos, perdas e prejuízos, materiais e/ou pessoais, por dolo ou culpa, como consequência de imperícia, imprudência ou negligência própria ou de seus empregados, prepostos, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier causar ou provocar à Contratante e a terceiros, direta ou indiretamente, incluindo intoxicação alimentar causada aos alunos, independente da fiscalização da contratante.

III - por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução do Contrato, ainda que acontecido nas dependências da Contratante.

IV - por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução do Contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.

V - por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, obrigações sociais, contribuições ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), assistenciais, securitárias e sindicais de seus funcionários, obrigando-se a saudá-los na época própria, sendo considerada como única empregadora, não havendo qualquer vínculo de solidariedade empregatícia nem subsidiária desta CONTRATANTE.

VI - **por todas as despesas** com embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição do produto.

VII - pelos encargos fiscais e comerciais e por todas as demais despesas resultantes do fornecimento do objeto do Contrato, inclusive com viagens e hospedagens porventura necessárias à execução do mesmo.

8.3.4.9. Responder, exclusivamente, pelos danos causados por seus agentes, em decorrência da execução contratual.

8.3.4.10. Constitui obrigação da CONTRATADA o pagamento dos salários de seus funcionários e demais verbas decorrentes da prestação de serviço.

8.3.4.11. Providenciar **em até 24 horas**, contadas a partir da data e horário de recebimento da correspondente notificação, a substituição de qualquer empregado considerado inadequado à execução dos serviços contratados.

8.3.4.12. Manter seus empregados devidamente identificados, por meio de crachá e uniformizados, quando em trabalho dentro das dependências da CONTRATANTE.

8.3.4.13. Acatar as orientações do Fiscal do Contrato ou do seu substituto legal ou do responsável pelo recebimento dos produtos, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização e supervisão, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo aos questionamentos formulados.

8.3.4.14. Prestar esclarecimentos à Contratante sobre eventuais atos ou fatos notificados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função do fornecimento.

8.3.4.15. Verificar se as Notas Fiscais/Termos de Recebimento foram corretamente atestadas, quando do recebimento do gênero, pelo responsável, constando: assinatura à caneta, número da matrícula do responsável do atesto, data e carimbo da Unidade Escolar que recebeu o produto.

8.3.4.16. Entregar as Notas Fiscais/Termos de Recebimento nas Coordenações Regionais de Ensino respectivas para o atesto das Comissões de Recebimento de Gêneros Alimentícios.

8.3.4.17. A Contratada deverá encaminhar à Unidade Regional de Infraestrutura e Apoio Educacional (Uniae) os documentos fiscais e os respectivos Termos de Recebimento/Recibos de Entrega **até o 2º dia útil do mês subsequente** à entrega dos produtos, em meio digital, conforme indicação do endereço eletrônico de cada Uniae.

8.3.4.18. As notas fiscais deverão ser encaminhadas, simultaneamente, à Gevmon, mediante endereço eletrônico gevmon.suape@se.df.gov.br, para atesto do fiscal do contrato, registro no Sistema Integrado de Gestão de Materiais-SiGMA.net e demais providências pertinentes.

8.3.4.19. A Contratada deverá encaminhar relatório das notas fiscais para atesto com discriminação do número do documento, data de emissão, nota de empenho, Coordenação Regional de Ensino e valor total.

8.3.4.20. Manter seu próprio controle de saldo dos empenhos por produto, sob pena de não pagamento do excedente entregue.

8.3.4.21. Permitir e assegurar à CONTRATANTE, a qualquer tempo, o acesso às suas instalações e/ou às instalações do fabricante/produtor do gênero alimentício, para realização de inspeções, diligências, auditorias, coleta de amostras e demais procedimentos necessários à fiscalização da execução contratual e verificação das condições de produção, armazenamento, manipulação e transporte dos gêneros alimentícios.

8.3.4.22. A CONTRATADA deverá prestar todas as informações e disponibilizar os documentos, registros, amostras, bem como os meios necessários à realização das inspeções e diligências promovidas pela CONTRATANTE, sempre que solicitado.

8.3.4.23. As inspeções poderão ser solicitadas pela CONTRATANTE, no mínimo, 2 vezes a cada período de vigência contratual, ou seja, a cada 1 ano, sendo 1 vez a cada semestre ou excepcionalmente se houver algum caso confirmado ou suspeita de intoxicação alimentar, proveniente do gênero ofertado pela CONTRATADA. As referidas inspeções serão realizadas por

uma comissão composta por até 4 servidores do setor de alimentação da SEE/DF.

8.3.4.24. A recusa injustificada da CONTRATADA em permitir ou dificultar a realização das inspeções e diligências caracterizará descumprimento contratual, sujeitando-a às sanções previstas no Edital, no Contrato e na legislação.

8.3.4.25. A CONTRATADA arcará com todas as despesas oriundas do fornecimento dos gêneros alimentícios, incluindo os valores de frete, de carga e de descarga nos locais indicado no Anexo III deste Termo de Referência.

8.3.4.26. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, os vícios verificados dentro do prazo de garantia do objeto, tendo em vista o direito assegurado à Administração pelo art. 119 da Lei nº 14.133/2021 e o art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

8.3.4.27. No caso de substituição do produto, o prazo de garantia será o mesmo concedido ao bem originalmente substituído, iniciando a contagem a partir da data da substituição.

8.3.4.28. O licitante vencedor, no ato da assinatura do contrato e durante toda a vigência contratual, deverá manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, informando à Contratante a ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições.

8.3.4.29. Responsabilizar-se por todas as despesas com embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição do produto.

8.3.4.30. Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratado.

8.4. **ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO**

8.4.1. O Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, designará, se for o caso, em ato publicado no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF), 1 ou mais Gestor e fiscais (Técnico, Administrativo e Setorial) do contrato, representantes da Administração, especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), ou pelos respectivos substitutos ou, desde que justificado, pelo servidor responsável pelo recebimento, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

8.4.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput](#)).

8.4.3. A fiscalização da contratação será exercida pelos fiscais do contrato, representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração nos termos do artigo 117 da [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

8.4.4. O representante da contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

8.4.5. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

8.4.6. Os procedimentos de fiscalização e gerenciamento do Contrato serão realizados concomitantemente e paralelamente pelos fiscais e pelo setor de Alimentação Escolar da SEE/DF, sendo a Diretoria de Alimentação Escolar (Diae), Gerência de Planejamento, Acompanhamento e Oferta da Alimentação Escolar (Gpae) e Gerência de Vigilância e Monitoramento da Qualidade Alimentar (Gevmon).

8.4.7. **Gestor do Contrato**

8.4.7.1. Cabe ao gestor do contrato:

- a) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, de que tratam os incisos II, III e IV do caput do art. 21, do Decreto Distrital nº 44.330 de 2023;
- b) acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

- d) coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- e) coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de que trata o inciso I do caput do art. 21, do Decreto Distrital nº 44.330 de 2023;
- f) elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;
- g) coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e setorial;
- h) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;
- i) realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato referido no art. 27, do Decreto Distrital nº 44.330 de 2023, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e
- j) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.

8.4.7.2. O gestor do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

8.4.8. **Fiscalização Técnica**

8.4.8.3. O fiscal técnico do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com à execução contratual, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos/pendências observadas, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis, as quais ultrapassem sua competência.

8.4.8.4. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.4.8.5. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.4.8.6. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.4.8.7. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.4.8.8. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.4.8.9. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

8.4.8.10. O fiscal técnico do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

8.4.9. **Fiscalização Administrativa**

8.4.9.11. Caberá ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

- I - prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário, conforme o inciso II do art. 25 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023;
- II - caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência, conforme o inciso IV do art. 25 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023;
- III - examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias e, na hipótese de descumprimento, observar o disposto em ato do Secretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal.

8.5. **PENALIDADES/SANÇÕES**

- 8.5.1. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente Termo de Referência, a CONTRATADA estará sujeita às sanções estabelecidas na [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), bem como na Portaria no 1.068, de 26 de agosto de 2024, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal no 164, de 27 de agosto de 2024, garantida ampla defesa e contraditório.
- 8.5.2. Em decorrência das especificidades das Contratações em relação ao fornecimento de gêneros alimentícios para as Escolas Públicas do Distrito Federal, e em atendimento a recomendação contida no Informativo de Ação de controle nº 04/2016 da Subcontroladoria de Controle Interno da Controladoria Geral do Distrito Federal, essa Diretoria descreve detalhadamente as hipóteses e motivos de aplicação de penalidades, extinção, ou demais mecanismos decorrentes de infrações cometidas por empresas CONTRATADAS pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal nos casos de inexecução parcial do objeto contratado, hipótese em que será aplicada pena de multa conforme previsto na Tabela referente ao item 8.5.4; além da possibilidade de aplicação as sanções previstas no artigo 156 da Lei 14.133/2021 e Portaria no 1.068, de 26 de agosto de 2024.
- 8.5.3. Ressalta-se que a Tabela de Penalidades tem o intuito de instruir e regulamentar as relações entre CONTRATANTE e CONTRATADA, graduando em níveis as infrações cometidas e que levem à inexecução parcial do Contrato, bem como as prerrogativas da CONTRATANTE, em sugerir as penalidades que sejam condizentes com os fatos ocorridos, respeitando os princípios da razoabilidade, da supremacia do interesse público e do devido processo legal. Essa tabela também objetiva auxiliar o trabalho a ser desenvolvido pelo fiscal do Contrato durante o acompanhamento da execução do objeto Contratual. Por fim, frisa-se que o detalhamento de infrações e penalidades trará segurança jurídica tanto para o CONTRATANTE quanto para a CONTRATADA, uma vez que o conhecimento prévio dessas hipóteses e obrigações evitará dúvidas quanto ao descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.5.4. Dessa maneira, a CONTRATADA estará submetida às penalidades previstas nas legislações destacadas no item 8.5.1, assim como às penalidades especificadas na tabela abaixo, no que lhe couber:

TABELA DAS INFRAÇÕES POR DESCUMPRIMENTO DO CONTRATO.

ITEM	INFRAÇÃO	ATENUANTE	AGRAVANTE
1	Suspensão ou interrupção <u>definitiva</u> , salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, do fornecimento do objeto do contrato. Não serão aceitas justificativas sem embasamento técnico nos casos de suspensão ou interrupção do fornecimento do gênero alimentício. Grau da penalidade: gravíssima Pena: Multa de 16 a 20% do valor Contrato.	Apresentação de justificativa formal, com ao menos 10 dias úteis de antecedência da data da entrega do produto, da suspensão ou interrupção definitiva do fornecimento do objeto do contrato, caso isto seja devidamente aceito pela Gpae/Diae Pena: Multa de 11 a 15% do valor do contrato.	Reincidência na suspensão ou interrupção definitiva do objeto do contrato sem justificativa prévia, formal e aceita pela Gpae/Diae. Pena: A multa será majorada em 20% sobre o valor da multa já estipulada.
2	Suspensão ou interrupção <u>temporária</u> , salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, do fornecimento do	Apresentação de justificativa formal, com ao menos 10 dias úteis de antecedência da data da entrega do	Reincidência na suspensão ou interrupção temporária do objeto do contrato sem

	<p>objeto do contrato. Não serão aceitas justificativas sem embasamento técnico nos casos de suspensão ou interrupção do fornecimento do gênero alimentício.</p> <p>Grau da penalidade: leve</p> <p>Pena: Multa de 1 a 5% do valor do contrato</p>	<p>produto, da suspensão ou interrupção temporária do fornecimento do objeto do contrato, caso isto seja devidamente aceito pela Gpae/Diae - atenua para advertência.</p> <p>Pena: Advertência</p>	<p>justificativa prévia, formal e aceita pela Gpae/Diae – agrava para grau 2 (moderado).</p> <p>Pena: Multa de 6 a 10% do valor do contrato.</p>
3	<p>Desrespeito à quantidade do gênero alimentício a ser entregue conforme previsto no planejamento, assim como aos cancelamentos formalmente comunicados ao fornecedor.</p> <p>Grau de penalidade: infração simples</p> <p>Pena: advertência</p>	Sem previsão de atenuante.	<p>Reincidência no desrespeito à quantidade do gênero alimentício a ser entregue conforme previsto no planejamento, e/ou aos cancelamentos formalmente comunicados ao fornecedor - agrava para grau 1 (leve).</p> <p>Pena: Multa de 1 a 5% do valor do pedido.</p>
4	<p>Entrega do gênero alimentício com atraso, fora do dia estabelecido para a entrega, quando não apresentada justificativa formal.</p> <p>Grau de penalidade: infração simples</p> <p>Pena: advertência</p>	Sem previsão de atenuante.	<p>Reincidência no atraso da entrega do gênero alimentício sem comunicação prévia e formal à Gpae/Diae – agrava para grau 1 (leve).</p> <p>Pena: Multa de 1 a 5% do valor do pedido.</p>
5	<p>Entrega do gênero alimentício fora do horário comercial, conforme estabelecido em Termo de Referência.</p> <p>Grau de penalidade: infração simples</p> <p>Pena: advertência</p>	Sem previsão de atenuante.	<p>Reincidência na entrega do gênero alimentício fora do horário comercial, conforme estabelecido no Termo de Referência – agrava para grau 1 (leve).</p> <p>Pena: Multa de 1 a 5% do valor do pedido.</p>
6	<p>Entrega do gênero alimentício por meio de veículo inapropriado.</p> <p>Grau da penalidade: leve</p> <p>Pena: Multa de 1 a 5% do valor do contrato</p>	Sem previsão de atenuante.	<p>Reincidência na entrega do gênero alimentício por meio de veículo inapropriado – agrava para grau 2 (moderado).</p> <p>Pena: Multa de 6 a 10% do valor total do contrato</p>
7	<p>Entrega do gênero alimentício em embalagens e/ou caixas plásticas inapropriadas e em desconformidade com o especificado em edital.</p> <p>Grau de penalidade: infração simples</p> <p>Pena: advertência</p>	Sem previsão de atenuante.	<p>Reincidência na entrega do gênero alimentício em embalagens e/ou caixas plásticas inapropriadas – agrava para grau 1 (leve).</p> <p>Pena: Multa de 1 a 5% do valor do pedido</p>
8	<p>Permissão da presença de empregado ou funcionário responsável pela entrega do gênero alimentício sem uso do uniforme, sem crachá de identificação e/ou em precárias condições de asseio e higiene.</p>	Sem previsão de atenuante.	<p>Não adoção de medidas corretivas e manutenção de empregado ou funcionário sem uso de uniforme ou com precárias condições de</p>

	Grau de penalidade: infração simples Pena: advertência		asseio, e/ou sem crachá de identificação – agrava para grau 1 (leve). Pena: Multa de 1 a 5% do valor total do contrato
9	Demonstração de mau comportamento quanto à execução do trabalho por parte do empregado/funcionário responsável pela entrega do gênero alimentício. Grau de penalidade: infração simples Pena: advertência	Sem previsão de atenuante.	Reincidência em mau comportamento quanto à execução do trabalho – agrava para grau 1 (leve). Pena: Multa de 1 a 5% do valor total do contrato.
10	Realização de entrega dos gêneros em desacordo com as boas práticas de fabricação e/ou produção. Grau de penalidade: grave Pena: multa de 11 a 15% do valor total da entrega	Sem previsão de atenuante.	Reincidência de entrega dos gêneros em desacordo com as boas práticas de fabricação e/ou produção – agrava para grau 4 (gravíssimo). Pena: Multa de 16 a 20% do valor total da entrega
11	Entrega de gênero com características distintas da apresentada na análise proposta de preços, na fase inicial do certame, em haver trâmite legal para possíveis adequações e/ou em desacordo com o especificado no Termo de Referência e em seus anexos. Grau de penalidade: moderado Pena: Multa de 6 a 10% do valor total da Nota de Empenho	Substituição do gênero sob orientação da Gpae/Diae e dentro do prazo determinado – atenua para advertência. Pena: advertência	Reincidência na entrega do gênero com características distintas da apresentada na proposta de preços, na fase inicial do certame, sem haver trâmite legal possíveis adequações – agrava para grau 3 (grave). Pena: Multa de 11 a 15% do valor da Nota de Empenho
12	Entrega de produtos em desacordo ao especificado no Termo de Referência e em seus anexos. Grau de penalidade: moderado Pena: Multa de 6 a 10% do valor total da Nota de Empenho	Entrega até, no máximo, no dia seguinte ao previsto e com o produto de acordo com o especificado – atenua para advertência. Pena: advertência	Reincidência na entrega de produtos em desacordo ao especificado no Termo de Referência e em seus Anexos, ou não entrega até, no máximo, no dia seguinte e com o produto de acordo com o especificado – agrava para grau 3 (grave). Pena: Multa de 11 a 15% do valor da Nota de Empenho
13	Identificação, em visita técnica, de que as instalações físicas e/ou a forma de produção, fabricação e/ou manipulação estão inadequadas ou apresentam quesitos em desacordo com as boas práticas de manipulação, além das legislações sanitárias vigentes. Grau de penalidade: leve	Atendimento de medidas corretivas dentro do prazo determinado - atenua para advertência. Pena: advertência	Reincidência em quesitos que permaneçam em desacordo com as medidas corretivas solicitadas e/ou com legislações sanitárias – agrava para grau 2 (moderado). Pena: Multa de 6 a 10% do valor total do contrato

	Pena: Multa de 1 a 5% do valor total do contrato		
14	<p>Entrega de gênero que apresente comprometimento na qualidade, identificado posteriormente por não ser possível a detecção durante a conferência do produto no ato da entrega.</p> <p>Grau de penalidade: leve</p> <p>Pena: Multa de 1 a 5% do valor total da Nota de Empenho</p>	<p>Substituição do gênero com comprometimento na qualidade dentro do prazo determinado pela Gpae/Diae – atenua para advertência.</p> <p>Pena: advertência</p>	<p>Não cumprimento do prazo de substituição do gênero com comprometimento na qualidade e/ou reincidência na entrega do gênero que apresente as mesmas alterações identificadas anteriormente – agrava para grau 2 (moderado).</p> <p>Pena: multa de 6 a 10% do valor total da Nota de Empenho</p>
15	<p>Descumprimento de prazo estabelecido para substituição de produtos impróprios para consumo.</p> <p>Grau de penalidade: Moderado</p> <p>Pena: Multa de 6 a 10% do valor da Nota de Empenho</p>	<p>Apresentação de justificativa formal e aceita pela Gpae/Diae, cumprindo novo prazo para substituição de produtos impróprios para consumo – atenua para grau 1 (leve).</p> <p>Pena: multa de 1 a 5% do valor da Nota de Empenho</p>	<p>Descumprimento de novo prazo para substituição do(s) gênero(s) impróprio(s) para consumo e / ou substituição do gênero com as mesmas características de comprometimento da qualidade - agrava para grau 3 (grave).</p> <p>Pena: Multa de 11 a 15% do valor da Nota de Empenho</p>
16	<p>Entrega de produtos de substituição, em desconformidade ao estabelecido no Termo de Referência e/ou fora do prazo de reposição.</p> <p>Grau de penalidade: grave</p> <p>Pena: multa de 11 a 15% do valor do pedido</p>	<p>Apresentação de justificativa formal e aceita pela Gpae/Diae, cumprindo novo prazo para substituição de produto impróprio para consumo – atenua para grau 2 (moderado).</p> <p>Pena: multa de 6 a 10% do valor do pedido</p>	<p>Reincidência em entrega de produtos de substituição em desconformidade ao estabelecido no Termo de Referência – agrava para grau 4 (gravíssimo).</p> <p>Pena: multa de 16 a 20% do valor do pedido</p>
17	<p>Não apresentação de licenças, alvarás, certificados ou registros sanitários do local de fabricação, armazenamento e/ou de veículos de transporte de gêneros alimentícios quando solicitado pela Contratante.</p> <p>Grau de penalidade: Moderado</p> <p>Pena: Multa de 6 a 10% do valor total do contrato</p>	<p>Acordo e cumprimento de novo prazo para entrega de licenças, alvarás, certificados ou registros sanitários do local de fabricação, armazenamento e/ou de veículos de transporte de gêneros alimentícios quando solicitado pela Contratante – atenua para grau 1 (leve).</p> <p>Pena: de 1 a 5% do valor total do contrato</p>	<p>Descumprimento de novo prazo para entrega de licenças, alvarás, certificados ou registros sanitários do local de fabricação, armazenamento e/ou de veículos de transporte de gêneros alimentícios quando solicitado pela Contratante – agrava para grau 3 (grave).</p> <p>Pena: multa de 11 a 15% do valor total do contrato</p>

18	<p>Ausência de justificativa formal dentro do prazo estabelecido para as notificações e para os questionamentos do fiscal e/ou da Gpae/Diae sobre qualidade, substituição ou qualquer outro assunto relacionado ao objeto do contrato.</p> <p>Grau de penalidade: infração simples</p> <p>Pena: Advertência</p>	Sem previsão de atenuante.	<p>Descumprir novo prazo para apresentação das respostas às notificações e aos questionamentos do fiscal e/ou da Gpae/Diae sobre qualidade, substituição ou qualquer outro assunto relacionado ao objeto do contrato – agrava para grau 1 (leve).</p> <p>Grau de penalidade: multa de 1 a 5% do valor total do contrato</p> <p>Pena: Advertência</p>
19	<p>Não apresentação de amostras e/ou laudos laboratoriais conforme previsto no neste Termo de Referência.</p> <p>Grau de penalidade: grave</p> <p>Pena: multa de 11 a 15% do valor total do contrato</p>	<p>Apresentação de justificativa formal aceita pela Gpae/Diae e fornecimento das amostras e/ou laudos no prazo de 15 dias úteis a contar da notificação,</p> <p>Pena: multa de 6 a 10% do valor total do contrato</p>	<p>Descumprir novo prazo para apresentação das amostras e/ou laudos no prazo de 15 dias úteis a contar da notificação.</p> <p>Pena: multa de 16 a 20% do valor total do contrato</p>
20	<p>Em caso de descumprimento de quaisquer itens do Edital e/ou seus Anexos, que não previstos nesta tabela de penalidades e multas, poderão ser aplicadas as penalidades advertência, multa, impedimento de licitar ou contratar e declaração de inidoneidade conforme previsto na lei 14.133/2021.</p> <p>O grau de penalidade, bem com a sanção a ser aplicada será definido a critério do fiscal do contrato que levará em consideração a natureza e a gravidade da infração, as peculiaridades do caso concreto e os danos que dela provierem.</p> <p>No caso de aplicação de pena de multa o percentual incidirá sobre o valor total da Nota de Empenho.</p>	será definido a critério do fiscal do contrato	será definido a critério do fiscal do contrato
* As penalidades previstas nesta tabela estão fundamentadas no Informativo de Ação de Controle nº 04/2016 - DINAC/COLIC/SUBICI/CGDF (processo físico).			

8.5.5. A multa a que se refere a tabela de item 8.5.4 é de NATUREZA MORATÓRIA, portanto decorrente do atraso injustificado na execução do objeto contrato, com fundamento no art. 10 da Portaria 1.068/2024.

8.5.6. No caso de atraso injustificado na execução do objeto contratado, o infrator poderá ser penalizado com multa sancionatória, cumulativamente com a multa moratória, conforme os seguintes percentuais:

- a) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor do inadimplemento da Nota de Empenho emitida, até o limite de 10% (dez por cento), na hipótese de pedido de prorrogação de prazo concedido e não cumprido;
- b) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da parcela inadimplida ou sobre o valor da fatura correspondente, até o limite de 20% (vinte por cento), nos demais casos;

8.5.7. O atraso no cumprimento da obrigação, pela duração ou pela reiteração, poderá configurar descumprimento contratual, autorizando a extinção unilateral do contrato, aplicando-se, além da multa sancionatória, outras sanções previstas no artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, cumulativamente, conforme previsão legal do § 2º, do artigo 7º da Portaria nº 1.068, de 26 de agosto de 2024.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. RECEBIMENTO

9.1.1. Os alimentos serão **recebidos provisoriamente**, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, nos termos do art. 27 do [Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023](#) e § 3º, do Art. 140 da [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

9.1.2. Os alimentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive durante do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **1 dia**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.1.3. O **recebimento definitivo** ocorrerá no **prazo de 30 dias**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do alimento e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133/2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.1.7. Salvo disposição em contrário constante do edital ou de ato normativo, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado.

9.1.8. A recusa ao recebimento do material, por qualquer motivo devidamente justificado, não acarretará a suspensão do prazo de entrega, ficando o fornecedor obrigado a retirar o material, substituí-lo ou complementar a entrega, sob pena de aplicação das penalidades disciplinares.

9.1.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.1.10. Independente do recebimento provisório ou definitivo, desde que constatada as condições ideais de armazenamento, caso o alimento se torne impróprio para consumo, dentro da validade, a contratante poderá solicitar o recolhimento e a substituição do gênero.

9.2. LIQUIDAÇÃO

9.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o **prazo de 30 dias** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

9.2.2. A CONTRATADA emitirá a(s) nota(s) fiscal(is) de venda ou documento(s) equivalente(s), com indicação do mês de referência, a especificação, a quantidade, o valor unitário e o valor total de cada produto, em observância ao descrito na Nota de Empenho a ser retirada após a assinatura do contrato.

9.2.3. A nota fiscal deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- Logomarca da empresa contratada;
- Razão Social da Empresa, CNPJ, endereço completo e telefone;
- Descrição do produto que foi entregue, com unidade de medida (kg, litro, unidade etc.) e quantidade;

- Data de validade e lote do produto entregue (quando aplicável);
- Número da nota de empenho;
- Dados do contrato e do órgão contratante;
- Período respectivo de execução do contrato;
- Ofício de solicitação (quando aplicável);
- Valor a pagar;
- Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;
- Dados bancários para pagamento (nome do agente financeiro, número da agência e conta corrente) e
- Espaço suficiente para assinatura, data, carimbo.

9.2.4. Os documentos fiscais deverão ser encaminhados com os respectivos Termos de Recebimento/Recibos de Entrega às Unidades Regionais de Infraestrutura e Apoio Educacional (Uniaes) para atesto da Comissão Regional de Recebimento de Gêneros Perecíveis.

9.2.5. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.2.6. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

9.2.7. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

9.2.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no **prazo de 5 dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.2.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.2.10. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.2.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

9.2.12. A contratada deverá encaminhar as documentações solicitadas no item 8.1.7 e demais subitens conforme o prazo e condições estipuladas.

9.2.13. As Comissões Regionais de Recebimento de Gêneros disporão de **5 dias úteis** para a realização do atesto do recebimento do material, após a data de recebimento das faturas.

9.2.14. Para a realização do atesto as comissões observarão a correspondência entre os valores solicitados por meio do Plano de Distribuição, os Termos de Recebimento/Recibo de Entrega e as notas fiscais e, ainda, a autenticidade por meio do site da nota fiscal eletrônica, a ser verificada no endereço eletrônico: <https://www.nfe.fazenda.gov.br/portal/principal.aspx>.

9.2.15. No atesto, a ser realizado em processo de pagamento específico autuado pela Gevmon, deverão ser especificados número da nota fiscal, data de emissão, número da nota de empenho e valor total da fatura, além dos dizeres: "A Comissão de Recebimento de gênero alimentício perecível, constituída por meio da Ordem de Serviço nº (), publicada no DODF nº (),

atesta o recebimento dos materiais descritos nos documentos. Atesta, ainda, a autenticidade das faturas por meio de consulta realizada no site da nota fiscal eletrônica em (data da consulta)".

9.2.15.1. O atesto deverá ser assinado por, no mínimo, 3 membros da Comissão.

9.2.16. Havendo impossibilidade de regularização do documento fiscal conforme item anterior e, após a data de recebimento da notificação pela CONTRATADA com **prazo de 5 dias** para defesa prévia, não havendo justificativa para sanar a inconformidade no faturamento, a contratante poderá realizar glosa na fatura com vistas a adequar o pagamento ao valor real fornecido.

9.2.17. As Uniaes restituirão à Gevmon os processos imediatamente após atesto para instrução relativa ao pagamento da despesa.

9.2.18. O setor de alimentação escolar da SEEDF ficará responsável pela instrução dos processos de pagamento, consoante legislação em vigor, e encaminhamento às unidades competentes para liquidação e pagamento das despesas no prazo **máximo de até 30 dias** contados a partir da apresentação da nota fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação e pagamento.

9.2.19. Nos termos do art. 61 do Decreto nº 32.598/2010, para liquidação da despesa, é indispensável constar no processo:

- Nota de empenho;
- Atestado de recebimento do material, de prestação do serviço ou de execução da obra, emitido por agente credenciado, na primeira via do documento fiscal, salvo nos casos previstos no §1º do artigo 64 e no caso de o processo ter sido iniciado por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI);
- Termo circunstanciado que comprove o recebimento do serviço ou a execução da obra, nos termos da alínea "b" do inciso I do artigo 140 da [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), emitido por servidor ou comissão designada pela autoridade competente;
- Atestado de execução, na forma do artigo 44;
- Data, nome por extenso, em carimbo ou letra de forma, número de matrícula e cargo ou função, sob as assinaturas dos servidores que os instruírem o processo; e
- Documento eletrônico atestando a prestação do serviço relativo a um ou mais documentos fiscais, assinado por servidor ou comissão designado para tal ato, nos casos de os processos terem sido iniciados por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

9.3. **PRAZO DE PAGAMENTO**

9.3.1. O pagamento será realizado **em até 30 dias**, sendo contados a partir da data de apresentação das Notas Fiscais à CONTRATANTE, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação e pagamento. É vedada a antecipação de pagamento, para cada faturamento.

9.3.2. Após o prazo estipulado no item anterior, verificada ausência de pagamento por parte da CONTRATANTE, a parcela devida será reajustada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) *pro rata tempore die*, de acordo com o art. 3º, II do Decreto Distrital nº 37.121/2016.

9.4. **FORMA DE PAGAMENTO**

9.4.1. O pagamento será efetuado de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura de Serviços e após atesto pelo gestor do Contrato.

9.4.2. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar, junto com os documentos fiscais, os demais documentos relacionados abaixo:

- CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS - CRF;
- CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO.
- CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS;

- CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS JUNTO AO GDF;

9.4.3. Os pagamentos de despesas somente serão efetivados após sua regular liquidação e emissão de Previsão de Pagamento – PP, conforme o previsto no artigo 63, do Decreto nº 32.598, de 15 de Dezembro de 2010.

9.4.4. Não será efetuado pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

9.4.5. Em hipótese alguma será objeto de instrução processual documento fiscal emitido em desacordo com as especificações contratuais e/ou deste Termo de Referência.

9.4.6. Todos os pagamentos serão realizados em estrita observação à instrução dos autos, descontando do valor total da fatura eventuais glosas apontadas pelos fiscais do contrato.

9.4.7. O pagamento somente será efetuado após o atesto, pelo servidor competente (gestor ou fiscal de contrato), do documento de cobrança apresentado pela contratada.

9.4.8. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.4.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.4.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.4.10.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.4.10.2. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123/2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.4.11. Não será efetuado pagamento à Contratada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

9.4.12. Todos os pagamentos serão realizados em estrita observação à instrução dos autos, descontando do valor total da fatura eventuais glosas apontadas pelos fiscais de contrato.

9.4.12.1. O pagamento será realizado em tantas parcelas quantas necessárias, conforme parcelamento das entregas.

9.4.12.2. As Notas Fiscais do gênero, vinculadas aos recursos do PNAE/FNDE, serão pagas por meio de transferência direta de créditos em conta corrente da CONTRATADA ou através de pagamento via cartão de crédito, nos termos do Acordo de Cooperação Técnica nº 047/2018, firmado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e o Banco do Brasil em 14 de dezembro de 2018.

9.4.13. Por força do Decreto Distrital 32.767/2011, as empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00, os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A (BRB).

9.4.13.1. Excluem-se das disposições do art. 6º do Decreto nº 32.767, de 17/02/2011:

- a) Os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública federal;
- b) Os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos;
- c) Os pagamentos a empresas de outros Estados da federação que não mantenham filiais e/ou representações no Distrito Federal e que venceram processo licitatório no âmbito deste ente federado.

9.5. **CESSÃO DE CRÉDITO**

9.5.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025](#), conforme as regras deste presente tópico.

9.5.2. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, dependerão de prévia aprovação do contratante.

9.5.3. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, em relação à Administração, está condicionada à celebração por apostilamento, ao contrato administrativo.

9.5.4. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [Art. 12 da Lei nº 8.429/1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

9.5.5. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 82, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2025 e Anexos).

9.5.6. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

10.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

10.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço**.

10.1.2. O julgamento far-se-á pelo **MENOR PREÇO por ITEM**, em atenção ao art. 114 do [Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023](#) e ao art. 33, inciso I, da [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#) de acordo com o gênero alimentício a ser licitado, desde que compatível com os preços praticados no mercado, na data da apresentação da proposta, e atendidas às demais exigências para cada item, devendo estar inclusos nos preços, os custos dos insumos e materiais, entregas (**devendo considerar a entrega porta a porta**), custos operacionais, controle e administração, encargos trabalhistas, taxas, tributos e demais despesas diretas e indiretas, que eventualmente possam incidir sobre o objeto do presente Termo Referência.

10.2. FORMA DE FORNECIMENTO

10.2.1. O fornecimento do objeto será de forma parcelada, conforme estabelecido do item 7.1.2 - Entrega e Prazos.

10.3. ADJUDICAÇÃO

10.3.1. Em virtude do grande volume do gênero alimentício a ser adquirido, previsto neste Termo de Referência, e também, com o objetivo de atender ao art. 40, inciso V, alínea b, da [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#) o qual prevê que as compras deverão observar o atendimento ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, a fim de ampliar a competitividade e aproveitar as peculiaridades do mercado, visando dessa forma atender ao princípio da economicidade, optou-se pela divisão do objeto **em ITENS**.

10.3.1.1. A divisão **em ITENS** visa, também, ampliar a disputa entre os licitantes, preservar a economia de escala e consequentemente, promover a redução dos gastos públicos. Além disso, visa abrir o leque de oportunidade de participação dos interessados, proporcionar maior competitividade na disputa e obter o menor preço. Portanto, a divisão em ITENS viabiliza a participação de vários fornecedores em virtude do grande volume previsto para a pretensa aquisição, como também assegura que em caso de inexecução do contrato, as entregas dos kits não sejam prejudicadas na totalidade da clientela beneficiada pelo Programa.

10.3.2. Dessa forma, a adjudicação do objeto será por **ITEM**, conforme previsto no art. 197, § 3º do [Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023](#) e no art. 82, § 1º da [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e ainda, conforme disposto na Súmula 247 do Tribunal de Contas da União (TCU):

Súmula 247 – TCU “É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a

ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade".

10.4. **EXIGÊNCIAS DA HABILITAÇÃO**

10.4.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

10.4.2. **Habilitação Jurídica**

- I - **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- II - **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- III - **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- IV - **Sociedade empresária ou sociedade limitada unipessoal – SLU:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- V - **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- VI - **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- VII - **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- VIII - **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).
- IX - **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 2º § 3º do Decreto 11.802 de 2023.
- X - **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 2110, de 19 de outubro de 2022](#) (arts. 15 a 17 e 146).
- XI - **Empresas submetidas a recuperação judicial poderão participar do certame**, desde que demonstrem viabilidade econômica e apresentem plano de recuperação judicial devidamente homologado pelo judiciário, conforme preceitua as **decisões do TCDF nº 596/2024, 1.212/2024, 1.469/2024**.

10.4.3. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.4.4. **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

10.4.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.4.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.4.4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.4.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.4.4.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.4.4.6. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.4.4.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10.4.5. **Qualificação Econômico-Financeira**

10.4.5.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples.

10.4.5.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#))

10.4.5.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 últimos exercícios sociais, comprovando:

I - índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1;

10.4.5.4. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 anos;

10.4.5.5. Os documentos referidos acima, conforme o §4º do art. 16 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018, deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.4.5.6. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da parcela pertinente.

10.4.5.7. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133/2021, art. 65, §1º).

10.4.5.8. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

10.4.5.9. Faz-se necessária a apresentação de qualificação econômico-financeira para garantir que a empresa ou pessoa física a ser contratada possua os recursos e a estabilidade necessárias para cumprir com suas obrigações contratuais. Esse tipo de análise permite avaliar a capacidade de uma organização de arcar com os custos envolvidos, evitando riscos financeiros que poderiam comprometer a execução do contrato e causar prejuízos à Administração Pública.

10.4.6. **Qualificação Técnica**

10.4.6.10. Para fins de Habilitação a empresa licitante deverá comprovar sua Qualificação Técnica, por intermédio da apresentação de, no mínimo, **1 atestado de Capacidade Técnica**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que forneceu ou fornece **gêneros similares**, tais como demais alimentos **perecíveis**, ao OBJETO dessa licitação **compatível em características, quantidades e prazos** previstos neste Termo de Referência. **Não serão aceitos atestados de gêneros alimentícios não perecíveis e alimentos destinados ao consumo animal (ração).**

10.4.6.11. Para comprovação do quantitativo, será (ão) admitido(s) atestado (s) de Capacidade Técnica que comprove(m) **no mínimo 40%** do quantitativo do (s) item (ns) o (s) qual (is) a(s) interessada(s) esteja(m) apresentando proposta.

10.4.6.12. O(s) Atestado(s) de capacidade técnica deverá(ão) conter, preferencialmente, nome, endereço e telefone do contato do atestador.

10.4.6.13. A exigência de atestado de capacidade técnica se dá em razão da especificidade do objeto, ou seja, são **gêneros alimentícios** adquiridos em grandes quantidades a cada requisição, com características de entregas, recebimentos e logísticas próprias, e que necessitam de fornecedores que apresentam capacidade de produção/entrega, de modo a atender a demanda solicitada dentro do prazo acordado e de qualidade adequada, bem como assegurar a continuidade e a regularidade na execução do PAE/DF, visto que o gênero alimentício em questão são indispensáveis para a composição dos cardápios ofertados.

10.4.6.14. Ademais, por se tratar de gênero comum de mercado, há inúmeros fornecedores atacadistas/varejistas com capacidade de fornecimento, não afetando o caráter competitivo do certame. Por fim, tal porcentagem encontra-se dentro do limite estabelecido pela jurisprudência pacificada do Tribunal de Contas da União (TCU), a exemplo dos Acórdãos nº 1.284/2003, 2.088/2004, 2383/2007 e 244/2015, todos do TCU-Plenário, o qual estabelece, como regra, o teto de 50%.

10.4.6.15. Para fins de diligência a CONTRATANTE poderá solicitar a apresentação de Notas de Empenho e/ou Notas Fiscais de Entidades Públicas e Privadas.

11. DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

11.1. O Licitante **deverá encaminhar a proposta de preços, com as informações descritas neste item, durante a fase de envio de documentação, por meio do sistema Portal de Compras do Governo Federal (Compras.gov.br - (www.gov.br))**, antes da abertura da sessão, em campo próprio.

11.2. Documentação técnica a ser apresentada e analisada:

11.2.1. **Certificado ou Relatório de Registro do Produto** - Nos casos em que o Registro do Produto seja obrigatório pela legislação vigente, o participante/licitante deverá apresentar cópia do **Certificado ou Relatório de Registro do Produto** emitido por órgão competente;

11.2.2. **Comprovação de que o estabelecimento fabricante** está apto para funcionar: **empresas inscritas no Ministério da Saúde** deverão apresentar Alvará Sanitário ou Certificado de Registro e Licenciamento, dentro de sua validade, emitido pela autoridade competente do Estado, Distrito Federal ou Município; **empresas inscritas no Ministério da Agricultura** deverão apresentar Título de Registro no Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Inscrição nos Órgãos de Inspeção DIPOVA/SID (Diretoria de Produtos de Origem Vegetal e Animal/Serviço de Inspeção Distrital) para itens fabricados no Distrito Federal. Caso apresente(m) item(ns) fabricado(s) em outro Estado e/ou Município, o gênero alimentício deverá ter registro no SIF ou no SISBI/POA (Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de origem Animal);

11.2.3. **Alvará Sanitário vigente ou Certificado de Registro e Licenciamento** do estabelecimento responsável pela **montagem e armazenamento dos kits** a serem fornecidos.

11.2.4. **Deverá apresentar registro fotográfico/imagens das embalagens primárias de cada gênero que compõe o kit lanche o qual oferecerá proposta**, conforme segue:

- a) As fotos **deverão ser de frente, verso e/ou de lado, de modo a visualizar todas as informações contidas na rotulagem da embalagem primária**;
- b) Todas as informações da rotulagem descritas na embalagem primária **devem estar LEGÍVEIS** nas fotos apresentadas;
- c) As informações declaradas na embalagem primária serão avaliadas conforme as especificações apresentadas no Folheto Descritivo (Anexo I), para o gênero alimentício.

11.2.5. **Deverão CONSTAR na PROPOSTA DE PREÇOS as seguintes informações descritas abaixo:**

A empresa XX (nome da empresa), CNPJ n.º XXXX, inscrição estadual XXXX, sediada XXXX (endereço completo), representada por XXXX, CPF nº XXXX por intermédio de seu representante legal, **declara que o(s) item(ns) relacionado(s) na tabela abaixo**, o qual apresentou proposta, **atende(m) as especificações técnicas** estipuladas no Folheto Descritivo – Termo de Referência, anexo I do Edital.

Declara, ainda, que **está ciente que:**

* Caso seja vencedor, **deverá obrigatoriamente, antes da primeira entrega dos gêneros nas unidades escolares**, apresentar toda documentação **descrita no item 11 do Termo de Referência**, anexo I do Edital;

* A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEE/DF) **poderá solicitar Laudo Laboratorial**, durante a execução do contrato para acompanhamento da qualidade higiênico-sanitária e nutricional dos alimentos contendo as informações especificadas no Folheto Descritivo – Termo de Referência, anexo I do Edital, para o gênero alimentício ofertado.

Essa declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

Item	Descrição do Produto	Marca	Fabricante	Número do registro do produto no órgão	Peso Líquido do	Prazo de Validade	Tipo de Embalagem	Tipo de Embalagem Secundária
------	----------------------	-------	------------	--	-----------------	-------------------	-------------------	------------------------------

				competente (quando aplicável).	produto		Primária	

11.2.6. Além das informações a serem apresentadas na **Proposta de Preços**, o licitante deve apresentar **memória de cálculo** com a **especificação, separadamente, dos custos (transporte, valor do gênero alimentício, controle e administração, encargos trabalhistas e demais custos indiretos)** que compõe o preço final da proposta.

ITEM	QTD	UNID	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	VALOR UNIT. DO ITEM	CUSTO DE TRANSPORTE	ENCARGOS TRABALHISTA	CUSTOS INDIRETOS	VALOR TOTAL
			Nome do produto: Marca: Peso líquido unitário: Prazo de validade:	R\$ XXXX	R\$ XXXX	R\$ XXXX	R\$ XXXX	R\$ XXXX

11.2.7. Considerando que o objeto compreende o fornecimento de kits lanche, o valor unitário ofertado para cada kit deverá conter a **discriminação do preço unitário de cada produto que o integra**, de forma clara e objetiva, de modo a evidenciar a composição do preço final proposto.

- 11.3. Os documentos apresentados nesta fase do certame poderão ser diligenciados.
- 11.3.1. Caso necessário, durante a diligência, pode ser solicitado o envio da amostra física para avaliação da embalagem e rotulagem.

12. **METODOLOGIA DE CÁLCULO**

- 12.1. Para a Memória de Cálculo (187617819) dos quantitativos foi considerado o número de alunos informado pelo CED 01 de Brasília, multiplicado pela *Per Capita*, por sua vez, multiplicada pela Frequência do produto prevista no cardápio.
- 12.2. Fórmula utilizada:

Fórmula: Quantidade = (Número de alunos X Frequência) und.

- 12.3. Considera-se Frequência, quantas vezes que o kit lanche estará presente no cardápio.
- 12.4. Foram consideradas as seguintes regras de arredondamento:
- a) Se os algarismos decimais seguintes forem menores que 5, o anterior não se modifica.
 - b) Se os algarismos decimais seguintes forem maiores que 5, ao anterior incrementa-se em uma unidade.
 - c) Se os algarismos decimais seguintes forem iguais a 5, deve-se verificar o anterior, se ele for par não se modifica, se ele for ímpar incrementa-se uma unidade.

- 12.5. As regras de arredondamento foram aplicadas para melhor adequação, especialmente na gestão orçamentária e financeira.
- 12.6. Além dos arredondamentos acima citados, os quantitativos dos itens que constam na Memória de Cálculo também sofrerão arredondamento para cima, a fim de facilitar a aquisição e ajustar a distribuição do gênero alimentício adquirido.
- 12.7. O quantitativo de estabelecimentos educacionais pode sofrer alterações durante a vigência do Contrato, assim como os endereços constantes no Anexo III, deste Termo de Referência.
- 12.8. Qualquer alteração nos dados especificados nos Anexos I, II e III, deste Termo de Referência, e na Memória de Cálculo Consolidada será comunicada com antecedência à CONTRATADA.

13. **TRATAMENTO ÀS ENTIDADES PREFERENCIAIS**

- 13.1. Em conformidade com o art. 26 da Lei nº 4.611/2011 fica estabelecida cota reservada para as entidades preferenciais nas licitações de bens, serviços e obras de natureza divisível, desde que não haja prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto.
- 13.2. São entendidas como preferenciais, as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, nos exatos termos do que dispõem o art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas atualizações.
- 13.3. Por se tratar de uma licitação por itens, será estabelecida cota reservada para as entidades preferenciais por se tratar de aquisição de bens de natureza divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto.
- 13.4. Serão destinadas à participação exclusiva de entidades preferenciais as contratações cujo objeto tenha valor estimado de até R\$ 80.000,00 conforme preconiza o art. 25 da Lei nº 4.611/2011.
- 13.5. A reserva de cota seguirá o disposto no art. 8º do Decreto nº 35.592, de 02 de julho de 2014, bem como o disposto no art. 26 da Lei nº 4.611/2011.
- 13.6. O(s) item(ns) ou objeto(s) em que for aplicada a cota reservada passará(ão) a ter itens separados, sendo: os itens, com limite máximo ao percentual de 25% para a cota reservada, destinado exclusivamente às entidades preferenciais e outros itens com o percentual complementar destinado ao mercado geral.
- 13.7. Ressalte-se que a aplicação da cota reservada não poderá ensejar a contratação por preço superior ao que for contratado no subitem da licitação destinada ao mercado geral.
- 13.8. As entidades preferenciais poderão participar tanto da cota preferencial quanto da de ampla concorrência, permanecendo para a cota não reservada os direitos a que se refere à Seção IV, do art. 26, § 2º, do direito de preferência e de saneamento da Lei nº 4.611/2011.
- 13.9. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao licitante vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.
- 13.10. Será inabilitada no item a empresa que não estiver na condição de entidade preferencial e oferecer proposta para a cota reservada ou cota exclusiva.
- 13.11. Conforme o §1º do art. 4º da Lei 14.133/2021 o tratamento preferencial não se dará nos seguintes casos:
- I - no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;
 - II - no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 13.12. As demais previsões são aquelas previstas no instrumento convocatório.

14. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da

contratante à continuidade do contrato.

15. **ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

15.1. A estimativas do valor desta pretensa contratação será de R\$ 3.057.600,00 (três milhões, cinquenta e sete mil e seiscentos reais) acompanhadas dos preços unitários referenciais, bem como as memórias de cálculo e dos documentos utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, a ser realizada pela CONTRATANTE, por meio da Gerência de Pesquisas de Preços - GPESQ, com base em pesquisa de preços de mercado link SEI-GDF (ID **195054040**), e de acordo com a Planilha de Quantitativos e Estimativa de Custos - ANEXO II deste Termo de Referência.

15.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

16. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

16.1. As despesas decorrentes do objeto deste Termo de Referência correrão à conta de recursos específicos a serem autorizados pela Subsecretaria de Administração Geral da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, de acordo com o Plano de Contratações Anual ou outros instrumentos de planejamento da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

16.2. O orçamento será dado em momento oportuno, proveniente de recursos local e/ou federal, conforme preconiza o parágrafo único do artigo 189 do [Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023](#), que no caso do Sistema de Registro de Preços, a indicação de dotação orçamentária somente será exigida no ato da formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

17. **FISCALIZAÇÃO ANTICORRUPÇÃO**

17.1. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate a Corrupção por meio do telefone [0800-6449060](tel:0800-6449060), conforme Decreto Distrital nº 34.031, de 12 de dezembro de 2012.

18. **DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO TERMO REFERÊNCIA**

18.1. Integram o presente Termo Referência, como partes indissolúveis:

ANEXO I	Folheto Descritivo – Especificação Técnica do gênero alimentício
ANEXO II	Gênero para Aquisição – Planilha de Quantitativos e Estimativa de Custos
ANEXO III	Endereço das Unidades Escolares.
ANEXO IV	Informações para elaboração da Ata de Registro de Preços

aprovo tecnicamente o presente Termo de Referência e seus anexos,

Considerando os termos do §3º, do art. 71º, do [Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023](#), o qual regulamenta a [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), Lei de Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal, e tendo em vista que a alimentação adequada é um direito

fundamental do ser humano, reconhecido internacionalmente pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (art. 25) e pelo Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) (art. 11), sendo inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população aliados ao caráter continuado do Programa de Alimentação Escolar do Distrito Federal (PAE/DF). Considerando, também, que por se tratar de Sistema de Registro de Preço, o requisito da comprovação de recursos orçamentários deverá ser cumprido no momento de utilização da Ata de Registro de Preços, **APROVO** o Termo de Referência e seus Anexos, elaborados com base no Estudo Técnico Preliminar, o qual motiva a necessidade de realização de processo de aquisição do gênero alimentício, considerando o Mapa de Riscos elaborado pela equipe técnica da Alimentação Escolar, ainda, ratifico a veracidade de todas as informações exaradas, assim como afirmo a ausência de direcionamento do objeto em tela.

LILIAN CAROLINA CARVALHO CORDEIRO BORGES

Subsecretária de Apoio às Políticas Educacionais

DODF EDIÇÃO EXTRA Nº 28-A, 02 de abril de 2026

ANEXO I - FOLHETO DESCRITIVO

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO GÊNERO ALIMENTÍCIO - KIT LANCHE

KIT LANCHE Nº 01	
<p>Produto: Kit Lanche, porção individual, composto de: 01 Pão doce tipo Brioche, 01 Queijo Processados UHT, 01 Suco 100%, 01 maçã e 01 mix de nuts. O Kit deverá ser acondicionado em embalagem individual de plástico transparente, atóxico, lacrado, com etiqueta de identificação constando o nome e endereço do fornecedor, componentes do kit, data da montagem, prazo de consumo, condições de conservação e com a inscrição de "PRODUTO INSTITUCIONAL – PROIBIDA A VENDA",</p> <p>Prazo de validade: 07 (sete) dias a partir da data de entrega na unidade.</p> <p>Período de aquisição: Sob demanda de acordo com a necessidade da unidade escolar.</p> <p>Local de entrega: As entregas dos kits lanches deverão ser realizadas no complexo penitenciário vinculado ao CED 01 de Brasília.</p>	
PÃO DOCE TIPO BRIOCHE	
Descrição:	Deverá apresentar aparência de massa cozida, sabor e aroma adocicados, formato e tamanho padrão, característico ao tipo do pão. Deverá apresentar casca com coloração caramelo clara, com aparência lisa e homogênea; maciez e elasticidade tátil mediana. O pão não deverá estar amassado, queimado, com aglomerações duras, pontos negros, pardos ou avermelhados, nem apresentar manchas escuras na parte inferior do pão (evidência de formas sujas). Deverá ser isento de recheio ou cobertura doce. O pão deverá ser fabricado com matérias primas de primeira qualidade, isentos de matéria terrosa,

	parasitos e em perfeito estado de conservação. O pão deverá vir cortado ao meio. O produto deverá estar dentro do prazo de validade.																									
Ingredientes:	À base de farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, água, ovos, óleo vegetal (especificar o óleo vegetal utilizado), açúcar, sal, além de outros aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia previstos em legislação específica. O produto não poderá conter leite e derivados. O produto deverá ser livre de gordura trans, corantes artificiais e aromatizantes sintéticos.																									
Composição Nutricional em 100g: Devendo constar no laudo laboratorial:	<ul style="list-style-type: none">· Gordura Trans: ≤ 0,1 gramas na porção de 100 gramas· Sódio: máximo de 410mg																									
Características macroscópicas, microscópicas e microbiológicas - Devendo constar em laudo laboratorial:	<ul style="list-style-type: none">· Critérios macroscópicos/ Microscópicos:· Matérias estranhas e impurezas: Ausência· Areia ou cinzas insolúveis: máximo 1,5%· Fragmentos de insetos indicativos de falhas das boas práticas: 225 em 225g· Ácaros mortos: máximo de 5 na alíquota analisada. <p>Critérios Microbiológicos:</p> <table><tr><th>Microorganismo/ Toxina/Metabólito</th><th>n</th><th>c</th><th>m</th><th>M</th></tr><tr><td><i>Salmonella</i>/25g</td><td>5</td><td>0</td><td>Aus</td><td>-</td></tr><tr><td><i>B. cereus</i> presuntivo/g</td><td>5</td><td>1</td><td>10²</td><td>10³</td></tr><tr><td><i>Escherichia coli</i>/g</td><td>5</td><td>2</td><td>10</td><td>10²</td></tr><tr><td>Bolores e leveduras/g</td><td>5</td><td>1</td><td>5x10²</td><td>10⁴</td></tr></table>	Microorganismo/ Toxina/Metabólito	n	c	m	M	<i>Salmonella</i> /25g	5	0	Aus	-	<i>B. cereus</i> presuntivo/g	5	1	10 ²	10 ³	<i>Escherichia coli</i> /g	5	2	10	10 ²	Bolores e leveduras/g	5	1	5x10 ²	10 ⁴
Microorganismo/ Toxina/Metabólito	n	c	m	M																						
<i>Salmonella</i> /25g	5	0	Aus	-																						
<i>B. cereus</i> presuntivo/g	5	1	10 ²	10 ³																						
<i>Escherichia coli</i> /g	5	2	10	10 ²																						
Bolores e leveduras/g	5	1	5x10 ²	10 ⁴																						
Embalagem primária:	Embalagem plástica transparente flexível, inodora e atóxica, selada por termosoldagem.																									
Porção Individual:	50 a 70 gramas.																									
Rotulagem:	Deverá conter as principais informações: denominação de venda; lista de ingredientes; advertências sobre os principais alimentos que causam alergias alimentares; advertência sobre lactose; advertências relacionadas ao uso de aditivos																									

alimentares (se os contiver); rotulagem nutricional; conteúdo líquido; identificação da origem; identificação do lote; prazo de validade; instruções de conservação, preparo e uso do alimento, quando necessário. As informações devem ser de fácil visualização e de difícil remoção, assegurando informações claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa.

QUEIJO PROCESSADO UHT

Descrição: Queijo, tipo processado UHT, sabor original, obtido por trituração, mistura, fusão e emulsão por meio de calor e agentes emulsionantes de uma ou mais variedades de queijo, com ou sem adição de outros produtos lácteos e/ou sólidos de origem láctea e ou especiarias, condimentos ou outras substâncias alimentícias, no qual o queijo constitui o ingrediente lácteo utilizado como matéria prima preponderante na base láctea, submetido, após a fusão, a tratamento térmico de 135 - 145°C durante 5 a 10 segundos ou qualquer outra combinação de tempo/temperatura equivalente. **O produto não deverá necessitar de refrigeração.** O produto deverá estar dentro do prazo de validade.

Ingredientes:

Ingredientes obrigatórios: Queijos de uma ou mais variedades. Agentes emulsificantes autorizados.

Ingredientes opcionais: Creme, manteiga, gordura anidra de leite ou butter-oil, leite, água, queijo processado, leite em pó, caseinatos, queijo em pó, outros sólidos de origem láctea, cloreto de sódio, condimentos, especiarias, outras substâncias alimentícias, edulcorantes nutritivos, amidos ou amidos modificados, ar, nitrogênio, dióxido de carbono, gases inertes, todos eles de qualidade alimentar.

Em sua elaboração se admitirá o uso de aditivos conforme especificado na Portaria nº 356, de 04/09/1997 - MAPA e suas alterações.

Características macroscópicas, microscópicas e microbiológicas - Devendo constar em laudo laboratorial:

- **Critérios macroscópicos/ Microscópicos:**
 - Matérias estranhas e impurezas: Ausência
 - Areia ou cinzas insolúveis: máximo 1,5%
- **Critérios Microbiológicos:**

Microorganismos	n	c	m	M
Salmonella/25g	5	0	Aus	
Enterotoxina estafilocócica (ng/g)	5	0	Aus	
Estafilococos coagulase positiva/g	5	2	10 ²	10 ³
Escherichia coli/g	5	2	Menor que 3	10

Características físico-químicas – Devendo constar em laudo laboratorial:	<ul style="list-style-type: none">· Umidade: máximo de 70%· Matéria Gorda em extrato seco: mínimo de 35%
Embalagem primária:	Deverá acondicionar o produto sem necessidade de refrigeração, não contendo nenhum tipo de aberturas, rasgos ou qualquer tipo de violação que prejudique a integridade do alimento.
Porção Individual:	Peso unitário de 15 a 20g.
Rotulagem:	Deverá conter as seguintes informações: denominação de venda, lista de ingredientes; advertências sobre os principais alimentos que causam alergias alimentares; advertência sobre lactose; advertências relacionadas ao uso de aditivos alimentares; rotulagem nutricional; conteúdo líquido; identificação da origem; carimbo oficial de Inspeção Federal, indicação da expressão "Registro no Ministério da Agricultura SIF/DIPOA sob nº-----/-----" lote; prazo de validade; instruções de conservação, preparo e uso do alimento, quando necessário.
SUCO 100%	
Descrição:	Suco 100% – é o suco reconstituído, ou seja, obtido pela diluição de suco concentrado ou desidratado, até a concentração original do suco integral ou teor de sólidos solúveis mínimo estabelecidos para o suco. Deve ser obtido de frutas sãs, frescas e maduras, não sendo permitida a adição de açúcares, aromas sintéticos/artificiais ou corantes. O produto não deverá necessitar de refrigeração. O produto deverá estar dentro do prazo de validade.
Ingredientes:	Suco de fruta concentrado ou desidratado (sabor diverso) e água, podendo ainda conter aroma natural, ácido cítrico e/ou ascórbico. O produto não deverá conter demais aditivos alimentares.

Características macroscópicas, microscópicas e microbiológicas - Devendo constar em laudo laboratorial	<ul style="list-style-type: none">• Critérios macroscópicos: O produto não deverá conter impurezas ou substâncias estranhas, de qualquer natureza.• Critérios microscópicos: O produto não deverá apresentar substâncias microscópicas estranhas, de qualquer natureza.• Critérios Microbiológicos (considerando alimento pronto para consumo): <table><tr><td>Micro-organismo/Toxina/Metabólito</td><td>n</td><td>c</td><td>m</td><td>M</td></tr><tr><td>Salmonella/25g</td><td>5</td><td>0</td><td>Aus</td><td>-</td></tr><tr><td>Escherichia coli/g</td><td>5</td><td>2</td><td>10</td><td>20</td></tr><tr><td>Estafilococos coagulase positiva/g</td><td>5</td><td>2</td><td>10²</td><td>10³</td></tr><tr><td>Enterotoxina estafilocócica (ng/g)</td><td>5</td><td>0</td><td>Aus</td><td></td></tr></table>	Micro-organismo/Toxina/Metabólito	n	c	m	M	Salmonella/25g	5	0	Aus	-	Escherichia coli/g	5	2	10	20	Estafilococos coagulase positiva/g	5	2	10 ²	10 ³	Enterotoxina estafilocócica (ng/g)	5	0	Aus	
Micro-organismo/Toxina/Metabólito	n	c	m	M																						
Salmonella/25g	5	0	Aus	-																						
Escherichia coli/g	5	2	10	20																						
Estafilococos coagulase positiva/g	5	2	10 ²	10 ³																						
Enterotoxina estafilocócica (ng/g)	5	0	Aus																							
Embalagem primária:	A embalagem primária do produto deverá ser hermeticamente fechada de 200ml. O Produto não deverá apresentar nenhum tipo de amasso, abertura ou qualquer tipo de violação que prejudique a integridade do alimento.																									
Rotulagem:	O rótulo deverá conter, em caracteres visíveis e legíveis: Denominação de venda; lista de ingredientes; advertências sobre os principais alimentos que causam alergias alimentares; advertência sobre lactose; advertências relacionadas ao uso de aditivos alimentares; número do registro do produto no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA; rotulagem nutricional; conteúdo líquido; identificação da origem; identificação do lote; prazo de validade; instruções de conservação e preparo e uso do alimento, quando necessário.																									
MAÇÃ NACIONAL																										
Descrição:	Fruto inteiro, destinado ao consumo in natura, com aroma e cor próprios da espécie. Deverá apresentar estágio de desenvolvimento característico da espécie, grau de maturação adequado para o consumo e <u>devidamente higienizado</u> (livres de poeira, resíduos de tratamento ou de outras matérias estranhas), sãs e livres de odores estranhos, com aspecto e sabor típico da variedade. Não deverá apresentar defeitos como: estar passada, podridão ou ferimentos graves.																									
Embalagem primária:	Deverá vir embalado em plástico filme de PVC transparente, atóxico e inodoro.																									
Porção individual:	Unidade com peso unitário mínimo de 90g.																									
MIX DE NUTS																										
Descrição:	Mix de frutas secas e oleaginosas selecionadas cuidadosamente. O produto deverá estar limpo e em bom estado de conservação; isento de pragas visíveis a olho nu, em qualquer de suas fases evolutivas; isento de odores estranhos impróprios ao produto; mofado; ardido ou rançoso; germinado; danificado ou imaturo.																									

Ingredientes:	Obrigatórios: Amendoim, uva passa e castanha de caju. Opcionais: castanha do Brasil, amêndoa, nozes, banana passa, óleo vegetal e sal. Não deverá conter conservantes.																			
Composição Nutricional em 100g - Devendo constar no laudo laboratorial:	Sódio: máximo de 250mg.																			
Características macroscópicas, microscópicas, microbiológicas e contaminantes - Devendo constar em laudo laboratorial:	<div>· Critérios macroscópicos: O produto não deverá conter impurezas ou substâncias estranhas, de qualquer natureza.</div> <div>· Critérios microscópicos: O produto não deverá apresentar substâncias microscópicas estranhas, de qualquer natureza.</div> <div>· Critérios Microbiológicos:</div> <table><tr><th rowspan="2">Parâmetro</th><th colspan="4">Especificação</th></tr><tr><th>n</th><th>c</th><th>m</th><th>M</th></tr><tr><td>Salmonella/25g</td><td>10</td><td>0</td><td>AUS</td><td>--</td></tr><tr><td>Escherichia coli/g</td><td>5</td><td>2</td><td>10</td><td>100</td></tr></table> <div>· Contaminantes:</div> <div>- Aflatoxinas B1+B2+G1+G2: máximo 20 mcg/kg</div>	Parâmetro	Especificação				n	c	m	M	Salmonella/25g	10	0	AUS	--	Escherichia coli/g	5	2	10	100
Parâmetro	Especificação																			
	n	c	m	M																
Salmonella/25g	10	0	AUS	--																
Escherichia coli/g	5	2	10	100																
Embalagem primária:	Embalagem de alta barreira que garanta ao produto a manutenção de suas características, devendo ser metalizada (Bopp metalizado, poliéster metalizado, entre outros).																			
Porção individual:	30 a 50g																			
Rotulagem:	Deverá conter as principais informações: denominação de venda; lista de ingredientes; advertências sobre os principais alimentos que causam alergias alimentares; advertência sobre lactose; advertências relacionadas ao uso de aditivos alimentares (se os contiver); rotulagem nutricional; conteúdo líquido; identificação da origem; identificação do lote; prazo de validade; instruções de conservação, preparo e uso do alimento, quando necessário. As informações devem ser de fácil visualização e de difícil remoção, assegurando informações claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa.																			

KIT LANCHE Nº 02
Produto: Kit Lanche, porção individual, composto de: 01 Minibolo sabor laranja, 01 Bebida Láctea UAT/UHT, 01 maçã e 01 mix de nuts. O Kit deverá ser acondicionado em embalagem individual de plástico transparente, atóxico, lacrado, com etiqueta de identificação constando o nome e endereço do fornecedor, componentes do kit, data da montagem, prazo de

consumo, condições de conservação e com a inscrição de "PRODUTO INSTITUCIONAL – PROIBIDA A VENDA",

Prazo de validade: 07 (sete) dias a partir da data de entrega na unidade.

Período de aquisição: Sob demanda de acordo com a necessidade da unidade escolar.

Local de entrega: As entregas dos kits lanches deverão ser realizadas no complexo penitenciário vinculado ao CED 01 de Brasília.

MINIBOLO SABOR LARANJA

Descrição: Minibolo, tipo cupcake ou muffin, sabor laranja, em formato arredondado ou retangular. Deverá apresentar tamanho característico ao tipo do bolo, o miolo deve ser leve, elástico, com porosidade regular e coloração clara e uniforme. As superfícies deverão mostrar tonalidades regulares. Não deverá apresentar aspecto queimado, odores a fermentado ou óleo ou alcoólico ou a fumaça. **Não deverá apresentar recheio, gotas ou cobertura de chocolate ou demais sabores.** O minibolo deverá ser fabricado com matérias primas de primeira qualidade, isentos de matéria terrosa, parasitos e em perfeito estado de conservação. O produto deverá estar dentro do prazo de validade.

Ingredientes: À base de farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, água e/ou leite, ovos, óleo vegetal (especificar o óleo vegetal utilizado), açúcar, sal, suco de laranja e/ou aromatizante idêntico ao natural, além de outros ingredientes e aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia previstos em legislação específica. **O produto deverá ser livre de gordura trans, edulcorantes, corantes e aromatizantes artificiais.**

Composição Nutricional em 100g: - Devendo constar no laudo laboratorial:

- **Gordura Trans:** ≤ 0,1 gramas na porção de 100 gramas
- **Sódio:** máximo de 450mg

Características macroscópicas, microscópicas e microbiológicas - Devendo constar em laudo laboratorial:

- **Critérios macroscópicos/ Microscópicos:**
 - Matérias estranhas e impurezas: Ausência
 - Areia ou cinzas insolúveis: máximo 1,5%
 - **Ácaros mortos: máximo de 5 na alíquota analisada**
 - Fragmentos de insetos indicativos de falhas das boas práticas: 225 em 225g
- **Critérios Microbiológicos:**

Microorganismo/ Toxina/Metabólito	n	c	m	M
--------------------------------------	---	---	---	---

	<table><tr><td>Salmonella/25g</td><td>5</td><td>0</td><td>Aus</td><td>-</td></tr><tr><td>B. cereus presuntivo/g</td><td>5</td><td>1</td><td>10²</td><td>10³</td></tr><tr><td>Escherichia coli/g</td><td>5</td><td>2</td><td>10</td><td>10²</td></tr><tr><td>Bolores e leveduras/g</td><td>5</td><td>1</td><td>5x10²</td><td>10⁴</td></tr></table>	Salmonella/25g	5	0	Aus	-	B. cereus presuntivo/g	5	1	10 ²	10 ³	Escherichia coli/g	5	2	10	10 ²	Bolores e leveduras/g	5	1	5x10 ²	10 ⁴
Salmonella/25g	5	0	Aus	-																	
B. cereus presuntivo/g	5	1	10 ²	10 ³																	
Escherichia coli/g	5	2	10	10 ²																	
Bolores e leveduras/g	5	1	5x10 ²	10 ⁴																	
Embalagem primária:	Embalagem plástica transparente flexível, inodora e atóxica, selada por termosaldagem.																				
Porção Individual:	Entre 40 e 60g.																				
Rotulagem:	Deverá conter as principais informações: denominação de venda; lista de ingredientes; advertências sobre os principais alimentos que causam alergias alimentares; advertência sobre lactose; advertências relacionadas ao uso de aditivos alimentares (se os contiver); rotulagem nutricional; conteúdo líquido; identificação da origem; identificação do lote; prazo de validade; instruções de conservação, preparo e uso do alimento, quando necessário. As informações devem ser de fácil visualização e de difícil remoção, assegurando informações claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa.																				
BEBIDA LÁCTEA UAT/UHT																					
Descrição:	Bebida Láctea é o produto lácteo resultante da mistura do leite e soro de leite adicionado de produto(s) ou substância(s) alimentícia(s), gordura vegetal e outros produtos lácteos, submetido ao tratamento UHT. A base láctea deverá representar pelo menos 51% (cinquenta e um por cento) do total de ingredientes do produto.																				
Ingredientes:	<p>Ingredientes obrigatórios: leite (in natura, pasteurizado, esterilizado, UHT, reconstituído, concentrado, em pó, concentrado, integral, semidesnatado ou parcialmente desnatado e desnatado) e Soro de leite (líquido, concentrados e em pó).</p> <p>Ingredientes Opcionais: creme; sólidos de origem láctea; manteiga, gordura anidra do leite ou butter oil, caseinatos alimentícios, proteínas lácteas, leiteilho e outros produtos de origem lácteas; açúcares e/ou glicídios, maltodextrina, frutas em pedaços/polpa/suco e outros preparados à base de frutas, mel, cereais, vegetais, gorduras vegetais, frutas secas e outros alimentos, aromatizantes naturais e/ou idênticos ao natural e/ou sabores, amidos ou amidos modificados, gelatina ou outros ingredientes (produto(s) ou substância(s) alimentícia(s) permitidos em legislação). Não serão aceitas bebidas achocolatadas.</p>																				
Composição Nutricional em 100g - Devendo constar no laudo laboratorial:	- teor de proteínas de origem láctea: mínimo de 1g																				
	<p>. Critérios macroscópicos e microscópicos: o produto não deverá conter substâncias estranhas de qualquer natureza.</p> <p>. Critérios Microbiológicos:</p>																				

Características macroscópicas, microscópicas e microbiológicas - Devendo constar em laudo laboratorial	<table><tr><th rowspan="2">Parâmetro</th><th colspan="4">Especificação</th></tr><tr><th>n</th><th>c</th><th>m</th><th>M</th></tr></table>				Parâmetro	Especificação				n	c	m	M
						Parâmetro	Especificação						
	n	c	m	M									
	<table><tr><td>Aeróbios mesófilos/ml (ou/g)</td><td>5</td><td>2</td><td>7,5 x 10⁴</td><td>1,5 x 10⁵</td></tr></table>	Aeróbios mesófilos/ml (ou/g)	5	2	7,5 x 10 ⁴	1,5 x 10 ⁵							
Aeróbios mesófilos/ml (ou/g)	5	2	7,5 x 10 ⁴	1,5 x 10 ⁵									
Embalagem primária:	Caixas cartonadas tetra pak de 200ml.												
Rotulagem:	Deverá conter as seguintes informações: denominação de venda com a designação Bebida Láctea UHT Sabor", preenchendo os espaços em branco com o nome do(s) produto(s) alimentício(s) ou da(s) substância(s) alimentícia(s) ou aromatizante(s) / saborizante(s) que confere(m) características distintivas ao produto; lista de ingredientes; advertências sobre os principais alimentos que causam alergias alimentares; advertência sobre lactose; advertências relacionadas ao uso de aditivos alimentares; rotulagem nutricional; conteúdo líquido; identificação da origem; lote; prazo de validade; instruções de conservação, preparo e uso do alimento, quando necessário.												
MAÇÃ NACIONAL													
Descrição:	Fruto inteiro, destinado ao consumo in natura, com aroma e cor próprios da espécie. Deverá apresentar estágio de desenvolvimento característico da espécie, grau de maturação adequado para o consumo, <u>devidamente higienizado</u> (livres de poeira, resíduos de tratamento ou de outras matérias estranhas), sãs e livres de odores estranhos, com aspecto e sabor típico da variedade. Não deverá apresentar defeitos como: estar passada, podridão ou ferimentos graves.												
Embalagem primária:	Deverá vir embalado em plástico filme de PVC transparente, atóxico e inodoro.												
Porção individual:	Unidade com peso unitário mínimo de 90g.												
MIX DE NUTS													
Descrição:	Mix de frutas secas e oleaginosas selecionadas cuidadosamente. O produto deverá estar limpo e em bom estado de conservação; isento de pragas visíveis a olho nu, em qualquer de suas fases evolutivas; isento de odores estranhos impróprios ao produto; mofado; ardido ou rançoso; germinado; danificado ou imaturo.												
Ingredientes:	Obrigatórios: Amendoim, uva passa e castanha de caju. Opcionais: castanha do Brasil, amêndoa, nozes, banana passa, óleo vegetal e sal. Não deverá conter conservantes.												
Composição Nutricional em 100g - Devendo constar no laudo laboratorial:	Sódio: máximo de 250mg.												

Características macroscópicas, microscópicas, microbiológicas e contaminantes - Devendo constar em laudo laboratorial:	<div><div>· Critérios macroscópicos: O produto não deverá conter impurezas ou substâncias estranhas, de qualquer natureza.</div><div>· Critérios microscópicos: O produto não deverá apresentar substâncias microscópicas estranhas, de qualquer natureza.</div><div>· Critérios Microbiológicos:</div><table><tr><th rowspan="2">Parâmetro</th><th colspan="4">Especificação</th></tr><tr><th>n</th><th>c</th><th>m</th><th>M</th></tr><tr><td>Salmonella/25g</td><td>10</td><td>0</td><td>AUS</td><td>--</td></tr><tr><td>Escherichia coli/g</td><td>5</td><td>2</td><td>10</td><td>100</td></tr></table><div><div>· Contaminantes:</div><div>- Aflatoxinas B1+B2+G1+G2: máximo 20 mcg/kg</div></div></div>	Parâmetro	Especificação				n	c	m	M	Salmonella/25g	10	0	AUS	--	Escherichia coli/g	5	2	10	100
Parâmetro	Especificação																			
	n	c	m	M																
Salmonella/25g	10	0	AUS	--																
Escherichia coli/g	5	2	10	100																
Embalagem primária:	Embalagem de alta barreira que garanta ao produto a manutenção de suas características, devendo ser metalizada (Bopp metalizado, poliéster metalizado, entre outros).																			
Porção individual:	30 a 50g																			
Rotulagem:	Deverá conter as principais informações: denominação de venda; lista de ingredientes; advertências sobre os principais alimentos que causam alergias alimentares; advertência sobre lactose; advertências relacionadas ao uso de aditivos alimentares (se os contiver); rotulagem nutricional; conteúdo líquido; identificação da origem; identificação do lote; prazo de validade; instruções de conservação, preparo e uso do alimento, quando necessário. As informações devem ser de fácil visualização e de difícil remoção, assegurando informações claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa.																			

ANEXO II - PLANILHA DE QUANTITATIVOS E ESTIMATIVA DE CUSTOS

Relação de Gênero Para Aquisição

ITEM	QTD	UNID	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
KIT LANCHE 01					
1	117.000	und	ITEM COTA PRINCIPAL - 90%	R\$ 11,76	R\$ 1.375.920,00
			<p>Produto: Kit Lanche, porção individual, composto de: 01 Pão doce tipo Brioche, 01 Queijo Processados UHT, 01 Suco 100%, 01 maçã e 01 mix de nuts. O Kit deverá ser acondicionado em embalagem individual de plástico transparente, atóxico, lacrado, com etiqueta de identificação constando o nome e endereço do fornecedor, componentes do kit, data da montagem, prazo de consumo, condições de conservação e com a inscrição de "PRODUTO INSTITUCIONAL – PROIBIDA A VENDA",</p> <p>Prazo de validade: 07 dias a partir da data de entrega na unidade.</p> <p>Período de aquisição: Sob demanda de acordo com a necessidade da unidade escolar.</p> <p>Local de entrega: As entregas dos kits lanches deverão ser realizadas no complexo penitenciário vinculado ao CED 01 de Brasília.</p> <p>OBS: Verificar informações complementares disponíveis no Anexo I - Folheto Descritivo.</p>		
2	13.000	und	ITEM COTA RESERVADA VINCULADA AO ITEM 1 - 10%	R\$ 11,76	R\$ 152.880,00
			<p>Produto: Kit Lanche, porção individual, composto de: 01 Pão doce tipo Brioche, 01 Queijo Processados UHT, 01 Suco 100%, 01 maçã e 01 mix de nuts. O Kit deverá ser acondicionado em embalagem individual de plástico</p>		

			<p>transparente, atóxico, lacrado, com etiqueta de identificação constando o nome e endereço do fornecedor, componentes do kit, data da montagem, prazo de consumo, condições de conservação e com a inscrição de "PRODUTO INSTITUCIONAL – PROIBIDA A VENDA",</p> <p>Prazo de validade: 07 dias a partir da data de entrega na unidade.</p> <p>Período de aquisição: Sob demanda de acordo com a necessidade da unidade escolar.</p> <p>Local de entrega: As entregas dos kits lanches deverão ser realizadas no complexo penitenciário vinculado ao CED 01 de Brasília.</p> <p>OBS: Verificar informações complementares disponíveis no Anexo I - Folheto Descritivo.</p>		
--	--	--	---	--	--

KIT LANCHE 02					
---------------	--	--	--	--	--

3	117.000	und	ITEM COTA PRINCIPAL - 90%	R\$ 11,76	R\$ 1.375.920,00
			<p>Produto: Kit Lanche, porção individual, composto de: 01 Minibolo sabor laranja, 01 Bebida Láctea UAT/UHT, 01 maçã e 01 mix de nuts. O Kit deverá ser acondicionado em embalagem individual de plástico transparente, atóxico, lacrado, com etiqueta de identificação constando o nome e endereço do fornecedor, componentes do kit, data da montagem, prazo de consumo, condições de conservação e com a inscrição de "PRODUTO INSTITUCIONAL – PROIBIDA A VENDA",</p> <p>Prazo de validade: 07 dias a partir da data de entrega na unidade.</p> <p>Período de aquisição: Sob demanda de acordo com a necessidade da unidade</p>		

			<p>escolar.</p> <p>Local de entrega: As entregas dos kits lanches deverão ser realizadas no complexo penitenciário vinculado ao CED 01 de Brasília.</p> <p>OBS: Verificar informações complementares disponíveis no Anexo I - Folheto Descritivo.</p>		
4	13.000	und	<p>ITEM COTA RESERVADA VINCULADA AO ITEM 3 - 10%</p> <p>Produto: Kit Lanche, porção individual, composto de: 01 Minibolo sabor laranja, 01 Bebida Láctea UAT/UHT, 01 maçã e 01 mix de nuts. O Kit deverá ser acondicionado em embalagem individual de plástico transparente, atóxico, lacrado, com etiqueta de identificação constando o nome e endereço do fornecedor, componentes do kit, data da montagem, prazo de consumo, condições de conservação e com a inscrição de "PRODUTO INSTITUCIONAL – PROIBIDA A VENDA",</p> <p>Prazo de validade: 07 dias a partir da data de entrega na unidade.</p> <p>Período de aquisição: Sob demanda de acordo com a necessidade da unidade escolar.</p> <p>Local de entrega: As entregas dos kits lanches deverão ser realizadas no complexo penitenciário vinculado ao CED 01 de Brasília.</p> <p>OBS: Verificar informações complementares disponíveis no Anexo I - Folheto Descritivo.</p>	R\$ 11,76	R\$ 152.880,00
1,2,3,4,5,6,7,8	TOTAL:				<p>R\$ 3.057.600,00</p>

Observação: Valores de Custo Unitário Estimado com base em pesquisa de preços de mercado realizadas e fornecidos pela Gerência de Pesquisa de Preços - GPESQ - conforme documento SEI nº (195054040)

ANEXO III - ENDEREÇO DAS UNIDADES ESCOLARES PRISIONAIS.

ESCOLA	ENDEREÇO
PENITENCIÁRIA FEMININA DO DISTRITO FEDERAL	Granja Luís Fernando, Área Esp. n. 02, Setor Leste, Gama – DF; CEP 72.460-000
CENTRO DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA	SIA, Trecho 04, Lotes 1600/1680, Brasília – DF; CEP 71.200-040
PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL II	Rodovia DF – 465, KM 04, Fazenda Papuda; CEP 71.686-670

ANEXO IV
INFORMAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Empresa:	CNPJ:		
Inscrição Estadual:	Banco:	Agência:	C.C:
Telefone: E-mail:	Endereço: CEP:		
Representante legal:	RG:	CPF:	

*** informações devem ser entregues pelo licitante no ato da habilitação.**

(APÊNDICE DO ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR ID. 187617815)

ANEXO II
MINUTA DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

(Processo Administrativo nº _____)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/____, QUE FAZEM ENTRE SI O DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO (A) _____ E _____ O Distrito Federal / Autarquia ____ / Fundação _____, (utilizar a menção ao Distrito Federal somente se for órgão da Administração Direta, caso contrário incluir o nome da autarquia ou fundação conforme o caso) por intermédio do(a) _____ (órgão contratante), com sede no(a) _____, na cidade de Brasília/DF, inscrito(a) no CNPJ sob o nº _____, neste ato representado(a) pelo(a) _____ (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº _____, de _____ de _____ de 20____, publicada no DOU de _____ de _____ de _____, portador da Matrícula Funcional nº _____, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) _____, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº _____, sediado(a) na _____, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por _____ (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº _____ e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n.____/____, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1.
- CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (ART. 92, I E II)
- 1.1.
- O objeto do presente instrumento é a pretensa aquisição de **KITS LANCHE**, por meio do Sistema de Registro de Preços, para atendimento ao Programa de Alimentação Escolar (PAE/DF), de acordo com as demandas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEE/DF), nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2.
- Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de _____ contados do(a) _____, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

OU

2.2. O prazo de vigência da contratação é de _____ contados do(a) _____, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (ART. 92, IV, VII E XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

OU

4.2. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de ____% (____ por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.2.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

4.2.1.1. (...)

4.2.1.2. (...)

4.2.2. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

4.2.2.1. (...)

4.2.2.2. (...)

4.2.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

- 4.3. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- 4.4. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.
- 4.5. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

5. **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (ART. 92, V)**

- 5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ _____ (____), perfazendo o valor total de R\$ ____ (____).

OU

- 5.2. O valor total da contratação é de R\$ ____ (____)

5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

- 5.4. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (ART. 92, V E VI)**

- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (ART. 92, V)**

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **13/02/2026**.

- 7.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

- 7.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

- 7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8. **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (ART. 92, X, XI E XIV)**

- 8.1. Proporcionar as condições necessárias e suficientes para que a empresa CONTRATADA possa desempenhar o fornecimento, dentro das normas contratuais.

- 8.2. Designar no mínimo 3 membros para as Comissões Regionais de Recebimento de Gêneros em cada Uniae.

8.3. Exercer a fiscalização e supervisão no fornecimento do gênero, por servidores designados, podendo sustar ou recusar no ato do recebimento, com a devida justificativa, qualquer produto que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas no Termo de Referência.

- 8.4. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela CONTRATADA ou por seus prepostos.

- 8.5. Garantir o acesso e a permanência dos empregados da CONTRATADA nas dependências da CONTRATANTE, quando necessário para a execução do objeto do contrato.

- 8.6. Observar o cumprimento dos requisitos de qualificação exigidos no Termo de Referência, solicitando à CONTRATADA as substituições que se verificarem necessárias.

- 8.7. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.
- 8.8. Efetuar, quando julgar necessário, inspeção nas dependências da CONTRATADA com a finalidade de verificar as condições de fornecimento e o atendimento das exigências contratuais.
- 8.9. Receber os produtos entregues pela CONTRATADA, que estejam em conformidade com o Termo de Referência e recusar com a devida justificativa, qualquer produto entregue em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, solicitando as substituições que se verificarem necessárias.
- 8.10. Notificar, por escrito, previamente à CONTRATADA, quanto ao dever de substituir ou reparar produto que apresente defeito e/ou da aplicação de penalidades.
- 8.11. Emitir Notas de Empenho para custear a despesa durante a vigência do Contrato.
- 8.12. Atestar as Notas Fiscais/Fatura após a efetiva entrega dos produtos, objeto do Termo de Referência, pela Comissão Regional de Recebimento de Gêneros Perecíveis e pelo fiscal do contrato comprovando a realização dos serviços, se constatada a conformidade com as especificações e padrões de qualidade exigidos.
- 8.13. Efetuar os pagamentos devidos, **no prazo máximo de 30 dias**, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal ao setor de alimentação escolar da SEE/DF, devidamente atestada, e desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação e pagamento.
- 8.14. Notificar, por escrito, a CONTRATADA de quaisquer falhas verificadas no cumprimento do Contrato, da aplicação de eventuais multas, da suspensão do fornecimento, da distribuição e da sustação do pagamento de quaisquer faturas.
- 8.15. Inspeccionar as instalações das empresas licitantes, assim como verificar a exatidão das informações apresentadas ao Pregoeiro(a), antes e/ou após a adjudicação/execução do contrato.
- 8.16. Fornecer a qualquer tempo mediante solicitação escrita da CONTRATADA, ressalvados os casos de urgência, informações adicionais para dirimir as dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos do Contrato.
- 8.17. Responsabilizar-se pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e culpa.
- 8.18. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento do gênero alimentício, objeto do Termo de Referência.

9. **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (ART. 92, XIV, XVI E XVII)**

- 9.1. Entregar o(s) produto (s) de acordo com sua proposta, respeitando integralmente as especificações técnicas e demais condições do Termo de Referência, ficando obrigada a substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato, caso sejam verificados vícios, defeitos ou incorreções.
- 9.2. Responsabilizar-se pelo (s) objeto (s), bem como por todas e quaisquer despesas decorrentes do fornecimento, inclusive os relativos às entregas (frete, carga e descarga no local indicado).
- 9.3. Fornecer o (s) gênero(s) alimentício(s) de acordo com o Padrão de Identidade e Qualidade definido pelos órgãos competentes e legislação vigente, dentro do prazo de validade, sendo vedado o fornecimento de alimentos com alteração das características sensoriais, ainda que dentro do prazo de validade.
- 9.4. Comunicar à CONTRATANTE, com **antecedência mínima de 5 dias úteis**, qualquer motivo, ocorrência ou anormalidade que impossibilite o cumprimento do prazo de fornecimento previsto, com a devida comprovação, podendo solicitar a prorrogação do prazo, em que deverá apresentar justificativa circunstanciada com a nova data para a entrega do material, ficando a critério da Administração a aprovação ou não.
- 9.5. Cumprir as Legislações Sanitárias Federal, Estadual/Municipal ou Distrital e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), quando for o caso.
- 9.6. Adequar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer conduta referente ao fornecimento do(s) produto (s), que não esteja sendo procedida de acordo com as Boas Práticas de Fabricação e Manipulação.
- 9.7. A CONTRATADA obriga-se a entregar o(s) objeto(s) da licitação de acordo com as especificações do Folheto Descritivo (ANEXO I) do Termo e dispostas em normas técnicas, resoluções, regulamentos, portarias, protocolos, decretos e demais dispositivos legais vigentes, expedidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), bem como com a **Inscrição de Produto Institucional - Proibida a Venda** - na embalagem secundária (embalagem que comportará os itens do kit) durante toda a vigência do Contrato. A referida informação poderá vir impressa ou carimbada com tinta indelével e duradoura, ou etiqueta adesiva de alta aderência, por exemplo, não necessitando de fabricação de embalagens exclusivas para atendimento do Contrato.

9.8. Assumir a responsabilidade:

- I - **EXCLUSIVAMENTE**, pelos danos causados a terceiros ou ao patrimônio da contratante, em decorrência do fornecimento do(s) produto(s) adquirido(s).
- II - civil, administrativa e criminalmente, por quaisquer acidentes, danos, perdas e prejuízos, materiais e/ou pessoais, por dolo ou culpa, como consequência de imperícia, imprudência ou negligência própria ou de seus empregados, prepostos, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier causar ou provocar à Contratante e a terceiros, direta ou indiretamente, incluindo intoxicação alimentar causada aos alunos, independente da fiscalização da contratante.
- III - por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução do Contrato, ainda que acontecido nas dependências da Contratante.
- IV - por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução do Contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.
- V - por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, obrigações sociais, contribuições ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), assistenciais, securitárias e sindicais de seus funcionários, obrigando-se a saudá-los na época própria, sendo considerada como única empregadora, não havendo qualquer vínculo de solidariedade empregatícia nem subsidiária desta CONTRATANTE.
- VI - **por todas as despesas** com embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição do produto.
- VII - pelos encargos fiscais e comerciais e por todas as demais despesas resultantes do fornecimento do objeto do Contrato, inclusive com viagens e hospedagens porventura necessárias à execução do mesmo.

9.9. Responder, exclusivamente, pelos danos causados por seus agentes, em decorrência da execução contratual.

9.10. Constitui obrigação da CONTRATADA o pagamento dos salários de seus funcionários e demais verbas decorrentes da prestação de serviço.

9.11. Providenciar **em até 24 horas**, contadas a partir da data e horário de recebimento da correspondente notificação, a substituição de qualquer empregado considerado inadequado à execução dos serviços contratados.

9.12. Manter seus empregados devidamente identificados, por meio de crachá e uniformizados, quando em trabalho dentro das dependências da CONTRATANTE.

9.13. Acatar as orientações do Fiscal do Contrato ou do seu substituto legal ou do responsável pelo recebimento dos produtos, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização e supervisão, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo aos questionamentos formulados.

9.14. Prestar esclarecimentos à Contratante sobre eventuais atos ou fatos notificados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função do fornecimento.

9.15. Verificar se as Notas Fiscais/Termos de Recebimento foram corretamente atestadas, quando do recebimento do gênero, pelo responsável, constando: assinatura à caneta, número da matrícula do responsável do atesto, data e carimbo da Unidade Escolar que recebeu o produto.

9.16. Entregar as Notas Fiscais/Termos de Recebimento nas Coordenações Regionais de Ensino respectivas para o atesto das Comissões de Recebimento de Gêneros Alimentícios.

9.17. A Contratada deverá encaminhar à Unidade Regional de Infraestrutura e Apoio Educacional (Uniae) os documentos fiscais e os respectivos Termos de Recebimento/Recibos de Entrega **até o 2º dia útil do mês subsequente** à entrega dos produtos, em meio digital, conforme indicação do endereço eletrônico de cada Uniae.

9.18. As notas fiscais deverão ser encaminhadas, simultaneamente, à Gevmon, mediante endereço eletrônico gevmon.suape@se.df.gov.br, para atesto do fiscal do contrato, registro no Sistema Integrado de Gestão de Materiais-SIGMA.net e demais providências pertinentes.

9.19. A Contratada deverá encaminhar relatório das notas fiscais para atesto com discriminação do número do documento, data de emissão, nota de empenho, Coordenação Regional de Ensino e valor total.

9.20. Manter seu próprio controle de saldo dos empenhos por produto, sob pena de não pagamento do excedente entregue.

9.21. Permitir e assegurar à CONTRATANTE, a qualquer tempo, o acesso às suas instalações e/ou às instalações do fabricante/produtor do gênero alimentício, para realização de inspeções, diligências, auditorias, coleta de amostras e demais procedimentos necessários à fiscalização da execução contratual e verificação das condições de produção, armazenamento,

manipulação e transporte dos gêneros alimentícios.

9.22. A CONTRATADA deverá prestar todas as informações e disponibilizar os documentos, registros, amostras, bem como os meios necessários à realização das inspeções e diligências promovidas pela CONTRATANTE, sempre que solicitado.

9.23. As inspeções poderão ser solicitadas pela CONTRATANTE, no mínimo, 2 vezes a cada período de vigência contratual, ou seja, a cada 1 ano, sendo 1 vez a cada semestre ou excepcionalmente se houver algum caso confirmado ou suspeita de intoxicação alimentar, proveniente do gênero ofertado pela CONTRATADA. As referidas inspeções serão realizadas por uma comissão composta por até 4 servidores do setor de alimentação da SEE/DF.

9.24. A recusa injustificada da CONTRATADA em permitir ou dificultar a realização das inspeções e diligências caracterizará descumprimento contratual, sujeitando-a às sanções previstas no Edital, no Contrato e na legislação.

9.25. A CONTRATADA arcará com todas as despesas oriundas do fornecimento dos gêneros alimentícios, incluindo os valores de frete, de carga e de descarga nos locais indicado no Anexo III do Termo de Referência.

9.26. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, os vícios verificados dentro do prazo de garantia do objeto, tendo em vista o direito assegurado à Administração pelo art. 119 da Lei nº 14.133/2021 e o art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

9.27. No caso de substituição do produto, o prazo de garantia será o mesmo concedido ao bem originalmente substituído, iniciando a contagem a partir da data da substituição.

9.28. O licitante vencedor, no ato da assinatura do contrato e durante toda a vigência contratual, deverá manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, informando à Contratante a ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições.

9.29. Responsabilizar-se por todas as despesas com embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição do produto.

9.30. Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratado.

9.31. **Responsabilizar-se pelos ônus financeiros e acréscimos substanciais de custos em face de alteração de ACT/CCT vinculada à proposta da CONTRATADA** em decorrência de decisão judicial ou de fato que afete o seu enquadramento sindical ou a sua vinculação a instrumento coletivo de trabalho no qual a empresa tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

OU

10.2. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade _____, em valor correspondente a ____% (_____ por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.

OU

10.3. A contratação conta com garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 96, combinado com art. 101, ambos da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade _____, em valor correspondente a ____% (_____ por cento) do valor total/anual do contrato, acrescido do valor dos bens abaixo arrolados, dos quais o contratado será depositário:

10.3.1. BEM 1 _____ Valor

10.3.2. BEM 2 _____ Valor

10.3.3. (...)

10.3.4. TOTAL _____ Valor total

OU

10.4. O contratado apresentará, no prazo máximo de _____ dias, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a ____% (_____ por cento) do

valor inicial/total/anual do contrato.

OU

10.5. O contratado apresentará, no prazo máximo de _____ dias, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a _____% (_____ por cento) do valor inicial/total/anual do contrato, acrescido do valor dos bens abaixo arrolados, dos quais o contratado será depositário:

- 10.5.1. BEM 1 _____ Valor
- 10.5.2. BEM 2 _____ Valor
- 10.5.3. (...)
- 10.5.4. TOTAL _____ Valor total

10.6. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato E/OU por _____ dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

10.7. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

10.8. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 10.9 deste contrato.

10.9. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

10.10. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- 10.10.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 10.10.2. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 10.10.3. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

10.11. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 10.10, observada a legislação que rege a matéria.

10.12. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

10.13. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

10.14. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

10.15. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

10.16. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de ____ (____) dias úteis, contados da data em que for notificada.

10.17. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

10.17.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

10.17.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº

662, de 11 de abril de 2022.

10.18. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

10.19. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

10.20. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

10.20.1. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

10.20.2. Além da garantia de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, a presente contratação possui previsão de garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

10.20.3. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

11. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV)**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado (Decisão TCDF nº 2892/1019), não mantiver a proposta ou o lance em especial quando:

11.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital;

11.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.5. Fraudar a licitação;

11.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a Lei;

11.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. Advertência;

- 11.2.2. Multa;
- 11.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e
- 11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 11.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 11.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
 - 11.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 11.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 11.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% (meio por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.
 - 11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado.
- 11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que ver proferido a decisão recorrida que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.14. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Os procedimentos para apuração de responsabilidade e aplicação das sanções administrativas a licitantes e contratados no âmbito da SEEDF, devem estar de acordo com a Portaria Nº 1.068, de 26 de agosto de 2024.

12. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX)**

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

1. Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
2. Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

OU

12.4. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.4.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.4.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.4.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.6.3. Indenizações e multas.

12.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 92, VIII)**

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Distrito Federal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

13.1.1. Gestão/Unidade:

- 13.1.2. Fonte de Recursos:
- 13.1.3. Programa de Trabalho:
- 13.1.4. Elemento de Despesa:
- 13.1.5. Plano Interno:
- 13.1.6. Nota de Empenho:

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais e distritais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

16.1.1. A eficácia do contrato fica condicionada à divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas- PNCP, no prazo de até 20 dias úteis.

17. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (ART. 92, §1º)**

17.1. Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

ANEXO III**DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E TERMO DE RESPONSABILIDADE****MODELO**

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, sediada no endereço _____, telefone n.º _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, DECLARA que a empresa atende a todos os requisitos de habilitação para participação em procedimentos licitatórios, bem como RESPONSABILIZA-SE pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, nos termos da Lei nº 14.133/2021 de 01/04/2021, adotado no âmbito do DF através do Decreto nº 44.330/2023, de 16/04/2023. Com promete-se, ainda, quando solicitado pelo(a) pregoeiro(a), a efetuar o encaminhamento da presente Declaração/Termo, devidamente assinado, à Central de Compras, no prazo de 03 (três) dias úteis, juntamente com a documentação necessária, no endereço: _____ Local, _____ de _____. _____.

Representante Legal

Observações: Preencher, preferencialmente, em papel timbrado da empresa.

ANEXO IV**DECLARAÇÃO PARA OS FINS DO DECRETO Nº 39.860, DE 30 DE MAIO DE 2019****MODELO**

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, sediada no endereço _____, telefone n.º _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, DECLARA que não incorre nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133 de 2021, e no art. 1º do Decreto nº 39.860 de 2019. Essa declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

Local, ____ de _____ de ____.

Representante Legal

Observações: Preencher, preferencialmente, em papel timbrado da empresa.

ANEXO V

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº: ____/20__

PROCESSO nº: _____.

PREGÃO nº: ____/20__

VALIDADE: ____ (____) meses, a partir da publicação no DODF e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), não podendo ser superior a um ano, incluindo as prorrogações possíveis.

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de _____, na Secretaria/Órgão _____, localizada no _____, _____, o Secretário/Presidente de _____, _____, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica nº ____/2023, Processo SEI nº _____, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Distrital n.º 44.330, de 16 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA I - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de _____, especificado(s) no Termo de Referência, ANEXO I deste Edital de Licitação, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

1.2. O Sistema de Registro de Preços não obriga a compra, nem mesmo nas quantidades indicadas no Anexo I do Edital e nesta Ata de Registro de Preços, podendo a Administração promover a aquisição ou contratação em Unidades de acordo com suas necessidades.

2. CLÁUSULA II - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

EMPRESA: (CAIXA ALTA, SEM NEGRITO)			CNPJ:	
INSCRIÇÃO ESTADUAL:		BANCO:	AGÊNCIA:	C.C:
TELEFONE COM DDD:		ENDEREÇO:		
E-MAIL:		CEP:		
REPRESENTANTE LEGAL: (CAIXA ALTA, SEM NEGRITO)		RG: -SSP/XX	CPF:	

EMPRESA (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	MODELO (se exigido no Edital)	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Prazo (garantia ou validade)

- 2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.
3. **CLÁUSULA III - DO ÓRGÃO GERENCIADOR**
- 3.1. O gerenciamento da presente Ata caberá à SEE-DF, a quem compete a prática de todos os atos de controle e administração deste registro de preços, de acordo com as disposições contidas no Art. 192 do Decreto-DF 44.330/2023.
4. **CLÁUSULA IV - DA ADEÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**
- 4.1. Caso autorizado, durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
- 4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- 4.3. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

- 4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
- 4.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.
- 4.7. Dos limites para as adesões:
- 4.7.1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
- 4.7.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
- 4.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.
5. **CLÁUSULA V - VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**
- 5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 5.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 5.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 5.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.5. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 5.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 5.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
- 5.7.2. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.8. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.9. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.18 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.14.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital poderá:
- 5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

- 5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 5.14. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 5.14.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
 - 5.14.2. Mantiverem sua proposta original.
- 5.15. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.16. O registro a que se refere o item 5.14. tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.17. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.18. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.14.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.18.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
 - 5.18.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.
6. **CLÁUSULA VI - ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**
- 6.1. Os preços registrados poderão ser atualizados periodicamente, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.
- 6.2. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, os preços poderão ser alterados, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021
- 6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.
- 6.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 6.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:
- 6.5.1. A possibilidade da revisão dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;
 - 6.5.2. A modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;
 - 6.5.3. Seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.
- 6.6. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.
- 6.7. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei.

- 6.8. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir a execução dos serviços, pelo preço registrado na ata.
- 6.9. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.
- 6.10. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 6.11. Liberado o fornecedor na forma do subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir a execução dos serviços, pelo preço atualizado.
- 6.12. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços estimados para a contratação atualizados, nos termos do instrumento convocatório.
- 6.13. Caso nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:
- 6.13.1. Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;
 - 6.13.2. Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 6.14. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.
- 7. CLÁUSULA VII - NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**
- 7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 7.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 7.3. Na hipótese prevista no item anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.
- 7.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
- 7.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 7.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 7.8. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.13.

7.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.1 e no item 7.2, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. **CLÁUSULA VIII - CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor

8.1.1. For liberado pela Administração Pública;

8.1.2. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

8.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4. Sofrer sanções previstas nos incisos III e IV, do art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

8.1.5. Não aceitar o preço revisado pela Administração;

8.2. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

8.2.1. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrados;

8.2.2. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

8.3. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

8.4. O fornecedor ou prestador será notificado para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da notificação.

9. **CLÁUSULA IX - DAS PENALIDADES**

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

9.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

9.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. **CLÁUSULA X - DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO**

10.1. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas por meio de Nota de Empenho, conforme condições estabelecidas em edital.

11. **CLÁUSULA XI - CONDIÇÕES GERAIS**

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I do EDITAL.

- 11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
- 11.3. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em _____ vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).
- 11.4. E por estarem assim justos e compromissados, foi lavrado este instrumento que, depois de lido, conferido e achado conforme vai assinada a presente ata, pelas partes, na presença das testemunhas abaixo.

_____	_____
Autoridade Competente	Licitante vencedor
Testemunhas:	

PREGÃO Nº /20__				ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº						
1º LUGAR										
EMPRESA										
CGC/CNPJ		INSC ESTADUAL		BANCO		AGÊNCIA		CONTA-CORRENTE		
TELEFONE			ENDEREÇO							
SÓCIO-DIRETOR				RG		CPF				
SÓCIO-DIRETOR				RG		CPF				
1º LUGAR										
ITEM	QTD ESTIMADA ANUAL	CÓDIGO SES	UN	QTD EMBALAGEM	POR	ESPECIFICAÇÃO			VALOR UNITÁRIO	

PROCESSO Nº		PREGÃO Nº		/20__		ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº			
2º LUGAR E DEMAIS LUGARES (indicada para os licitantes que aceitarem cotar preços iguais ao do vencedor)									
EMPRESA									
CGC/CNPJ		INSC ESTADUAL		BANCO		AGÊNCIA		CONTA-CORRENTE	
TELEFONE				ENDEREÇO					
SÓCIO-DIRETOR				RG		CPF			
SÓCIO-DIRETOR				RG		CPF			
1º LUGAR									
ITEM	QTD ESTIMADA ANUAL	CÓDIGO SES		UN	QTD POR EMBALAGEM	ESPECIFICAÇÃO		VALOR UNITÁRIO	

ANEXO VI

Penalidades (Lei nº14.133/2021, Decreto Distrital nº44.330/2023 e Portaria nº 1.068, de 26 de agosto de 2024)

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14133.htm

https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/878b445155514f05a3fb411e1c2da0c0/exec_dec_44330_2023.html

PORTARIA Nº 1.068, DE 26 DE AGOSTO DE 2024

[Portaria 1068 de 26/08/2024 \(sinj.df.gov.br\).](#)



Documento assinado eletronicamente por **ALINE BITENCOURTT OLIVEIRA - Matr.0253356-1, Diretor(a) de Deflagração das Licitações substituto(a)**, em 03/06/2026, às 11:47, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **CAMILA FERNANDA BEIRO DE LUCCA - Matr.0226666-0, Diretor(a) de Alimentação Escolar**, em 03/06/2026, às 12:03, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **LILIAN C. C. CORDEIRO BORGES - Matr.0247728-9, Subsecretário(a) de Apoio às Políticas Educacionais**, em 03/06/2026, às 16:43, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **204638688** código CRC= **B51D95CD**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Shopping ID, SCN, Qd. 06, Conjunto A, Edifício Venâncio 3.000, Bloco B, 4º andar - CEP 70716-900 - DF

(61)3318-2904

00080-00320967/2025-83

Doc. SEI/GDF 204638688

EDF-SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO DO DF

Estudo Técnico Preliminar 176/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 00080-00320967/2025-83

2. Descrição da necessidade

A alimentação adequada é um direito fundamental do ser humano, reconhecido internacionalmente pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (art. 25) e pelo Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) (art. 11), sendo inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal brasileira, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população, como disposto na Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma dessas políticas, coordenado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), responsável pela transferência de recursos financeiros em caráter suplementar, com recursos financeiros que provêm do Tesouro Nacional e estão assegurados no Orçamento da União. O FNDE realiza transferência financeira às Entidades Executoras (EEx) em contas correntes específicas abertas pelo próprio FNDE, sem necessidade de celebração de convênio, ajuste, acordo, contrato ou qualquer outro instrumento. As Entidades Executoras (Estados, Distrito Federal e Municípios) são responsáveis pela execução do Programa, inclusive pela utilização dos recursos financeiros transferidos pelo FNDE, que são complementares. Assim, é de responsabilidade das EEx garantir a oferta da alimentação escolar aos alunos matriculados na educação básica da rede pública de seu sistema de ensino. Dessa forma, o FNDE repassa recursos financeiros complementares para execução do Programa Local, denominado Programa de Alimentação Escolar do Distrito Federal (PAE/DF). Esta ação do Poder Público para a alimentação nas escolas tem como marco regulatório a Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009 (Lei da Alimentação Escolar), e a Resolução CD/FNDE nº 06, de 08 de maio de 2020 que consolida os normativos dispersos em vários dispositivos legais, dispondo sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do PNAE.

A pretensa aquisição dos kits lanche visa proporcionar aos estudantes do EJA matriculados no CED 01, interno, do Sistema Prisional uma alimentação complementar adequada, influenciando diretamente no processo de aprendizado, e que possivelmente resultará em melhores desempenhos durante todo o ano. Para os estudantes encarcerados onde não é possível o preparo das refeições por motivos justificáveis de segurança, é oferecido um kit lanche que visa o atendimento das demandas energéticas e nutricionais durante as atividades escolares.

Logo, com o fornecimento dos Kits pretende-se ofertar um lanche previamente estabelecido pelo(a) nutricionista responsável técnico(a) do PAE/DF, para compor um lanche seguro que respeite os hábitos alimentares locais, adequado em macro e micronutrientes, conforme preconiza a Lei nº 5.146, de 19 de agosto de 2013 e Resolução CD/FNDE nº 06, de 08 de maio de 2020 e suas alterações.

No presente exercício, existem aproximadamente 2.800 alunos matriculados no CED 01 de acordo com o dados informados pela própria unidade escolar. É de conhecimento que os quantitativos podem ter um aumento ou diminuição durante o ano letivo, devido o ingresso de novos alunos e/ou evasão escolar.

No que tange à execução do Programa de Alimentação Escolar, a adesão dos estudantes está intimamente relacionada à aceitação da alimentação oferecida. As práticas alimentares realizadas no ambiente escolar estão condicionadas a vários fatores, dentre eles, a adequação dos cardápios e oferta de gêneros alimentícios segundo os hábitos alimentares culturalmente estabelecidos na região, a escolha de alimentos de qualidade e as preparações culinárias que estarão compondo esses cardápios e sugestão de alimentos **os quais devem atender às exigências nutricionais dos alunos durante os 200 dias letivos.**

Assim, de acordo com o Regimento Interno da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, destaca-se a Gerência de Planejamento, Acompanhamento e Oferta da Alimentação Escolar (Gpae) como unidade orgânica de execução do PAE/DF, tendo, mas não se limitando, como atribuição as competências de acompanhamento das atividades relacionadas à oferta de alimentos, a definição da quantidade de alimentação escolar *per capita*, elaboração, execução e avaliação do plano de aquisição de gêneros alimentícios.

Ademais, para determinação da escolha e da descrição dos gêneros alimentícios presentes nos Kits lanche levam-se em consideração outros aspectos qualitativos e quantitativos, tais como aspectos nutricionais, hábitos alimentares da clientela, aceitabilidade do alimento, preparações, presença ou ausência de aditivos alimentares, ausência ou disponibilidade de espaço adequado para armazenamento, equipamentos de refrigeração, utensílios perfurocortantes, condições adequadas para confecção e distribuição de gêneros alimentícios, dentre outros. Destacam-se, também no caso em questão, se não necessitam de manipulação, se há viabilidade de produção e comercialização no mercado brasileiro e se o preço de venda é atrativo.

Os gêneros que compõem os Kits lanche a serem adquiridos são produtos básicos que fazem parte do consumo diário dos brasileiros. Esses gêneros alimentícios estão presentes nos cardápios compondo as refeições do tipo lanche, garantindo versatilidade e praticidade, de acordo com as condições de armazenamento e oferta de gêneros alimentícios presentes no ambiente prisional.

A escolha dos nutrientes que compõem cada alimento, os tipos de embalagens e suas gramaturas, os requisitos e exigências necessárias para a oferta dos produtos estão de acordo com os produtos tradicionalmente encontrados nos mercados locais e as logísticas de entregas dos fornecedores.

Optou-se pela aquisição de kit lanche para que não haja risco sanitário, sendo estes já prontos e sem necessidade de preparo. Salienta-se que a composição dos kits lanche abrange o quesito variedade, aporte adequado de calorias e macronutrientes para a execução de atividades educacionais.

Portanto, justifica-se a aquisição dos kits lanche com a intenção de proporcionar a oferta de uma alimentação variada e equilibrada, garantindo os nutrientes necessários para a boa condição de saúde. Os Kits Lanche foram previamente estabelecido por nutricionista técnico do Programa, que utiliza produtos diversos, adequados em macro e micronutrientes, ricos em vitaminas e minerais, seguros quanto à qualidade higiênico-sanitária, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares locais, contribuindo assim, para a formação de hábitos alimentares saudáveis, fortalecendo o crescimento e o desenvolvimento dos alunos, bem como atuando na melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a faixa etária e o estado de saúde, atendendo ao preconizado nas seguintes normas:

- Resolução CD/FNDE nº 06, de 08 de maio de 2020 e suas alterações;
- IQ COSAN (Índice de Qualidade da Coordenação de Segurança Alimentar e Nutricional - 2018) índice de qualidade utilizado para analisar qualitativamente os cardápios da alimentação escolar elaborados no âmbito do PNAE;
- Decreto nº 36.900, de 23 de novembro de 2015, que regulamenta a Lei nº 5.146, de 19 de agosto de 2013, que estabelece diretrizes para a promoção de alimentação adequada e saudável nas escolas da rede de ensino do Distrito Federal;
- Decreto nº 11.821, de 12 de dezembro de 2023, que dispõe sobre os princípios, os objetivos, os eixos estratégicos e as diretrizes que orientam as ações de promoção da alimentação adequada e saudável no ambiente escolar;
- Guia Alimentar para a População Brasileira (Ministério da Saúde - 2ª edição, 2014), que visa o fornecimento de uma alimentação saudável, variada, composta essencialmente por alimentos *in natura* ou minimamente processados, isentos de gorduras trans, com concentrações adequadas de carboidratos, sódio, lipídios, proteínas, fibras, dentre outros nutrientes, que respeite os hábitos alimentares locais e que possuem alto valor nutritivo;
- Resolução nº 331, de 23 de dezembro de 2019 e Instrução Normativa nº 161, de 1º de julho de 2022, que estabelece os padrões microbiológicos dos alimentos, e suas atualizações; e
- Resolução nº 623, de 9 de março de 2022 que dispõe sobre os limites de tolerância para matérias estranhas em alimentos, os princípios gerais para o seu estabelecimento e os métodos de análise para fins de avaliação de conformidade.

Optou-se pela aquisição dos gêneros alimentícios que compõem o **Kit Lanche** destinado aos internos do sistema prisional, com o objetivo de diversificar e enriquecer as preparações ofertadas, promovendo maior variedade de sabores e nutrientes. Essa escolha visa evitar a monotonia alimentar, além de oferecer alternativas adequadas às diferentes necessidades nutricionais dos beneficiários, inclusive daqueles com restrições ou condições alimentares específicas.

Ademais, os gêneros alimentícios a serem adquiridos estão previstos nas preparações que integram os cardápios da alimentação escolar do PAE/DF, adaptados para o contexto do sistema prisional. Ressalta-se que tais produtos atendem a padrões de identidade e qualidade objetivamente definidos, com especificações usuais do mercado, garantindo aquisições seguras, nutritivas e em conformidade com as exigências higiênico-sanitárias aplicáveis.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria de Alimentação Escolar - DIAE/SEEDF	Sara Miranda de Oliveira Viana

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação tem por objeto a aquisição de **kits lanche**, para atendimento ao Programa de Alimentação Escolar do Distrito Federal (PAE/DF), voltado aos estudantes do EJA, matriculados no Centro Educacional 01 de Brasília (CED 01).

Os produtos deverão atender aos padrões de qualidade, segurança alimentar e conformidade legal, conforme as normas do PNAE, Lei Federal nº 14.133 /2021 e Decreto Distrital nº 44.330/2023.

Os gêneros deverão ser fabricados com matéria prima de primeira qualidade, isentos de matéria terrosa, parasitos e em perfeito estado de conservação. O produto deverá estar dentro do **prazo mínimo de validade de sete dias**, com rótulo constando o nome e endereço do fornecedor, componentes do kit, data da montagem, prazo de consumo, condições de conservação e com a inscrição de "PRODUTO INSTITUCIONAL – PROIBIDA A VENDA".

As entregas serão **parceladas e programadas** conforme o **cronograma estabelecido pela Gerência de Planejamento, Acompanhamento e Oferta da Alimentação Escolar - GPAE**. Essas deverão ser realizadas exclusivamente em veículos higienizados e com Certificado de Vistoria.

A contratada deverá **substituir imediatamente** qualquer produto em desconformidade e manter estoque regulador para evitar desabastecimento. O produto deverá atender aos **padrões microbiológicos da RDC nº 331/2019 e IN nº 161/2022 (ANVISA)**, bem como às diretrizes de alimentação saudável previstas no Decreto nº 11.821, de dezembro de 2023, no que couber, dada a especificidade do público atendido.

A fiscalização será realizada por servidores designados pela SEEDF, que acompanharão as condições de fornecimento, armazenamento e qualidade do produto.

A contratação deverá observar os princípios da eficiência, economicidade e sustentabilidade, priorizando fornecedores que adotem práticas de transporte e embalagens ambientalmente responsáveis.

A contratada, bem como o fabricante/fornecedor do produto deverão declarar que atendem aos requisitos de sustentabilidade previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de obras e serviços pelo Distrito Federal, assim como ao art. 2º do Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023, o qual regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal, devendo ser observados os requisitos ambientais com o menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

Os produtos especificados neste Estudo Técnico Preliminar deverão observar, no mínimo, a garantia legal prevista no Código de Defesa do Consumidor, conforme a Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, a qual se inicia a partir do recebimento definitivo, sendo que prevalecerá a garantia oferecida pelo fabricante, caso o prazo seja superior ao estabelecido pela norma citada.

5. Levantamento de Mercado

Fundamentação e contratações similares

A aquisição dos gêneros alimentícios perecíveis, objetos da presente contratação, é uma prática essencial e recorrente no âmbito do Programa de Alimentação Escolar do Distrito Federal (PAE/DF). Trata-se de medida indispensável para garantir a oferta contínua e adequada de refeições escolares, planejadas e aprovadas pelo nutricionista técnico do Programa, conforme os padrões nutricionais exigidos pelas diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A aquisição dos Kits Lanche em comento visa garantir uma alimentação que atenda às necessidades nutricionais dos alunos matriculados no CED 01 de Brasília, durante as atividades educativas, em conformidade ao preconizado na Resolução CD/FNDE nº 06, de 08 de maio de 2020 e suas alterações.

Destarte, à luz do que atualmente o mercado brasileiro oferece, é possível identificar a produção e/ou comercialização dos produtos que compõem os Kits lanche a que se pretende adquirir, principalmente no mercado comum, atacadista, institucional e industrial, de modo a atender a demanda desta Secretaria de Educação, tornando assim economicamente viável à Administração Pública, igualmente fomentando a economia brasileira.

Alternativas de solução e análise comparativa

Com base nas pesquisas realizadas e na experiência administrativa, foram identificadas três principais alternativas de aquisição: compra em varejo local, contratação direta de pequenos fornecedores e contratação por meio de pregão eletrônico.

A aquisição direta em estabelecimentos varejistas, como supermercados e atacarejos, apresenta como principal vantagem a pronta disponibilidade e variedade dos produtos. Contudo, essa modalidade mostra-se inadequada à Administração, pois não permite a formalização contratual com obrigações claras, resulta em custos mais elevados, não assegura a padronização dos produtos e apresenta risco quanto à regularidade fiscal dos fornecedores.

A contratação direta de pequenos fornecedores, por sua vez, pode favorecer o desenvolvimento econômico local e permitir maior flexibilidade de entregas. No entanto, há entraves recorrentes quanto à capacidade técnica e logística desses fornecedores para atender em escala, bem como quanto à conformidade com os requisitos legais e sanitários exigidos pelo PAE/DF.

A contratação por meio de pregão eletrônico, modalidade que permite a ampla participação de fornecedores, apresenta-se como a alternativa mais eficaz. Além de assegurar maior competitividade, transparência e economicidade, possibilita o estabelecimento de critérios técnicos objetivos, cronogramas de entrega, mecanismos de controle e penalidades em caso de descumprimento contratual. Apesar de demandar maior tempo de tramitação, essa opção garante segurança jurídica e previsibilidade, o que a torna a solução mais adequada.

Justificativa da solução adotada

A solução proposta, por meio de pregão eletrônico com ampla concorrência, revela-se a mais eficiente, segura e vantajosa sob os aspectos técnico, legal, econômico e mercadológico. A formalização contratual permite definir padrões mínimos de qualidade, prazos, obrigações e sanções, assegurando que o gênero alimentício adquirido atenda plenamente às exigências do PAE/DF.

A especificação clara dos produtos possibilita a concorrência em condições equânimes e a obtenção de preços compatíveis com o mercado, sem comprometer a qualidade nutricional das refeições escolares.

A experiência acumulada com esse modelo em processos anteriores da Secretaria confirma sua eficácia, assim como exemplos similares adotados por outros entes da Administração Pública, a exemplo dos seguintes:

Pregão eletrônico nº 003/2022- Município de São Joaquim da Barra - SP

Pregão eletrônico nº 075/2022- Prefeitura Municipal de Teresópolis-RJ

Diante do exposto, resta demonstrado que a presente contratação é não apenas viável, mas necessária, urgente e estratégica para a continuidade do Programa de Alimentação Escolar no Distrito Federal. Trata-se da melhor solução disponível para atendimento da demanda pública, com respaldo técnico, legal e mercadológico.

6. Descrição da solução como um todo

A solução proposta consiste na aquisição de **Kits Lanche**, destinados aos estudantes do EJA, matriculados no Centro Educacional 01 de Brasília (CED 01), no âmbito do **Programa de Alimentação Escolar (PAE/DF)**.

A aquisição será realizada por **Pregão Eletrônico**, adotando-se o **critério de julgamento de menor preço do item por quilo (kg)**, nos termos do art. 114 do Decreto Distrital nº 44.330/2023, por meio do Sistema de Registro de Preços (**SRP**), em razão da natureza contínua e parcelada da demanda, observadas as especificações técnicas, sanitárias e nutricionais a serem estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos, com vistas a garantir qualidade, rastreabilidade, regularidade de abastecimento e segurança alimentar.

A contratação abrangerá o **fornecimento, transporte e entrega porta a porta** dos produtos nas **unidades escolares prisionais ou conforme previsto pelo CED 01**, conforme cronograma definido nos Planos de Distribuição de Gêneros Perecíveis (PDGP).

Os produtos deverão ser **embalados, identificados e transportados sob condições adequadas de refrigeração e higiene**, atendendo às normas da ANVISA e do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA).

A contratada será responsável pela entrega dentro dos prazos estabelecidos e pela **substituição imediata de produtos reprovados**, sem ônus adicional para a Administração, garantindo a continuidade do fornecimento e a qualidade nutricional dos alimentos destinados aos estudantes.

O recebimento ocorrerá nas Unidades Escolares ou nos pontos de distribuição definidos, mediante verificação de conformidade física, documental e sanitária. As **Comissões de Recebimento** designadas pela SEE/DF registrarão as entregas em Termo específico, com laudos visuais e quantitativos.

Para controle de qualidade, poderão ser **realizadas análises laboratoriais** em laboratórios oficiais, credenciados ou universitários, conforme padrão ISO /IEC 17025, a fim de garantir que os produtos atendam aos requisitos microbiológicos e nutricionais. Eventuais **amostras reprovadas** implicarão substituição integral do lote e instauração dos procedimentos de penalidade, estabelecida em contrato, assegurando o cumprimento integral das cláusulas e a rastreabilidade dos lotes entregues.

A execução do contrato será acompanhada por **fiscais técnico e administrativo** designados pela SEE/DF, responsáveis pela verificação da conformidade das entregas, controle de prazos, emissão de relatórios e encaminhamento de não conformidades.

A contratada deverá disponibilizar **canal de comunicação direta** para resolução de ocorrências (atrasos, trocas, ajustes de rota) e garantir rastreabilidade completa dos produtos, incluindo lote, origem e data de fabricação.

Após a aprovação, os produtos serão **armazenados em locais adequados**, garantindo o controle de temperatura e evitando contaminações cruzadas.

Independente do recebimento provisório ou definitivo, desde que constatada as condições ideais de armazenamento, caso o alimento se torne impróprio para consumo, dentro da validade, a contratante poderá solicitar o recolhimento e a substituição do gênero.

A solução incorpora práticas de sustentabilidade ao longo de todo o ciclo de vida, com ênfase em:

- Utilização de **embalagens recicláveis** e de menor impacto ambiental;
- Observância do **Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS)**;
- Adoção de boas práticas de transporte e armazenagem que minimizem desperdícios;
- Conscientização sobre o consumo responsável e o uso racional de recursos naturais.

Essas medidas estão alinhadas ao art. 25 da Lei nº 14.133/2021 e às diretrizes da Política Distrital de Sustentabilidade.

A solução proposta contempla todas as etapas do **ciclo de vida do objeto**, desde o planejamento da demanda até o encerramento contratual, integrando aspectos técnicos, econômicos, logísticos, sanitários e de sustentabilidade. Trata-se de uma contratação estratégica, indispensável à execução das políticas públicas de alimentação escolar, assegurando regularidade no fornecimento, segurança alimentar, eficiência administrativa e conformidade legal.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Para a confecção da Memória de Cálculo - Kits Lanche (ID 187617819) dos quantitativos foi considerado o número de alunos informado pelo CED 01 de Brasília, multiplicado pela *Per Capita*, por sua vez, multiplicada pela Frequência do produto prevista no cardápio.

Fórmula utilizada:

Fórmula: Quantidade = (Número de alunos X Frequência) und.

Considera-se Frequência, quantas vezes que o kit lanche estará presente no cardápio.

Foram consideradas as seguintes regras de arredondamento:

Se os algarismos decimais seguintes forem menores que 5, o anterior não se modifica.

Se os algarismos decimais seguintes forem maiores que 5, ao anterior incrementa-se em uma unidade.

Se os algarismos decimais seguintes forem iguais a 5, deve-se verificar o anterior, se ele for par não se modifica, se ele for ímpar incrementa-se uma unidade.

As regras de arredondamento foram aplicadas para melhor adequação, especialmente na gestão orçamentária e financeira.

Além dos arredondamentos acima citados, os quantitativos dos itens que constam na Memória de Cálculo também sofrerão arredondamento para cima, a fim de facilitar a aquisição e ajustar a distribuição dos gêneros alimentícios adquiridos.

Em conformidade com o disposto no inciso VI, art. 60 do Decreto nº 44.330, de 16 de março de 2023, segue a tabela com as informações quanto à Memória de Cálculo Consolidada em quantidades suficientes para o atendimento de 200 (duzentos) dias letivos:

MEMÓRIA DE CÁLCULO CONSOLIDADA (REGIÃO 3)
QUANTIDADE GLOBAL

Itens	Gênero Alimentício	Total E.J.A.	TOTAL GLOBAL
1	Kit Lanche 1. Porção individual, composto de: 1 pão doce tipo brioche; 1 queijo UHT; 1 suco 100%; 1 maçã; 1 mix de nuts.	130.000	130.000
2	Kit Lanche 2. Porção individual, composto de: 1 minibolo sabor laranja; 1 bebida láctea UHT; 1 maçã; 1 mix de nuts	130.000	130.000
TOTAL		260.000	260.000

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.776.800,00

A aquisição far-se-á pelo MENOR PREÇO do Item por UNIDADE (und), de acordo com os gêneros alimentícios a serem licitados, em atenção ao art. 115, caput, do Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023. O custo estimado da contratação é de **R\$ 2.776.800,00** (dois milhões, setecentos e

setenta e seis mil e oitocentos reais), correspondente ao preço unitário de **R\$ 11,01** (quarenta reais) para o Kit lanche 01 e de **R\$ 10,35** (quarenta e cinco reais) para o kit lanche 02. Destaca-se que esse valor representa estimativa baseada na média de preços praticados no mercado. O montante final referente ao Pregão Eletrônico para a aquisição de **“KITS LANCHE”** será posteriormente divulgado pela Gerência de Pesquisas de Preços da Secretaria de Estado de Educação (GPESQ), resultando no valor total estimado definitivo da contratação.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A pretensa aquisição será estabelecida em Item, com vistas a abrir o leque de oportunidade de participação dos interessados, evitando assim frustrar o caráter competitivo, uma vez que isto viabiliza a participação de várias empresas em virtude do grande volume da aquisição. Com a entrega do gênero alimentício em itens é possível assegurar que, em caso de inexecução contratual, nem todos os outros itens sejam prejudicados.

A aquisição dos gêneros alimentícios previstos neste ETP está fracionada em itens com o objetivo de atender, também, art. 40, inciso V, alínea b e § 2º da Lei nº 14.133/2021, o qual prevê que as compras, sempre que possível, deverão ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias, para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando dessa forma atender ao princípio da economicidade.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

No âmbito das contratações desta Secretaria de Educação, não se faz necessário proceder a outras contratações com empresas diversas para se atingir o fim almejado

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual

Considerando que a presente aquisição está prevista para o exercício de 2026 e que o Plano de Contratações Anual (PCA) referente a esse exercício ainda não foi formalmente elaborado, não é possível, neste momento, informar o código dos itens correspondentes. Ressalta-se, contudo, que tais itens serão devidamente incluídos oportunamente, tão logo esta Secretaria de Estado finalize a elaboração do PCA, assegurando o alinhamento entre o planejamento e a futura execução contratual.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Objetiva-se, com a pretensa contratação, proporcionar aos alunos matriculados nas escolas da Rede Pública de Ensino da Secretaria de Estado de Educação de Ensino do Distrito Federal - SEEDF uma alimentação de qualidade, variada, que respeite a cultura, as tradições e os hábitos alimentares locais, e contribuir para a formação de hábitos alimentares saudáveis.

Em sendo a licitação pretendida realizada com sucesso, haverá economia de recursos financeiros, por pretender a aquisição de gêneros alimentícios comumente produzidos e comercializados em território nacional além de promover o fomento da economia brasileira, o crescimento e desenvolvimento do país. Portanto, os benefícios diretos e indiretos com o advento da nova contratação se mantêm de acordo com os processos atualmente existentes, tanto em termos de economicidade, eficácia e eficiência, visto que o Programa de Alimentação Escolar necessita de aquisições frequentes e contínuas para o pleno funcionamento da Política Pública.

13. Providências a serem Adotadas

Cronograma com todas as atividades necessárias para que a contratação surta seus efeitos e com os responsáveis por esses ajustes nos diversos setores.

Para que a contratação pretendida tenha sucesso, é preciso que várias etapas sejam vencidas. A seguir, indicaremos algumas delas, com a média de prazos sugeridos e setor responsável pela demanda.

Data	Evento	Responsável
Até dezembro /2025	Conclusão de ajustes e adequações do ETP, Mapa de Riscos, Termo de Referência e anexos e realização do Preço Estimado – Fase interna do processo licitatório.	DIAE - Diretoria de Alimentação Escolar. GPAE - Gerência de Planejamento, Acompanhamento e Oferta da Alimentação Escolar. GPESQ - Gerência de Pesquisa de Preços.
Até janeiro /2026	Elaboração e análise da minuta Edital pelos órgãos de controle e publicação do Edital para seleção de novas empresas fornecedoras dos produtos da pretensa aquisição para o PAE/DF.	DILIC - Diretoria de Deflagração das Licitações. AJL - Assessoria Jurídico-Legislativa da SEE/DF. PGDF - Procuradoria Geral do Distrito Federal. UCI - Unidade de Controle Interno da SEE/DF.
Até Fevereiro /2026	Conclusão da fase externa do processo licitatório; Registro de Atas e Assinatura de contratos para fornecimento do gênero da pretensa aquisição para o PAE/DF.	DILIC - Diretoria de Deflagração das Licitações. GCONT – Gerência de Contratos.
Até Março /2026	Início da vigência de novos contratos (execução de contratos) e disponibilidade para solicitação do gênero da pretensa aquisição, conforme PDGA (Plano de Distribuição de Gêneros Alimentícios).	DIAE – Diretoria de Alimentação Escolar. GPAE - Gerência de Planejamento, Acompanhamento e Oferta da Alimentação Escolar.

Necessidade de capacitação de servidores para atuarem na contratação e fiscalização dos serviços de acordo com as especificidades do objeto a ser contratado.

Os servidores indicados para compor a equipe de planejamento, execução e fiscalização dos futuros contratos possuem experiência em suas respectivas áreas de atribuição, incluindo o futuro fiscal de contrato, sendo dispensável, a priori, a necessidade de capacitação desses servidores.

Destaca-se que é recomendável a atualização frequente de servidores que atuarão na execução dos contratos, ainda que já experientes na área.

Juntar o cronograma ao processo e incluir, no Mapa de Riscos, os riscos de a contratação fracassar caso os ajustes não ocorram em tempo.

Não foi elaborado um cronograma específico de organização de todo o processo da licitação em questão, porém, foram sugeridos prazos razoáveis para elaboração, pelas áreas envolvidas, dos documentos pertinentes à contratação como, por exemplo, o Termo de Referência, Especificação Técnica do Objeto, Planilha de Custos, Edital da Licitação e o Contrato em si, conforme tabela apresentada acima, parte integrante deste Estudo Preliminar.

Quanto aos riscos de a contratação fracassar, caso os ajustes não ocorram em tempo, eles serão descritos no documento denominado Mapa de Riscos. Ressalta-se que foi realizada no Mapa de Riscos uma tentativa de previsão dos riscos pertinentes à nova contratação.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A presente contratação envolve etapas que podem gerar impactos ambientais associados à produção, transporte, armazenamento, consumo e descarte das embalagens.

OS PRINCIPAIS IMPACTOS IDENTIFICADOS SÃO:

- **Emissões atmosféricas** decorrentes do transporte dos produtos em veículos refrigerados, contribuindo para a emissão de gases de efeito estufa (GEE);
- **Geração de resíduos sólidos**, especialmente embalagens plásticas e caixas de transporte, que podem causar poluição se não forem descartadas adequadamente;
- **Descarte inadequado de resíduos orgânicos** nas unidades escolares, o que pode atrair vetores e gerar contaminação do solo e da água.

PARA MITIGAR TAIS IMPACTOS, DEVERÃO SER ADOTADAS AS SEGUINTES MEDIDAS PREVENTIVAS E CORRETIVAS:

1. **Gestão sustentável de resíduos** – As unidades escolares deverão promover a separação e destinação correta dos resíduos recicláveis e orgânicos, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).
2. **Adoção de embalagens recicláveis** – Priorizar fornecedores que utilizem materiais recicláveis, biodegradáveis ou de menor impacto ambiental, em conformidade com o Decreto Distrital nº 44.607/2023 (Política de Sustentabilidade).
3. **Logística reversa** – Incentivar a devolução de embalagens e caixas plásticas reutilizáveis pelos fornecedores, reduzindo o volume de descarte.
4. **Transporte eficiente** – Exigir frota de transporte em boas condições mecânicas e com manutenção em dia, para reduzir emissões de poluentes e vazamentos de óleo e combustível.
5. **Eficiência energética** – Garantir o uso racional de energia nos equipamentos de refrigeração das unidades escolares, evitando desperdícios e mantendo controles de temperatura adequados.
6. **Treinamento de manipuladores e fiscais** – Capacitar servidores e colaboradores sobre boas práticas ambientais e de manipulação de alimentos, reforçando a importância da redução de desperdícios e da correta segregação dos resíduos.
7. **Monitoramento contínuo** – A fiscalização contratual deverá acompanhar o cumprimento das exigências ambientais e registrar as ações corretivas adotadas pela contratada.

A adoção dessas medidas visa minimizar os impactos negativos ao meio ambiente, assegurando que a execução contratual esteja alinhada aos princípios da sustentabilidade e à política socioambiental da SEEDF, conforme a Lei nº 4.770/2012 e os arts. 5º e 11, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Declaração da viabilidade ou não da contratação:

Pelo exposto neste estudo, declaramos que a contratação pleiteada não é apenas viável, mas imprescindível para atendimento do interesse desta SEE/DF em garantir a alimentação escolar saudável e balanceada, direito fundamental disposto na Constituição Federal da República de 1988. O presente planejamento foi elaborado em harmonia com o Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023, bem como em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e objeto da aquisição. Atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade. Assim, declaramos a viabilidade da contratação e recomendamos a aquisição proposta.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SARA MIRANDA DE OLIVEIRA VIANA

Diretora de Alimentação Escolar - substituta



Assinou eletronicamente em 23/12/2025 às 15:25:44.